



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE  
TUPANATINGA- PERNAMBUCO - BRASIL**

Marta Suely Alves Cavalcante

Asunción, Paraguay

2023

Marta Suely Alves Cavalcante

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE  
TUPANATINGA- PERNAMBUCO - BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Doctorado en Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito parcial para obtenção do grau de Doctor en Ciencias de la Educación.

Tutor: Dr. Luís Ortiz Jiménez

Asunción, Paraguay

2023

Cavalcante, Marta Suely Alves

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA-  
PERNAMBUCO - BRASIL**

Orientador: Dr. Luís Ortiz Jiménez

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2023.

Tese acadêmica de Doutorado em Ciências da Educação = 247p.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Alunos com deficiência, Formação de professores, Inclusão,  
Recursos didáticos e tecnológicos.

Marta Suely Alves Cavalcante

**OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE  
TUPANATINGA- PERNAMBUCO - BRASIL**

Esta Tese foi avaliada e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ para obtenção do título de Doctor en  
Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

**Banca Examinadora**

---

**DRº Examinador**

---

**DRº Examinador**

---

**DRº Examinador**

---

**DRº Examinador**

---

**DRº Examinador**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico ao meu Deus. Único e verdadeiro Deus. Aquele que me sustenta diante de todos os desafios já vividos. Aquele que me motivou a seguir adiante. Aquele que me deu saúde física e emocional para seguir com meus objetivos. É de Deus que vem minha força, minha alegria e minhas vitórias e é a Deus que dedico cada linha escrita nesse trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, que na sua infinita bondade e misericórdia me deu forças para nunca desistir.

Aos meus filhos agradeço pela a alegria que me motiva a seguir com meus objetivos. Vyctor e Vitória, meus agradecimentos se eternizam nessas linhas escritas.

A minha mãe, Maria José Alves, exemplo de coragem, força e determinação, que sempre me incentivou a continuar, inclusive esteve presente em minha casa durante os dias que precisei me ausentar para estudo.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Luís Ortiz Jiménez, por seu apoio e amizade, e especial atenção nas revisões e sugestões, fatores importantes na concretização dessa pesquisa.

Ao meu pai, Santelmo Elias, que me incentiva a seguir com meus projetos.

Aos pais, professores e Secretário de Educação que destinaram parte do seu tempo para participarem dessa pesquisa.

A todos os professores do curso de doutorado, que contribuíram diretamente para minha formação.

A todos os amigos da turma de doutorado pelo companheirismo desde o início dessa jornada.

A Universidade Autônoma de Assunção pelo acolhimento e fazer-nos sentir em casa mesmo estando em outro país.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	
LISTA DE FIGURAS .....	
LISTA DE TABELAS .....	
RESUMO .....	
RESUMEM .....	
ABSTRACT .....	
INTRODUÇÃO.....	1
<b>A) MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. Os Avanços da Educação Inclusiva na História Mundial.....</b>	<b>12</b>
1.1. Os avanços da Educação Inclusiva na História do Brasil .....	22
1.2. A Educação Inclusiva no Brasil República .....	23
1.3. Os Paradigmas da Educação Especial no Brasil. ....	29
1.3.1. Paradigma da Institucionalização .....	30
1.3.2. Paradigma de Serviços.....	30
1.3.3. Paradigma de Suporte .....	33
1.4. Integração Escolar.....	36
1.5. Inclusão Escolar .....	37
<b>2. Atendimento Educacional Especializado para os Alunos com Deficiência .....</b>	<b>43</b>
2.1. Recursos Pedagógicos e Tecnológicos como Contribuição para Aprendizagem	47
2.2. Tecnologia Assistiva como Forma de Adaptação para Favorecer a Aprendizagem	
dos Alunos com Deficiência.....	49

2.3. Salas de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado .....	56
2.4. Acessibilidade como Fator Significativo para Inclusão Escolar.....	59
<b>3. A FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
3.1. A formação e função do professor mediador inclusivo .....	70
3.2. Prática lúdica na formação inclusiva .....	75
3.3. A utilização de jogos na constituição da aprendizagem significativa.....	77
<b>4. FAMÍLIA E ESCOLA JUNTAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO .....</b>	<b>80</b>
4.1. Objetos que Contribuem com a Relação Família/Escola.....	85
4.2. Critérios Gerais .....	86
4.3. Aspectos de Participação .....	87
4.4. As famílias das Pessoas com Deficiência .....	89
4.5. A família com um Filho com Deficiência .....	90
4.6. Um caminho a Percorrer .....	92
4.7. O Horizonte da Independência.....	92
4.8. Variáveis que Afetam as Famílias com Membros com Deficiência.....	93
<b>5. Os Desafios da Educação Inclusiva no Contexto da Pandemia de COVID-19 .....</b>	<b>94</b>
<b>6. Compreendendo o Conceito da Pessoa Com Deficiência (PCD) .....</b>	<b>100</b>
<b>B) MARCO METODOLÓGICO .....</b>	<b>103</b>
<b>7. Marco Metodológico.....</b>	<b>104</b>
7.1. Justificativa da Pesquisa.....	105
7.2. O problema da Pesquisa.....	108
7.3. Objetivo Geral e Específicos.....	110
7.3.1. Objetivo Geral .....	111
7.3.2. Objetivos Específicos .....	111



7.4. Desenho da Pesquisa .....	112
7.5. Contexto da Pesquisa .....	120
7.6. Participantes da Pesquisa .....	124
7.6.1. Seleção de Participantes .....	126
7.6.2. Professores do 1º ao 5º ano .....	127
7.6.3. Secretário de Educação .....	128
7.6.4. Pais de Alunos com Deficiência .....	128
7.7. Técnicas e Instrumentos: Processo de Construção e Validação .....	129
7.7.1. Entrevista Aberta .....	133
7.7.2. Observação Participante .....	134
7.7.3. Grupo Focal .....	134
7.8. Validação dos Instrumentos.....	135
7.9. Processo da Pesquisa.....	136
7.10. Os benefícios da Pesquisa .....	138
7.11. Os Riscos .....	139
7.12. Questões Éticas .....	139
<b>C) DADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>141</b>
<b>8. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>142</b>
CONCLUSÕES .....	192
SUGESTÕES .....	197
REFERÊNCIAS .....	198
ANEXOS .....	207

## **LISTA DE SIGLAS**

**AEE** – Atendimento Educacional Especializado

**APAIE** – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

**CADEME** – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais

**CAT** – Comitê de Ajudas Técnicas

**CEB** – Câmara da Educação Básica

**CESB** – Campanha para Educação do Surdo Brasileiro

**CF** – Constituição Federal

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CNEC** – Campanha Nacional de Educação dos Cegos

**CNESP** – Centro Nacional de Educação Especial

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Ideb** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**OGs** – Organizações Governamentais

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAC** – Plano de Aceleração do Crescimento

**PcD** – Pessoa com Deficiência

**PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação

**PNAIC** – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**SEESP** – Secretaria de Educação Especial

**SENEB** – Secretaria Nacional de Educação Básica

**TA** – Tecnologia Assistiva

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura

## **LISTAS DE TABELAS**

<b>TABELA Nº 01</b> – Integração e Inclusão: principais diferenças .....	40
<b>TABELA Nº 02</b> – Recursos e serviços .....	53
<b>TABELA Nº 03</b> – Conceito da pessoa com deficiência (PcD).....	101
<b>TABELA Nº 04</b> – Participantes da pesquisa .....	129
<b>TABELA Nº 05</b> – Técnicas utilizadas na pesquisa .....	132

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA Nº 01</b> – Retrato da deficiência nos tempos antigos .....	18
<b>FIGURA Nº 02</b> – Da exclusão a inclusão .....	35
<b>FIGURA Nº 03</b> – Integração e Inclusão .....	42
<b>FIGURA Nº 04</b> – Materiais pedagógicos especiais – baixa tecnologia .....	56
<b>FIGURA Nº 05</b> – Base descritiva.....	114
<b>FIGURA Nº 06</b> – Desenho da investigação .....	119
<b>FIGURA Nº 07</b> – Mapa do estado de Pernambuco destacado o município de Tupanatinga .....	121
<b>FIGURA Nº 08</b> – Cidade de Tupanatinga .....	121
<b>FIGURA Nº 09</b> – Escola Municipal Felisbela Rodrigues e Silva .....	123
<b>FIGURA Nº 10</b> – Escola Municipal Cristo Rei.....	123
<b>FIGURA Nº 11</b> – Escola Municipal Paulo Freire .....	124

## RESUMO

A presente tese analisa os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga nas turmas de 1º ao 5º ano. Foi estruturada e embasada na seguinte questão problema: Quais os avanços referentes a Educação Inclusiva percebidos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016? O trabalho é justificado diante da necessidade conhecer se o município de Tupanatinga possui projetos, capacitações e formações que viabilizem o avanço da Educação Inclusiva. Diante da perspectiva de Educação Inclusiva, nas últimas décadas tem-se vivenciado no Brasil a implementação de políticas de ação afirmativa que resultam da luta de grupos socialmente excluídos do acesso a bens e serviços públicos, incluindo com veemência a educação. Para responder ao problema temos como objetivo geral analisar os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. E como objetivos específicos: Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência. Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva. Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino. Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. Como participantes desse estudo tivemos: o secretário de educação, professores do 1º ao 5º ano e os pais de alunos com deficiência. Como estratégia metodológica adotou-se a pesquisa com tipologia descritiva, narrativa, interpretativa, com enfoque qualitativo. Para coleta de dados foram utilizados como técnica de recolhimento de dados: a entrevista aberta para o secretário de educação e professores do 1º ao 5º ano, utilização da técnica de grupo focal para os pais de alunos com deficiência e complementando foi utilizada a técnica de observação participante. As respostas obtidas foram analisadas individualmente, dentro de cada categoria correspondente aos objetivos específicos. A presente investigação traz como contribuições subsídios a problematizações

que permitam a formulação de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, assim como novos desenhos de programas que propiciem elementos para dar suporte a atuação dos docentes para que estes estejam aptos a lecionar com alunos com deficiência. Em tese, concluímos que, apesar dos desafios corriqueiros da Educação Inclusiva, existem fatos, ações e projetos sendo executados que provam que Tupanatinga tem avançado de forma significativa no processo de incluir alunos com deficiência com qualidade.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva, Alunos com deficiência, Formação docente, Inclusão, Recursos didáticos e tecnológicos.

## RESUMEN

Esta tesis analiza los avances de la Educación Inclusiva en el municipio de Tupanatinga en las clases de 1° a 5° grado. Se estructuró y partió de la siguiente pregunta problema: ¿Qué avances en materia de Educación Inclusiva se perciben en el municipio de Tupanatinga desde el año 2016? El trabajo se justifica por la necesidad de conocer si el municipio de Tupanatinga cuenta con proyectos, capacitación y formación que permitan el avance de la Educación Inclusiva. Frente a la perspectiva de la Educación Inclusiva, en las últimas décadas Brasil ha experimentado con vehemencia la implementación de políticas de acción afirmativa que resultan de la lucha de grupos socialmente excluidos por el acceso a los bienes y servicios públicos, incluida la educación. Para dar respuesta a la problemática, tenemos como objetivo general analizar los avances de la Educación Inclusiva en el municipio de Tupanatinga desde el año 2016. Y como objetivos específicos: Identificar cómo la estructura física y pedagógica responde a las necesidades de los estudiantes con discapacidad. Conocer las formaciones para atender las perspectivas de una escuela inclusiva. Describir la opinión de la familia con respecto a los niños con discapacidad insertados en el aula regular. Revisa los avances inclusivos en el municipio de Tupanatinga desde el año 2016. Como participantes de este estudio tuvimos: la secretaria de educación, docentes de 1° a 5° grado y padres de familia de alumnos con discapacidad. Como estrategia metodológica se adoptó una investigación con tipología descriptiva, narrativa e interpretativa, con enfoque cualitativo. Para la recolección de datos se utilizaron las siguientes técnicas de recolección de datos: entrevista abierta a la secretaria de educación y docentes de 1° a 5° grado, uso de la técnica de grupo focal para padres de familia de estudiantes con discapacidad y, además, se utilizó la técnica de la observación. participante Las respuestas obtenidas fueron analizadas individualmente, dentro de cada categoría



correspondiente a los objetivos específicos. La presente investigación aporta subsidios a problematizaciones que permitan la formulación de nuevas preguntas, enfoques teórico-metodológicos, así como nuevos diseños de programas que aporten elementos para apoyar la actuación de los docentes para que sean capaces de enseñar con estudiantes con discapacidad. En teoría, concluimos que, a pesar de los desafíos cotidianos de la Educación Inclusiva, existen hechos, acciones y proyectos en ejecución que demuestran que Tupanatinga ha avanzado significativamente en el proceso de inclusión de estudiantes con discapacidad con calidad.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva, Estudiantes con discapacidad, Formación docente, Inclusión, Recursos didácticos y tecnológicos.

## **ABSTRACT**

This thesis analyzes the advances of Inclusive Education in the municipality of Tupanatinga in classes from 1st to 5th grade. It was structured and based on the following problem question: What advances regarding Inclusive Education have been perceived in the municipality of Tupanatinga since 2016? The work is justified by the need to know if the municipality of Tupanatinga has projects, training and formation that enable the advancement of Inclusive Education. In view of the perspective of Inclusive Education, in recent decades Brazil has experienced the implementation of affirmative action policies that result from the struggle of socially excluded groups from access to public goods and services, including education vehemently. To respond to the problem, we have as a general objective to analyze the advances of Inclusive education in the municipality of Tupanatinga since 2016. And as specific objectives: Identify how the physical and pedagogical structure meets the needs of students with disabilities. Know the formations to meet the perspectives of an inclusive school. Describe the family's opinion regarding children with disabilities inserted in the regular classroom. Check the inclusive advances in the municipality of Tupanatinga since 2016. As participants in this study we had: the secretary of education, teachers from 1st to 5th grade and parents of students with disabilities. As a methodological strategy, research with a descriptive, narrative, and interpretative typology was adopted, with a qualitative approach. For data collection, the following data collection techniques were used: an open interview with the secretary of education and teachers from 1st to 5th grade, use of the focus group technique for parents of students with disabilities and, in addition, the observation technique was used. participant. The answers obtained were analyzed individually, within each category corresponding to the specific objectives. The present investigation contributes subsidies to

problematizations that allow the formulation of new questions, theoretical-methodological approaches, as well as new program designs that provide elements to support the performance of teachers so that they are able to teach with students with disabilities. In theory, we conclude that, despite the everyday challenges of Inclusive Education, there are facts, actions and projects being carried out that prove that Tupanatinga has advanced significantly in the process of including students with disabilities with quality.

**Keywords:** Inclusive Education, Students with disabilities, Teacher training, Inclusion, Didactic and technological resources.

## INTRODUÇÃO

---

Esse estudo trata-se de apresentar dados sobre os avanços da Educação Inclusiva nas escolas municipais de Tupanatinga, busca compreender como a inclusão dos alunos com deficiência está sendo planejado e executado neste município.

Discutir sobre a Educação Inclusiva requer, sem dúvidas, uma visão imparcial sobre as práticas inclusivas vivenciadas dentro do sistema de ensino do município, visto que, é necessário apontar dados verídicos e que sirvam de bases para estudos futuros. No entanto, essa temática retrata os avanços da Educação Inclusiva em todos os seus principais pontos, de forma que será possível compreender se o município de Tupanatinga exerce uma educação igualitária para todos os alunos.

A reflexão sobre a Educação no Brasil parece ser um tanto comum nos dias atuais, porém para melhor compreensão desse tema de estudo, fez-se necessário abordar alguns fatores que permeiam a história, mostrando onde, como e porque surgiram ações para crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar.

Camargo (2014) menciona, que a criação dos institutos para o atendimento dos cegos e surdos foi um marco histórico na Educação Especial no Brasil e fomentou o início para discussão dessa modalidade de educação.

Em seus escritos, Camargo cita também que a Educação Especial passou por longos períodos de silêncio que perseverou até o final do século XIX, ocorrendo ações isoladas principalmente no que se refere as pessoas com deficiência Intelectual.

Com bases nessas informações, inicia-se a trajetória história da Educação Inclusiva no Brasil, onde através dos retratos históricos podemos compreender sobre os avanços da

dessa modalidade e ter base para acompanhar, também, os avanços no município de Tupanatinga onde a pesquisa foi realizada.

Além da abordagem história da Educação Inclusiva, retratamos alguns elementos indispensáveis para Inclusão escolar. Debates sobre a importância de recursos tecnológicos adaptados, as formações para os docentes, a segurança dos pais em matricular seus filhos na escola regular. Esses pontos são essenciais e indispensáveis no debate dessa temática. Por isso utilizamos autores renomados na área para nos dar base e sustentação na execução dessa investigação.

O arcabouço legal brasileiro é bastante abrangente e protetivo em relação ao sistema educacional inclusivo. A Constituição Federal de 1988, já em seu primeiro artigo, estabelece como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade humana. No artigo 3º, incisos I e IV, estabelece como objetivo fundamental construir uma sociedade livre, justa e solidária, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Também está previsto que toda criança tem direito a estudar na rede regular de ensino, sendo que os estudantes público-alvo da Educação Especial têm o direito de receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de maneira complementar ou suplementar e nunca substitutiva à sala de aula comum, tendo como espaço de apoio as salas de recursos multifuncionais (Mendes, 2022, p. 13).

Diante da perspectiva de Educação Inclusiva, nas últimas décadas tem-se vivenciado no Brasil a implementação de políticas de ação afirmativa que resultam da luta de grupos socialmente excluídos do acesso a bens e serviços públicos, incluindo com veemência a educação.

Tal política, assumida por todas as instituições brasileiras de ensino, estão, gradativamente, incitando a democratização do acesso e a inclusão no contexto regular de

ensino, possibilitando o reconhecimento da exclusão historicamente imposta às diferenças/aos diferentes e a garantia de acesso ao saber em todos os níveis de ensino.

A inclusão exige grandes reformulações, é um processo que envolve a participação de todos os estudantes nas instituições regulares de ensino. Neto et al. (2018, p. 86) revela que “a Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular”. Trata-se de uma transformação de fora para dentro e assim sucessivamente. É uma abordagem em que a pessoa é vista com sua deficiência, entretanto isso não é visto como impedimento de desenvolvimento.

De acordo com Glat (2018, p. 11) “as mudanças requeridas em cada unidade escolar para a implementação de uma educação para a diversidade envolvem estrutura arquitetônica e de recursos, Projeto Político Pedagógico, organização curricular, metodologias de ensino, práticas pedagógicas, sistema de avaliação, programação de atividades”.

A inclusão verdadeiramente dita, mostra que a diferença enriquece o ambiente escolar, sendo necessário desmistificar a existência de salas homogêneas, isto é, a primeira coisa a fazer é ter consciência das diferenças. Conforme Mantoan (2015, p. 42), “o professor, da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a (falsa) homogeneidade das salas de aula”.

A escola é um ambiente multicultural, diversificado, que atende um público com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas. Enfim, essa é uma característica própria, que acolhe indivíduos com aspectos múltiplos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre muitos outros. A escola é responsável pela transformação do indivíduo, o que

corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem (Neto et al., 2018, p. 87).

A escola por ser espaço de socialização e interação precisa possuir estrutura adaptada a todos os inseridos, de modo que eles venham a se locomover nesse espaço e que as barreiras arquitetônicas não os impeçam de desenvolver a interação dentro da instituição. É necessário que o espaço escolar esteja adaptado a todos que frequentam a escola para que os obstáculos estruturais não sejam empecilhos para seu desenvolvimento.

Em outras palavras, incluir não se dá apenas em cumprir sumariamente as leis, isto é, ou a escola muda para torna-se inclusiva, ou certamente os resultados esperados não serão obtidos. Nesse processo inclusivo, a prática pedagógica precisa ir muito mais além da presença física do professor, é extremamente importante que esses profissionais se encorajem e busquem formações que lhes possibilitem encarar a inclusão de maneira mais segura.

Por conseguinte, é cabível ressaltar, que o avanço das tecnologias tem contribuído como ferramentas que se adequam ao contexto das necessidades educativas especiais individualmente e podem acrescentar e favorecer a ampliação dos conhecimentos pedagógicos.

Entretanto, a utilização desses recursos dependerá exclusivamente do interesse do docente em inseri-los como facilitador da aprendizagem e de acordo com o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, Brasil, dispõe sobre o AEE, dentre outros objetivos propostos a elaboração e utilização de recursos que respondam aos ajustes necessários para a efetiva aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Dando ênfase aos desafios encontrados no sistema escolar de ensino inclusivo no Brasil e não diferente nas escolas de Tupanatinga, essa pesquisa vem definir a

problemática de estudo que pauta-se em descrever sobre os avanços da Educação Inclusiva no sistema de ensino do município.

Dessa forma, para sustentar e embasar a pesquisa surge algumas perguntas investigativas: A estrutura física das escolas está adaptada para atender as necessidades dos alunos com deficiência? Os professores estão preparados e capacitados para atender as perspectivas da escola inclusiva? Como as famílias se sentem em relação a prática inclusiva exercida pelo município de Tupanatinga? Quais os avanços inclusivos realizados pelo município nesses últimos anos? Existem formações docentes específicas para atender as perspectivas inclusivas? Os alunos com deficiência dispõem de Atendimento Educacional Especializado? As escolas do município de Tupanatinga estão preparadas para a inclusão?

Com base nas perguntas investigativas surge uma pergunta que norteará toda a investigação que é:

**Quais os avanços referentes a Educação Inclusiva percebidos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016?**

Para responder à essa problematização e, com o propósito de estabelecer o caminho para se alcançar os resultados almejados, estabeleceu-se os objetivos dessa pesquisa, pois estes constituem o ponto central da investigação, ou seja, orientam as demais fases do processo da pesquisa. Logo, o objetivo geral e os específicos delimitam de forma clara a problemática, colaborando para a pesquisadora analisar os avanços da Educação Inclusiva no município.

Nesta investigação delimitou-se analisar como objetivo geral os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. E como objetivos específicos: Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos



alunos com deficiência. Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva. Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino. Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.

Para iniciar um processo de investigação social, faz-se necessário, primeiramente, estudar o método científico adequado à pesquisa, visando a credibilidade das informações propostas. Severino (2017, p. 128) aponta nesse sentido que:

O método científico é elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte e a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

Para atingir os objetivos da pesquisa em questão, é essencial utilizar a metodologia adequada ao tipo de pesquisa e aos questionamentos que se pretende responder ao longo desta. As orientações técnicas e as abordagens direcionadas em relação aos avanços da Educação Inclusiva formarão o conjunto das condutas metodológicas relacionadas ao meio educacional. Cabe ao pesquisador então, analisar os dados obtidos dentro do delineamento do objeto de estudo e seu universo, observando a relevância e aplicabilidade das entrevistas de cada entrevistado e a observação participante.

Quanto a estrutura metodológica, essa é uma investigação descritiva, narrativa, interpretativa, qualitativa, a qual tem por finalidade, avaliar, e/ou coletar dados referentes às dimensões ou componentes do fenômeno pesquisado. Nesse contexto, busca-se “aproximar as pessoas com o intuito de compreender a situação problemática e ajudar aos envolvidos na solução da mesma” (Alvarenga, 2019, p. 51).

Complementa ainda que a pesquisa qualitativa acontece normalmente “em um ambiente natural, onde se encontram os indivíduos envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado” (Alvarenga, 2019, p. 51), ou seja, são realizadas descrições detalhadas da conduta dos sujeitos estudados para obter-se os resultados almejados. Em outros termos, o pesquisador deverá observar os aspectos relacionados ao problema de estudo bem como as estratégias educativas aplicadas na busca de possibilitar o desenvolvimento de competências para uma vida em conformidade com a proposta apresentada.

Nesse viés, a pesquisa qualitativa agrega valores aos conhecimentos fenomenológicos, pois a maior parte da prática qualitativa preocupa-se com os acontecimentos centrados na indagação dos contextos.

Para isso, no período da coleta de dados, serão observados elementos que são indispensáveis para inclusão dos alunos com deficiência, e as ações dos professores nas escolas municipais, como as ações executadas pela secretaria de educação do município e a opinião dos pais sobre a confiança nas ações inclusivas oferecidas pelo sistema municipal de ensino.

Nessa investigação, foram utilizadas a técnica de observação participante, entrevista aberta e a técnica de grupo focal. Tais técnicas permitiram uma análise através de percepções, descrevendo a complexidade do problema e a interação de variáveis. Conforme Alvarenga (2019, p. 55), definir as técnicas a serem utilizadas na pesquisa é de suma relevância, pois a partir dessas que o pesquisador conseguirá “interpretar e compreender os fenômenos, considerando o contexto que rodeia a problemática estudada”. Por isso, para realizar uma pesquisa qualitativa efetiva, primeiramente é necessário definir o problema que

será analisado de forma clara para garantir que os dados a serem coletados não sejam enviesados.

Dessa forma, a pesquisa tem a intenção de investigar os sujeitos do estudo de maneira direta, na busca do verdadeiro, do objetivo, da interpretação particular de cada elemento envolvido.

Denzin e Lincoln (2011, p. 3) complementam que a investigação qualitativa é: [...] uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável de materiais práticos que lhes tornem visível no mundo. Essas práticas transformam o mundo. Converte o mundo em uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversação, fotografias, gravações, e as próprias notas. A este nível a investigação qualitativa implica um enfoque interpretativo, um enfoque natural de mundo. O principal da investigação qualitativa é o estudo das coisas em seu ambiente natural, tratando de dar sentido, interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem.

Portanto, a pesquisa qualitativa se orienta através da compreensão da realidade, buscando o conhecimento das experiências dos sujeitos a serem analisados, tais como, conhecer como vivem, percebem, pensam e opinam sobre o tema em questão.

Por todo o elencado, esta pesquisa objetiva interpretar os fatos na perspectiva de sensibilizar as pessoas objetos deste estudo, propiciando maior entrosamento a fim de esclarecer os questionamentos desse tema complexo.

Porém, cabe ressaltar que a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela utilização de métodos científicos, portanto, sendo imprescindível para desenvolver a pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 83), método científico “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo

– conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

Seguindo tais premissas, Bardin (2016, p. 145) leciona que a abordagem qualitativa corresponde “a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável a índices não previstos”, ou seja, é através do método que os investigadores conseguem construir e compreender os conhecimentos dos pesquisados. Visto assim, é uma forma sistematizada de analisar o pensamento reflexivo, permitindo ser utilizado no processo de investigação científica de forma maleável para alcançar os objetivos.

Nessa perspectiva, torna-se importante conceituar metodologia, pois segundo Severino (2017, p. 87), “faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas”, ou seja, por meio desse processo que se busca dados para responder as perguntas propostas e comprovar a validade da investigação.

A partir desse entendimento, as técnicas utilizadas para a coleta e análise de dados serão postas em prática com o objetivo de detalhar as respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas com os participantes. Nesse caso, a metodologia empregada está embasada na pesquisa qualitativa, utilizando como técnica a observação participante, a fim de obter e padronizar o objeto.

Assim consignado, abaixo, segue o esquema do processo de investigação desse estudo.

Após delimitação da pesquisa, segue-se a estrutura desse estudo, dividido em três partes para melhor visualizar e alcançar os objetivos propostos, conforme descrito abaixo:

Na primeira parte, apresenta-se a fundamentação teórica a qual compreende uma reflexão sobre a inclusão escolar, revelando o processo da in/exclusão, das diferenças e da

integração do indivíduo no âmbito escolar; seguidamente, focando as políticas educacionais de inclusão voltadas as pessoas com deficiência.

Na segunda parte, será explanada a Metodologia da Investigação, onde busca-se apresentar a pesquisa, o desenho metodológico, o contexto espacial do estudo, qual o tipo da pesquisa, o enfoque e a delimitação utilizada, bem como, especificar quais os participantes que estarão presentes na pesquisa. Serão apresentados ainda, as técnicas para coleta de dados, os procedimentos utilizados para realização da coleta e, as técnicas para finalizar a análise e interpretar os dados coletados. Procura-se nessa parte formular um roteiro para entrevista aberta, grupo focal e observação participante, onde serão formuladas questões com a finalidade de obter dados expressivos para o resultado dessa pesquisa. Espera-se dessa forma, obter uma conversa aberta com os participantes estabelecendo uma sequência de raciocínio quanto ao conteúdo a ser trabalhado.

A terceira parte está destinada à análise e interpretação dos resultados desse estudo, especificando de forma clara e objetiva os resultados decorrentes da pesquisa realizada. O objetivo dessa análise é apresentar os aspectos qualitativos resultantes das entrevistas feitas, grupo focal junto aos participantes e a consonância da observação participante. Vale lembrar que os aspectos envolvendo a entrevista aberta, foram delimitados na segunda parte desse estudo.

E, para finalizar, as Conclusões e Propostas serão apresentadas a partir da concretização desse estudo, utilizando como base, a interpretação e análise dos dados obtidos na pesquisa e, também, na observação participante tendo como base o referencial teórico para sugerir algumas recomendações relevantes para o tema proposto.

## **A) MARCO TEÓRICO**

## 1. Os Avanços da Educação Inclusiva na História Mundial

A Educação Especial é caracterizada por diversos acontecimentos históricos em diversas épocas e culturas. Nesses avanços retratados historicamente é possível destacar três ações que marcaram a época: **a marginalização, o assistencialismo e a educação/reabilitação.**

Para início de debate a marginalização é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência, o que leva a uma completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços direcionados para essa população. Já o assistencialismo é uma atitude marcada visando sentido filantrópico, paternalista e humanitário, porque permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhada pelo princípio cristão de solidariedade humana, que busca apenas dar proteção às pessoas com deficiência. Em outras palavras “a educação/reabilitação apresenta-se como uma atitude de crença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são voltadas para a organização de serviços educacionais” (Brasil, 2006, p.5).

Essa abordagem compreende-se que as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência não se encaixavam dentro dos padrões comuns exigidos para época, fugiam a aceitação e a rotina dos grupos e eram vistos como empecilhos sendo incapazes de realizar os trabalhos diários. A grande maioria das pessoas da época julgavam que esses indivíduos não eram capazes de conseguir desenvolver qualquer tipo de atividade e até mesmo sobreviver por si mesmo às ameaças da vida e com isso poriam em risco a sobrevivência do grupo. Por essa razão eram abandonados em lugares perigosos, no qual essa atitude contribuía declaradamente para sua morte.

Na fase de exclusão não existia nenhum tipo de preocupação ou atenção, as pessoas com necessidades especiais viviam isoladas e rejeitadas pela sociedade. A segregação institucional as pessoas com necessidades especiais eram afastadas do convívio familiar, recebendo atendimentos de instituições filantrópicas ou religiosas. No entanto, vale ressaltar que foi nesta fase que “surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação” (Nascimento e Silva, 2021, p. 03)

Esse primeiro período é marcado pela exclusão, extermínio e o abandono. De acordo com Santos (2021, p. 03) “ao longo de vários séculos, durante a era cristã, as pessoas com deficiência eram objeto de eliminação direta e indireta, às vezes em função da chamada inutilidade funcional e porque se consideravam manifestação do demônio ou de algum castigo divino”.

Souza (2021, p. 01), reforça o que foi dito quando diz que:

A exclusão, o extermínio, a marginalização e o abandono, por muito tempo, foram pontos marcantes na história dessas pessoas. A visão que se perpetuava socialmente era que essas pessoas não se enquadravam nos padrões homogêneos impostos socialmente. Logo, não eram dignas do convívio em sociedade, sendo em alguns momentos massacradas.

Durante o período Antigo (3.500 a.C. a 476 d.C.), conhecida como era pré-cristã, não foram encontrados dados que confirmem o atendimento especial disponibilizado as pessoas com deficiência, o termo Educação Especial praticamente não existia, bem como toda e qualquer deficiência estava associada a doença e os pais dessas crianças eram considerados castigados ou amaldiçoados, nos quais seus filhos sofriam extermínio por esse motivo.



Ainda na Idade Antiga é bastante evidente o abandono, maus tratos e exclusão. Apenas a Bíblia apresenta registro histórico. Nesse documento tão importante e valorizado até os dias de hoje é encontrado o abandono de um cego e leproso, na qual já era possível observar que desde então a sociedade já era carregada de preconceitos.

Nessa trajetória histórica, no início da Idade Média (476 d.C a 1.453 d.C) as pessoas com deficiência ainda sofriam grande preconceito, a exclusão ainda era a única forma de agir diante dessas pessoas.

Sasaki (1997, pp. 30-31), relata a esse respeito que:

[...] a exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

A expressão portador (as) está sendo utilizado nesse contexto apenas como representação histórica, pois sabe-se que os termos usados hoje já foge esse dialeto. Assim, no que se diz respeito a esse debate, após vários anos de maus tratos é chegada a era cristã e esse novo período apresenta um novo momento para a educação especial, o indivíduo com deficiência passa a ser visto e tratado com misericórdia e benevolência, o atendimento se concretiza através de instituições religiosas e as primeiras deficiências a serem atendidas por essas instituições foram as deficiências sensoriais: destacando-se a cegueira e a surdez.

Esse momento da história é marcado pelo **assistencialismo**, momento esse em que as pessoas já não sofriam extermínio, pois diante dos olhos da religiosidade eles eram pessoas criadas a imagem e semelhança de Deus, mesmo assim com a mudança nas ações e

da sociedade, nem todos agiam de forma assistencial para com eles, toda essa misericórdia e benevolência dependia muito do olhar caridoso da sociedade.

Pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas (provavelmente deficientes físicos, sensoriais e mentais), em função da assunção das ideias cristãs, não mais podiam ser exterminadas, já que também eram criaturas de Deus. Assim, eram aparentemente ignoradas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana. Da mesma forma que na Antiguidade, alguns continuavam a ser “aproveitados como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição, etc”. (Brasil, 2005, pp. 8-9).

Desde o tempo primitivo até a era cristã observa-se algumas transformações que contribuíram para que essas pessoas não sofressem extermínio, contudo, como retrata o autor, alguns desses seres humanos ainda eram aproveitados de maneira errônea, não havia um total respeito com eles.

Com início da Idade Moderna (1453 d.C. a 1789 d.C.) é possível perceber que existe uma pequena diminuição quanto ao preconceito e diante do assistencialismo religioso as pessoas continuam com a ideia de que os sujeitos com deficiência são seres possuidores de alma, porém, ainda são consideradas seres incapazes e improdutivos.

Nesse resgate histórico, já no século XV surge em Valência – Espanha, a primeira instituição para doentes mentais, criada pelo padre Joan Gilabert Jofré (1350-1417) religioso espanhol, que após presenciar a morte por linchamento de um doente mental, dedica sua vida a cuidar dos islâmicos com problemas mentais. A criação dessa instituição teve o apoio do Rei Martin de Aragão, sendo pioneira em atendimentos aos doentes mentais. Os monges se empenhavam a resgatar cristãos alienados ao mundo islâmico e a tratá-los nessa instituição. Após o surgimento desse hospício durante o século XV e XVI

surgiram muitas instituições envolvidas no tratamento das pessoas com comprometimento mental.

Com o surgimento de várias instituições para o atendimento as pessoas com deficiência mental, cresce também os estudos sobre suas causas, os médicos estavam curiosos em saber as causas do déficit. Além da curiosidade médica, nesse mesmo período nasce o interesse educacional nessa área, alguns estudiosos, pedagogos, estavam interessados em descobrir como se constituía o desenvolvimento educacional desses seres.

As pesquisas se intensificaram no século XVI, XVII e XVIII nas áreas das deficiências sensoriais (surdo, mudo e cego), e somente no final do século XVIII a área intelectual é discutida e analisada por médicos e pedagogos e o conhecimento mais aprofundado de suas patologias contribuíram para valorização e o estudo de suas características, com isso os médicos puderam compreender que a causa estava ligada a lesões no organismo.

No século XIX o caráter institucional assistencialista continua sendo a única maneira de atendimento, esse século é marcado por um grande aumento nas instituições e as pesquisas médicas aprofundaram o entendimento as pessoas com problemas mentais e suas consequências. O psiquiatra francês Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), sobressaindo as pesquisas do professor Philippe Pinel, (1745 a 1826) dividiu o retardo mental em dois níveis, que são:

**Imbecilidade:** retardo mental leve, pode educar.

**Idiotice:** retardo mental grave, não suscetíveis de educar.

Com isso, Jean-Étienne através de testes, dividiu em dois níveis os déficits mentais: os que diante de sua deficiência mais leve poderiam ser educados e aqueles que

apresentavam retardo grave, impossíveis de se educar. Portanto os resultados desses testes seriam primordiais para decidir o futuro educacional dessas pessoas.

O estudo sobre as causas e desenvolvimento das pessoas com deficiência aumentaram significativamente desde a idade média, pode-se destacar também a contribuição dos estudos do médico Jean Marc Itard (1774-1838), responsável pelo Instituto Nacional para o Surdo no qual recebe uma criança de 12 anos, resgatado em uma floresta, chamado de Victor, o Selvagem de Aveyron. Após receber o menino em seu instituto ele aplica os testes do psiquiatra francês e percebe-se que Victor obtém diagnóstico de idiota, e assim inicia-se atendimento médico e educacional, com utilização de recursos como a língua de sinais e tratamento moral, técnica do professor Pinel, pois acreditava-se que essa criança poderia ser educada, porém diante de todas as intervenções possíveis para a época Victor quase não evoluiu. Logo, Jean Itard aderiu o pensamento do psiquiatra francês que acreditava que o passado tem grande contribuição para com o presente e para o desenvolvimento do futuro, ou seja, uma criança largada a sorte a cerca de 5 anos, possuidora de traços autistas, não falava e não ouvia, carregava consigo uma trajetória quase irreversível. A partir de então Jean Itard relatou em seus documentos tentativas psiquiátricas quanto ao menino selvagem, desordem psiquiátrica infantil ao longo de quatro anos.

Estes relatos foram muitos discutidos ao longo da história e proporcionou grandes contribuições para a história da educação inclusiva, logo, o educador e médico O. Séguin (1812-1880) surge com uma nova linha de pensamento e suas obras publicadas fogem ao conceito defendido por Itard e do tratamento moral de Pinel, adquirindo sua própria linha de raciocínio.

Seguin é considerado pioneiro no atendimento a crianças com retardo mental e dispôs sua contribuição em hospícios e fundou uma escola para idiotas em Paris, como também contribuiu para a organização de escolas especiais em vários estados. Seus métodos eram mais reconhecidos em outros países, na qual a educadora e médica italiana Maria Montessori (1870-1952) foi sua discípula e seguiu sua linha de pensamento, Montessori verificou a importância de conhecer as **diferenças individuais** e buscar questões metodológicas possíveis ao aprendizado educacional.

**FIGURA Nº 01:** *Retrato da deficiência nos tempos antigos*



Fonte: Dall'agnol (2017, p. 01).

Ao discorrer esses momentos históricos da educação inclusiva, percebe-se que houve grandes obstáculos e sofrimentos vividos por essas pessoas até meados do século XIX.

Chegado o ano de 1950 a **segregação** da vaga a **integração**, por conseguinte, o atendimento na chegada dessa década volta-se para a aprendizagem educacional desses indivíduos.

Um momento importante acontece em 1978 com a publicação da informação de Warnock (1978), no qual propõe a mudança de modelos.

Relata-se o Modelo Integrador que se apoia nesses 4 princípios:

- ✓ Integração

- ✓ Setorização (serviços de especialização)
- ✓ Normalização
- ✓ Individualização (cada caso é um caso)

Com base na proposta de integração, esses indivíduos passam a frequentar a escola regular, mas, tal proposta é dificultada quando se deparam com a falta de preparo pedagógico, falta de recursos pedagógicos e tecnológicos nas escolas. Mesmo com todos esses entraves, a Educação Inclusiva ganha grande espaço e evolui significativamente, pois diante da nova proposta de integração, esses sujeitos já não estavam segregados em instituições médicas ou religiosas e sim estavam desfrutando das oportunidades educacionais oferecidas no início do movimento de integração.

Entretanto, mesmo com a proposta de integração, nem todas as crianças tinham acesso a essa nova oportunidade educacional, muitas foram deixadas às margens da possibilidade de se educar, ora por possuir severa deficiência, ora por possuir déficit de aprendizagem, e mais, sua condição social também contribuía com as possibilidades de acesso, entre outros motivos colocados em questão para continuar excluindo o acesso à escola comum.

Cada vez mais, as discussões acerca das políticas educacionais reforçam a necessidade de elaboração e a implementação de ações voltadas para a universalização do acesso na escola na efetivação do processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, as escolas devem ter como princípio acolher todas as crianças, sem qualquer distinção ou atitudes discriminatórias (Nascimento e Silva, 2021, p. 05).

Com a chegada da integração grandes transformações surgiram no contexto regular de ensino e várias definições envolvendo as nomenclaturas foram adotadas. Surgia uma

nova configuração do atendimento educacional para as pessoas com deficiência, assim surgiu o termo **necessidades educacionais**. Esses sujeitos passaram a ser chamadas de pessoas com necessidades educativas especiais e não mais “deficientes” ou “portadoras de deficiência” esses termos a partir de então estava extinto.

Nesse contexto, destaca-se abaixo as conferências internacionais que contribuíram para evolução da Educação Inclusiva:

- ✓ **1990:** Jomtien – A ideia de educação para todos concebida em Jomtien não se concentrava nos sistemas educativos, mas na aprendizagem em sentido mais amplo, isto é, fortalece uma visão de educação com conceito mais amplo do que a escolarização. “A convenção sobre os direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceitos na história universal e foi ratificado por 196 países” (Jomtien, 1990).
- ✓ **1993:** Unesco – Os direitos humanos abrangem dimensões maiores do que o entendimento comum, sobre limitar-se apenas aos direitos políticos ou civis, isto é, abrangem outras dimensões: econômicas, sociais, culturais e ambientais.
- ✓ **1994:** Declaração Salamanca - toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades. “A Declaração de Salamanca é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, juntamente com a Convenção sobre os Direitos da criança em 1989 e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990”. (Salamanca, 1994).
- ✓ **2000:** Dakar – A conferência estabelece como inaceitável os seguintes pontos:
  - Mais de 13 milhões de crianças (a maioria meninas) não tenham acesso ao ensino inicial;

- 880 milhões de adultos seguem no analfabetismo;
- À discriminação continua infiltrada nas instituições escolares;
- A qualidade de ensino não alcança satisfazer as necessidades da sociedade.

✓ **2006:** Convenção dos Direitos Humanos - igualdade de oportunidades com as demais crianças, e recebam atendimento adequado à sua deficiência e idade, para que possam realizar tal direito.

✓ **2009:** Seguimento da Declaração de Salamanca

É em 1994 com a Declaração de Salamanca quando se produz uma nova evolução quando surge a ideia da Educação Inclusiva, que supõe um avanço significativo. Desde o ponto de vista que a criança tem que se adaptar a escola, após Salamanca a escola é que deve mudar para adaptar-se a criança.

Nessa estrutura em que se apresenta as conferências mais importantes para a inclusão das pessoas com deficiência, duas ideias principais ajudam a compreensão do que se entende por Educação Inclusiva:

1. As escolas comuns deveriam ter uma orientação inclusiva na qual constitui um passo significativo, reconhecer que todas as escolas deveriam ser inclusivas, e que nenhuma diferenciação deve ser feita entre elas e assim poder alcançar o grau de inclusão e,
2. As escolas regulares com uma orientação inclusiva são “meios” mais eficazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançar uma educação para todos (Ainscow e Miles, 2008, p. 14).



### **1.1. Os Avanços da Educação Inclusiva na História do Brasil**

No Brasil o marco da Educação Especial aconteceu na época do império, no final do século XVIII ao início do século XIX. Baseado nos conceitos norte-americanos e europeus, algumas instituições foram fundadas no Brasil, como o Instituto dos Meninos Cegos, criado por Dom Pedro II em 1854 (Jannuzzi 2006 e Mazzota, 2005). A origem dessa instituição teve início após o Jovem brasileiro José Alvares de Azevedo, (cego), estudante de uma instituição para cegos em Paris, retornar ao Brasil. O médico do imperador (José Francisco Xavier Sigaud) e pai de uma menina cega tomou conhecimento de uma obra que esse jovem havia publicado e convidou-o então para alfabetizar sua filha (Adèle Marie Louise), com excelente resultado obtido, despertou o interesse do então advogado e deputado geral Couto Ferraz fazendo com que ele desse início a fundação da Instituição dos Meninos Cegos existente até hoje com o nome Instituto Benjamim Constant - IBC. Ainda nesse período, precisamente no ano de 1857, foi criado o Instituto Surdos-Mudos, baseados nos mesmos conceitos europeus e norte-americanos (Jannuzzi 2006 e Mazzota, 2005).

Mesmo após o interesse de alguns políticos e depois do surgimento de algumas instituições, o governo não se mostrava interessado em investir no aprimoramento dessas instituições, havia pouco investimento, colocando em esquecimento o desejo de desenvolvimento educacional desses indivíduos. Apenas as pessoas diagnosticadas com deficiências severas foram colocadas na linha de preocupação governamental e eram atendidas pelas instituições, ou seja, instituições que resgata o atendimento assistencialista médico e não educacional, contribuindo para o surgimento de mais uma instituição médica,

o hospital psiquiátrico da Bahia (1874) para atendimento as pessoas com problemas mentais.

No mesmo ano surge o hospital pioneiro em atendimento mental, o Hospital Juliano Moreira em Salvador, surgindo mais em 1887, no Rio de Janeiro a Escola México para atendimento de pessoas com déficits físicos e intelectuais.

A história marcou descaso do poder público com a escolarização das pessoas com deficiência durante essa época, as instituições existentes foram criadas apenas para atendimento das causas graves, todas as instituições brasileiras criadas até então possuíam caráter apenas assistencialista.

## **1.2. A Educação Inclusiva no Brasil República**

A república brasileira foi proclamada em 1889, e esse fato importante se depara com educação especial brasileira quase inexistente, os indivíduos com deficiência eram enxergados como seres incapazes, o Brasil não dispunha de instituições escolares preparadas par receber esses sujeitos, havia apenas instituições assistencialistas para atender os cegos ou surdos-mudos.

O resgate histórico relata que os indivíduos com problemas mentais severos eram segregados em clínicas psiquiátricas e manicômios, impossibilitadas do convívio social, acreditava-se que eles seriam riscos para outras pessoas. Os demais, com um grau de deficiência menor, conviviam com sua família, mais sem destaque nenhum na sociedade. A deficiência na época do Brasil república estava relacionada a problemas de saúde, em geral atribuída à sífilis, tuberculose, doenças venéreas, pobreza e falta de higiene, portanto apenas a área médica estava interessada na cura dos déficits.

Alavancados por interesses políticos, surgiram algumas clínicas de internação baseado no conceito europeu com o intuito de integração e posteriormente inserção no mercado de trabalho, a questão é que, não existia espaço para essas pessoas no mercado de trabalho, isso tem uma seguinte justificativa: a muitos anos dispôs apenas de acompanhamento assistencialista e com isso ainda havia a crença que a deficiência estava relacionada com a incapacidade.

A história marca nesse mesmo período o fracasso do Imperial Instituto dos meninos cegos, a causa identificada teria sido: problemas financeiros e morais.

Após a Proclamação da República, o Brasil passou por uma fase de reestruturação, houve várias mudanças na educação devido as transformações da política social, a instabilidade financeira, permitiu que o sistema educacional continuasse dividindo as classes, pois os menos favorecidos não tinham a mínima possibilidade de acesso educacional.

Diante das circunstâncias estabelecidas, foram adotadas várias estratégias para o atendimento educacional desses estudantes e no ano de 1911 foi criado em São Paulo, Serviço de Higiene e Saúde Pública, dedicado à criação de classes especiais e formação de profissionais, no intuito de melhorar o acesso e atendimento dessas pessoas. Precisamente no ano de 1917, as pessoas com deficiência passaram por uma análise e assim foram divididos de acordo com a gravidade de sua deficiência, o intuito dessa análise foi conhecer melhor o grau do problema e assim formar profissionais com conhecimento para atuar em cada área distintamente.

O Brasil registrou um aumento das instituições no período entre 1903 a 1930, ao mesmo tempo que cresce a preocupação com as pessoas que apresentavam problemas

mentais. Dentre as várias instituições fundadas algumas foram destaque como por exemplo:

- Pavilhão Bourneville - RJ (1903); Sociedade Pestalozzi - RS (1920); Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs (1920); Pavilhão de Menores do Hospital Juqueri - SP (1923); União dos Cegos do Brasil – RJ (1924); Instituto São Rafael (1926) MG; Instituto Padre Chico – SP (1929); Sodalício da Sacra Família – RJ (1929); Instituto Santa Terezinha – PA (1929) (Brasil, 1975)

O ano de 1930 foi marcado pelo aumento no número de instituições. Devido à preocupação com a deficiência mental várias instituições surgiram para atendimento dessa clientela e se destaca as seguintes instituições:

- Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (Belo Horizonte), do Brasil (Rio de Janeiro, 1945) e do Estado do Rio de Janeiro (Niterói, 1948); Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz (São Paulo, 1936), Escola Especial Ulisses Pernambucano (Recife, 1941), Escola Alfredo Freire (Recife, 1942), Instituição Beneficente Nosso Lar (São Paulo, 1946), Escolinha de Arte do Brasil (Rio de Janeiro, 1948) e Escola Professor Alfredo Duarte (Pelotas, 1949) (Brasil, 1975).

Nota-se através do contexto histórico que as instituições criadas até esse momento estavam ligadas a propósitos filantrópicos e caridosos, a educação não estava nos propósitos institucionais dessa época.

Em relação a deficiência visual, essa avançou muito relacionado a criação de instituições, podendo destacar as seguintes:

- Os Institutos dos cegos do Recife (1935), da Bahia (1936), São Rafael (Taubaté/SP, 1940), Santa Luzia (Porto Alegre/RS, 1941), do Ceará (Fortaleza, 1943) da Paraíba (João Pessoa, 1944) do Paraná (Curitiba, 1944), do Brasil Central (Uberaba/MG,

1948) e de Lins (São Paulo, 1948). A Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização para Cegos (São Paulo, 1942) e a União Auxiliadora dos Cegos do Brasil (Rio de Janeiro, 1943), 1946 a Fundação do Livro do Cego no Brasil, a Escola Louis Braille, de Pelotas (1952), o Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (1963), a Escola de Cegos do Maranhão (1964) e a Associação dos Cegos do Piauí (1967).

- Fundaram-se o Pavilhão Fernandinho Simonsen, na Santa Casa de Misericórdia, Lar Escola São Francisco e a Escola Nossa Senhora de Lourdes para a deficiência física.

- Para a deficiência auditiva, O Inês, de Belo Horizonte é o único a surgir em 1947; posteriormente para a deficiência auditiva surgiram as seguintes instituições: em Curitiba, a Escola Epheta (1950); em Recife, o Instituto Domingos Sávio (1952); a Escola Santa Cecília, no Rio de Janeiro (1957); em São Paulo, Instituto Educacional São Paulo (1958); no Rio de Janeiro, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1959); em São Paulo, o Instituto Dona Conceição (1960); na cidade de Fortaleza, o Instituto Cearense de Educação de Surdos (1968); e em Salvador, a Escola Santa Maria (1970) (Brasil, 1975).

Houve expansão no atendimento dos sujeitos com déficits mentais entre as décadas de 50 e 60, ocorreu também apoio e recursos financeiros e técnicos do governo federal a instituições e as secretarias de educação. Entre os anos de 1957 e 1993 o governo assume o atendimento aos alunos especiais; surgindo assim várias campanhas.

Além das instituições filantrópicas existentes, surgem também interesses privados. Dentre as instituições provadas surge a Escola Mundo Infantil em São Paulo (1956), o Centro Ocupacional Avanhandava (1968), a Escola da Carminha (1973), a Escola Jatý (1969) que recebia pessoas com problemas neuromotor graves e o Piratinis Instituto Educacional (1971) (Brasil, 1975).

Nessa abordagem histórica, vale salientar que a Federação Nacional das APAEs (1962), com suas 12 instituições espalhadas pelo Brasil deram suporte a obtenção de respaldo legal. Diante do crescimento ao atendimento surgiram decretos que foram importantes para a Educação Especial: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB (Decreto nº 42.728, de 03/12/57), promove por todos os meios, medidas necessárias à educação e assistência no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala; a Campanha Nacional de Educação dos Cegos – CNEC (Decreto nº 48.252, de 31/05/60) (Brasil, 1960) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME (Decreto nº 48.961, de 22/09/60) (Brasil, 1960), tem por finalidade promover a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo.

O termo inclusão/integração chega ao Brasil no início da década de 70, quando os novos modelos se opunham aos modelos de segregação existentes e passa garantir o acesso a institucionalização da Educação Especial, com isso surgiram uma grande quantidade de salas especiais dentro escola regular. Essas salas eram mantidas pelas secretarias de educação e ficava por conta de a escola pública receber alunos com deficiência mental leve. O aluno integrado necessitava se adaptar a escola, ou seja, dependia de seu esforço pessoal para melhor se encaixar nos paradigmas da escola regular, isto é, de acordo com Carneiro (2007, p.15) “As escolas especiais passaram a se construir em um espaço de segregação dentro das escolas comuns”.

Por meio do Decreto nº 72.425/1973 Brasil, (1973), cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências com o intuito de planejar e promover o desenvolvimento da Educação Especial, bem como a avaliação e a execução de programas, realizando pesquisas educacionais, tendo em vista à melhoria do

atendimento. Tempos depois, o órgão foi transformado em Secretaria de Educação Especial – SESPE. Sua extinção aconteceu em 1990, a Educação Especial passa a ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb, na qual foi criado o Departamento de Educação Supletiva e Especial. Após Fernando Collor de Melo assumir a presidência em 1990 ocorre o retorno da Secretaria de Educação Especial (Mazzotta, 2005).

Para Jannuzzi (2006, p. 137):

À década de 1970 pode ser considerada um dos marcos da educação especial, pois nela ocorreram alguns acontecimentos que evidenciaram a área. Foi, também e principalmente, a partir desse período, por meio do discurso em defesa da normalização e da integração, que as reformas educacionais passaram a área da educação especial.

Enfatizando o dito por Jannuzzi foi uma década com grandes conquistas, houve investimentos na formação de professores para atuar nessa área, aprimoramento das técnicas e instrumentos de ensino, preocupação em favorecimento do ensino aprendizagem dos alunos. Entretanto esse serviço ainda deixava alguns alunos fora da escola por apresentarem deficiências graves, os princípios normativos se expandem no território brasileiro a partir da década de 80.

Esse momento da história é marcado pela integração com princípios normativos, que possibilitam condições e oportunidades na sociedade em que vivem, desenvolve-se assim o **paradigma da integração**, ou seja, o aluno passa por um tempo de avaliação e adaptação na sala especial, só após esse período é que ele, dependendo de suas condições, poderá ser promovido para a sala de aula regular.

Subsequentemente surge o **paradigma da inclusão**, a escola comum passa a receber o aluno com deficiência, sem distinção, ou seja, todos têm direito a educação na sala regular de ensino. Entre a década de 80 e 90, já não cabia ao aluno se adaptar a escola e sim a escola se adaptar ao aluno e oferecer a ele oportunidade de desenvolvimento educacional e social.

Na década de 90 surge no Brasil um documento importante, a Política Nacional de Educação Especial. Esse documento amplamente discutido pela Organizações Governamentais – OGs e Não Governamentais – ONGs, inclui todas as deficiências e inclui as pessoas altas habilidades e superdotação. O termo deficiente passa a ser substituído por **necessidades educativas especiais** (Brasil, 2006).

### **1.3. Os Paradigmas da Educação Especial no Brasil**

Antes de relatar sobre os paradigmas que nortearam a Educação Especial é importante conceituar o termo paradigma.

**Paradigma** é um padrão ou modelo a seguir, ou seja, conjunto de valores e ideias dentro de um contexto social.

Três paradigmas resumem a Educação Especial no Brasil:

- 1. Paradigma da Institucionalização**
- 2. Paradigma de Serviços**
- 3. Paradigma de Suporte**

O detalhamento sobre os paradigmas retrata com exatidão os acontecimentos relacionados a cada um desses elementos.



### **1.3.1. Paradigma da Institucionalização**

O referido paradigma constitui em uma exclusão total, esse período foi considerado um momento em que as pessoas sofriam extermínio, por serem consideradas amaldiçoadas ou por possuírem características diferentes dos padrões comuns da época. Logo após intervenção médica, esses indivíduos já não eram mais condenados à morte, passaram a ser segregados em asilos, manicômios ou clínica psiquiátricas longe de sua família, para tratamento de sua deficiência. Segundo Aranha (2003, p.11), “começaram a surgir os primeiros hospitais psiquiátricos, como locais para confinar, mas do que para tratar, os pacientes que fossem considerados doentes, que estivessem incomodando a sociedade, ou ambos”.

Esse paradigma permaneceu forte no Brasil por aproximadamente 500 anos. Por volta da década de 60, surgem várias reflexões e críticas sobre os direitos humanos, principalmente os direitos da minoria, com isso novas reformulações dos conceitos já existentes entraram em discussão.

### **1.3.2. Paradigma de Serviços**

A partir da década de 70, após várias críticas, o Paradigma de Institucionalização perde forças e com isso surgem novas ideias. Após várias discussões e reflexões adota-se a normalização da Educação Especial com conceitos de integração, que consiste em capacitar esses alunos para assemelhar-se o máximo possível aos demais cidadãos para assim ser inserido ao convívio social. O Brasil passou assumir:

- O princípio de normalização como critério norteador da avaliação social;
- O Paradigma de serviços como modelo de atenção à pessoa com deficiência, na área educacional. Assim, recomendava a prestação de serviços educacionais técnicos, especializados, como o objetivo de promover adaptação da pessoa ao seu meio social (Brasil, 2005, p. 6).

De acordo com Sasaki (1997, p.30):

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Com base nessa informação, suas diferenças e suas deficiências eram respeitadas e tinham direito a uma vida normal. A integração exige mudança no suporte e serviços oferecidos pelas instituições

As instituições se organizam em três etapas:

- **a primeira, de avaliação**, em que uma equipe de profissionais identificaria tudo o que, em sua opinião, necessitaria ser modificado no sujeito e em sua vida, de forma a torná-lo o mais normal possível;
- **a segunda, de intervenção**, na qual a equipe passaria a oferecer (o que ocorreu com diferentes níveis de compromisso e qualidade, em diferentes

locais e entidades), à pessoa com deficiência, atendimento formal e sistematizado, norteado pelos resultados obtidos na fase anterior;

• **a terceira, de encaminhamento** (ou reencaminhamento) da pessoa com deficiência para a vida na comunidade (Brasil, 2005, pp. 18-19).

A integração consiste na adaptação do aluno à escola, a escola não se modifica para recebê-lo. A escola oferece serviços e suportes, mas, o aluno precisa se ajustar as normas estabelecidas. Segundo Glat (1995, p. 91) a integração:

Ao contrário do que geralmente se proclama, a questão da integração dos portadores de deficiências não é apenas um problema de política educacional, nem se resume a colocar estas crianças em classes regulares. Como já discutimos, integração refere-se ao relacionamento entre pessoas, e isso é um pouco mais complexo do que garantir a matrícula na escola pública.

De acordo com Rodrigues (2006, p. 303), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ se tem que adaptar”.

Durante o movimento da integração houve um aumento significativo das salas especiais situadas dentro da escola regular. O processo de integração principia com a inserção na sala especial, o aluno é preparado e depois de um determinado período passa por avaliação e se estiver desenvolvido satisfatoriamente é inserido na sala regular, entretanto muitos não se desenvolviam e com isso continuavam segregados em uma sala especial.

“A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no

mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola” (MEC,1994, p. 02).

Tempos depois o Paradigma de Serviços enfrentou problemas, várias críticas surgiram vindas de cidadãos que atuavam em órgãos representativos, as pessoas com deficiência passam a ser visto como um ser humano qualquer, com direitos e oportunidades, enfraquecendo o paradigma da normalização.

### **1.3.3. Paradigma de Suporte**

Esse paradigma se fundamenta no pressuposto de que esses sujeitos com deficiência tem os mesmos direitos que outro cidadão qualquer, bem como, é disponibilizado suportes e instrumentos necessários ao acesso e a participação ativa na sociedade. Entretanto, o objetivo é capacitar recursos humanos, incentivar a conscientização e respeito da sociedade quanto à adequação do espaço físico, humano, comunicação, legal, entre outros, ou seja, é de cada um à responsabilidade de uma sociedade inclusiva. O resultado não depende da ação individual, mas sim um processo que envolve tanto a pessoa com deficiência como toda a comunidade envolvida.

Ele tem se caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Para tanto, fez-se necessário identificar o que poderia garantir tais circunstâncias (Brasil, 2005, pp. 20-21).

Existe uma grande diferença entre o Paradigma de Serviços e o Paradigma de Suporte. O primeiro exige uma mudança efetiva no indivíduo, com princípios de

normalização. O de Suporte se configura nos princípios de inclusão, a intervenção e participação da sociedade é de grande valia nos resultados obtidos, ou seja, exige mudanças dos dois lados:

- no processo de desenvolvimento do sujeito;
- no processo de ajuste da realidade social (Brasil, 2005, p.22).

A inclusão se configura o direito a participação ativa na sociedade, reformulação do espaço físico, a maneira preconceituosa de enxergar as deficiências e o atendimento as necessidades com uma educação de qualidade.

Rodrigues (2006, pp. 303-304), afirma que a inclusão não pode ser uma parte melhorada da integração, ele justifica sua afirmação de três formas:

- 1- A integração deixou intocáveis os valores menos inclusivos da escola. Não foi por causa da integração que o insucesso ou o abandono escolar diminuiram ou que novos modelos ou que novos modelos de gestão da sala de aula surgiram. A Integração criou frequentemente uma escola especial paralela à escola regular em que os alunos que tinham a categoria de “deficientes” tinham condições especiais de frequência: aulas suplementares, apoio educativo, possibilidade de estender o plano escolar de um ano em vários, condições especiais de avaliação, etc.
- 2- A escola Integrativa separava os alunos em dois tipos: os “normais” e os “deficientes”. Para os alunos “normais” era mantida a sua lógica curricular, os mesmos valores e práticas; para os “deficientes” selecionava condições especiais de apoio ainda que os aspectos centrais do currículo continuassem inalterados. A escola Integrativa “via” a diferença só quando

ela assumia o carácter de uma deficiência e neste aspecto encontrava-se bem longe de uma concepção inclusiva.

3- O papel do aluno “deficiente” na escola integrativa foi sempre condicionado. Era implícito ao processo que o aluno só se poderia manter na escola enquanto o seu comportamento e aproveitamento fossem adequados. Caso contrário poderia sempre ser “devolvido” à escola especial. Assim o aluno com dificuldades não era um membro de pleno direito da escola, mas tão só uma benesse que a escola condicionalmente lhe outorgava.

**FIGURA N°02:** *Da exclusão à inclusão*



Fonte: Social, 2020 apud Veiga (2020).

#### 1.4. Integração Escolar

As palavras integração e inclusão são comumente usadas como se tivessem o mesmo significado teórico e prático. A educação inclusiva tem como base visão social, reconhece que todas as crianças são diferentes. Mantoan (2015, p.15), define os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” — “conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico metodológicos divergentes”.

Assim também Rodrigues (2006, p. 35), “assegura que integração e inclusão têm sentidos completamente opostos embora afirma que “a inclusão é a “evolução natural” do sistema integrativo”. Ainda de acordo com Rodrigues (2006, p. 3), ele faz uma excelente definição entre os objetivos da integração e inclusão:

Afigura-se consensual que a integração pressupõe uma “participação tutelada” numa estrutura com valores próprios e aos quais o aluno “integrado” se tem que adaptar. Diferentemente, a Educação Inclusiva pressupõe uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta todas as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo.

A integração surgiu no final dos anos 50, logo após a extinção do Paradigma da institucionalização, e permaneceu ativa no Brasil por 40 anos. Por vezes a integração é vista como o primeiro passo para inclusão, entretanto seu maior equívoco é sustentar um ensino estático, onde a mudança esperada está no aluno, apoia e defende o princípio de normalização. Através da integração o aluno é inserido na escola e dispõe de uma gama de possibilidades, nesse contexto ele pode ser inserido na sala regular e migrar para sala

especial. Isso vai depender exclusivamente de seu desenvolvimento. Nesse processo o aluno dispõe de todos os tipos de atendimento da classe especial, como: professor itinerante, salas de recursos, atendimentos clínicos, próprios de serviços de segregação.

Na integração nem todas as crianças com deficiência podem frequentar o ensino regular, existe uma seleção, para saber qual é que estão mais aptos a frequentar esse sistema de ensino, toda via a escola continua a mesma, sem alterações, nada muda; a estrutura, o currículo, as práticas e metodologias permanece inalterado. De acordo com Mantoan (2015, p. 16), “a integração escolar pode ser entendida como o especial na educação, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos, técnicas da educação especial às escolas regulares”.

Enfatizando o que foi dito por Mantoan, a integração mascara uma educação especial que segrega da mesma maneira. Não está preparada para receber o aluno na sala regular sem os recursos da sala especial.

### **1.5. Inclusão Escolar**

A inclusão exige grandes reformulações, é um processo que envolve a participação de todos os estudantes nas instituições regulares de ensino. Trata-se de uma transformação de fora para dentro e assim sucessivamente. É uma abordagem em que a pessoa é vista com sua deficiência, entretanto isso não é visto como impedimento de desenvolvimento. Hoje, no Brasil, a Educação Especial assume uma perspectiva inclusiva, ou seja, pressupõe que todos os estudantes devem conviver e compartilhar o mesmo ambiente de ensino e



aprendizagem, livres de discriminação injustas de qualquer natureza, participando e aprendendo junto dos demais (Mendes, 2022, p. 6).

Rocha (2021, p. 18) cita que “a diferença enriquece o ambiente escolar, é preciso desmitificar a existência de salas homogêneas, no entanto a primeira coisa a fazer é ter consciência das diferenças”. Conforme Mantoan (2015, p.42), “O professor, da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a (falsa) homogeneidade das salas de aula”.

A respeito do processo da inclusão, as políticas educacionais tem como função o direito de igualdade entre as pessoas, visando uma educação de qualidade que respeita as diferenças, buscando a permanência dos alunos nas escolas e não somente o acesso. Matrícula não é garantia de inclusão, inserir essa clientela de alunos em uma sala regular requer mudanças efetivas no contexto escolar.

A escola por ser espaço de socialização e interação precisa possuir estrutura adaptada a todos os inseridos, de modo que eles venham a se locomover nesse espaço e que as barreiras arquitetônicas não os impessam de desenvolver a interação dentro da instituição. É necessário que o espaço escolar esteja adaptado a todos que frequentam a escola para que os obstáculos estruturais não sejam empecílios para seu desenvolvimento.

Adaptar a estrutura física é um ponto indispensável, mas sabe-se que isso por si só não garante sucesso escolar. O currículo é uma das questões indispensáveis nesse processo e necessita ser revisto e adequado as necessidades coletivas, ou seja, o currículo precisa ser flexível e atender as necessidades de todos os educandos.

Incluir não se dá apenas em cumprir sumariamente as leis, isto é, ou a escola muda para torna-se inclusiva, ou certamente os resultados esperados não serão obtidos.

A inclusão escolar de todos(as) os(as) estudantes nas classes comuns do ensino regular é processo que deve ser conduzido com cautela, zelo e respeito ao indivíduo e suas famílias. Entretanto, a plena inclusão nunca se efetivará sem a prática inclusiva, sem o esforço presente para superação das dificuldades, sem a adoção de medidas que possam gerar resultados no futuro, sem o fomento da cultura inclusiva nas escolas, na comunidade, na sociedade (São Paulo, 2021, p. 08).

A prática pedagógica precisa ir muito mais além da presença física do professor, é extremamente importante que esse profissionais se encorajem e busquem formações que lhes possibilitem encarar a inclusão de maneira mais segura.

Nesse percurso, a participação de todos(as) é fundamental para a mudança de cultura, concepção e prática. Assim, o diálogo deve estar aberto para que estudantes, suas famílias, especialistas, comunidade escolar, órgãos públicos afeitos à proteção dos direitos e a sociedade civil organizada possam seguir juntos na efetivação das ações necessárias à inclusão de todos(as), sem exceção. Por certo, para a construção de uma rede escolar mais inclusiva, a união de esforços advinda da continuidade de parcerias com organizações da sociedade civil representa importante contribuição (São Paulo, 2021, p. 09).

**TABELA Nº 01:** *Integração e Inclusão: principais diferenças*

<b>Integração e Inclusão: principais diferenças</b>	
<b>Inclusão</b>	<b>Integração</b>
Inserção total ou incondicional (crianças com deficiência não precisam se “preparar” para ir a escola regular)	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam em escolas ou classes especiais para poderem frequentar escolas ou classes regulares)
Exige rupturas nos sistemas	Pede concessões ao sistema
Mudança que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; todas ganham)	Mudanças visando prioritariamente as pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas “ganham” mais
Exige transformações profundas	Constenta-se com transformações superficiais
Sociedade se adapta para atender à necessidade das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atento às necessidades de todos	Pessoas com deficiência se adaptam as realidades dos modelos que já existem na sociedade, que fazem penas ajustes
Defende o direito de todas as pessoas, com e sem deficiência	Defende o direitos das pessoas com deficiência
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma	Insere nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto,

esses sistemas para que se tornem qualidade para todos	as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)
Valoriza a individualidade das pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos, etc.)	Como reflexo de um pensamento integrador citamos a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex: surdos se concentram melhor; cegos são bons massagistas, etc.
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar as chances de inserção
Não se caracteriza apenas pela convivência de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	A simples presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador
A partir da certeza de que todos são diferentes, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais” – o que existem são pessoas com deficiência	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação, como Libras. Seríamos então um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência, rodeada, rodeada pelas que apresentam diferença
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo, etc.)	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiências

	consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora, etc)
--	---

Fonte: Você é Gente? de Claudia Wernek (WVA editora) (2003)

Este enfoque é essencial para que haja uma análise aprofundada da intenção de cada conceito, integração e inclusão caminham em lados totalmente opostos. Deve-se ter clareza quais os caminhos a seguir em busca de uma escola inclusiva de qualidade baseada nos princípios de inclusão e educação para todos.

**FIGURA N°03:** *Integração e Inclusão*



Fonte: Portal da Educação (2021).

## **2. Atendimento Educacional Especializado para os Alunos com Deficiência**

É de extrema importância iniciar esse debate enfatizando que: “A nossa Constituição Federal garante para as pessoas com deficiência, o atendimento especializado” (art. 208, III, CF). De acordo com a Constituição Federal: “não é qualquer tipo de acesso à educação que atende ao princípio da igualdade de acesso e permanência em escola (art. 206, I).

O atendimento educacional especializado (AEE) “é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Segundo Mantoan (2010, pp.19-20), o atendimento educacional especializado vem sendo executado de duas maneiras distintas:

- A primeira conhecida como especiais ou especializadas são destinadas as pessoas com deficiência, ou seja, salas especiais organizadas dentro da escola comum, essa forma de organização substitui totalmente o acesso à escola regular.
- A segunda maneira de executar o ensino especializado é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, é a que trata o atendimento educacional especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que é específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em ambientes oficiais.

A primeira maneira de atendimento apontada por Mantoan nos remete a pensar na década de 70, em que as salas especiais cresceram em número significativo dentro das

escolas regulares. Esse modelo de ensino constata forma de discriminação e segregação, em permitir que o estudante continue as margens do seu direito de educação para todos estabelecida na Constituição Federal de 1988. Como citado anteriormente esse tipo de educação esteve presente por vários anos no sistema de ensino brasileiro substituindo totalmente a escola comum.

O atendimento especializado não se traduz em negação dos direitos constitucionais. Ao contrário, condiz com os objetivos inclusivos defendidos pela Constituição Federal, várias leis e decretos e diversas convenções citadas anteriormente e segundo com Mantoan (2010, p.132), “o atendimento especializado aparece como garantia da inclusão”.

Baseado nas reivindicações legais, o referido atendimento pode ser visto como um instrumento de concretização do direito à educação, e diante desse argumento pode-se acrescentar mais significados para melhor compreensão dos seus objetivos, de acordo com Mantoan (2010, pp. 24-25), o atendimento especializado:

- 1- Não é o único direito das pessoas com deficiência, mesmo daquelas que possuam graves limitações, pois todo ser humano é titular do direito à educação que compreende, para crianças e adolescentes, o acesso e a permanência em ambiente escolar oficial e não separado por grupo de pessoas, que vise ao pleno desenvolvimento humano e o preparo para o exercício da cidadania.
- 2- Deve ser adotado quando realmente existia uma necessidade especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência não precisam.
- 3- Deve ser oferecido preferencialmente no mesmo ambiente (sala de aula) frequentado pelos demais alunos (exemplo: intérprete de língua de

sinais, computadores com teclados adaptados ou sistema de voz), mas sem substituição do professor comum.

4- Se houver necessidade de ser oferecido à parte, que isto ocorra sem dificultar ou impedir que a criança e adolescente com deficiência tenham acesso às salas de aula do ensino comum, no mesmo horário que os demais alunos as frequentam.

5- Não pode ser confundido com atendimentos clínicos, os quais, mesmo quando necessários com prejuízo da frequência escolar, mantêm intacto direito do aluno ao seu lugar educacional, que é o ambiente comum.

6- Não deve ser adotado de forma obrigatória, ou como condição para o acesso do aluno com deficiência ao ensino comum.

Imediatamente constata-se, a partir das concepções de Mantoan, a relevância do Atendimento Especializado empregado as necessidades educativas especiais, além da relevante importância de garantir o direito constitucional, bem como, conceder aos educandos o pleno desenvolvimento humano e o exercício da cidadania.

Como dito anteriormente, o atendimento especializado através de sua organização funcional pode ajudar a derrubar as barreiras que existam entre as os estudantes com deficiência e a aprendizagem, ou seja, um complemento aos conhecimentos adquiridos na sala regular.

São exemplos práticos de atendimento educacional especializado:

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de Recursos de Tecnologia Assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização



ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros (Sartoretto e Bersch, 2014, p. 42).

De acordo com Sartoretto e Berch (2021), a utilização da TA na área educacional só pode ser assistiva quando favorece de forma significativa a participação do estudante com deficiência no desempenho de uma atividade educacional. Deste modo, no que tange o campo educacional a tecnologia é assistiva quando se percebe que a criança ou o adolescente necessita de apoio da TA, e sua falta prejudica o desenvolvimento do estudante ou ainda exclui sua participação em determinada atividade.

Por outro lado, é necessário destacar que o professor pode contribuir para o acesso ao AEE. Através da resolução CNE/CEB nº 04/2009 foi criado algumas atribuições referentes as funções do professor AEE, vejamos a seguir:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009, p. 15).

Nesse contexto, atribuído ao profissional do AEE, pode-se dizer que sua função se estende largamente na busca pelo desenvolvimento educacional dos seus alunos e que tanto o professor da sala comum quanto o profissional especializado necessitam estar conectados a fim de elaborar estratégias que promovem autonomia e participação dos envolvidos podendo assim concretizar as propostas definidas nessa resolução.

## **2.1. Recursos pedagógicos e Tecnológicos como Contribuição para Aprendizagem**

A inserção desses estudantes na escola regular tem exigido mudanças nas estratégias e nos procedimentos de ensino, propõe a adoção de metodologias distintas das utilizadas em salas especiais.

O avanço das tecnologias tem contribuído como ferramentas que se adequam ao contexto das necessidades educacionais especiais individualmente e podem acrescentar e favorecer a ampliação dos conhecimentos pedagógicos.

Entretanto a utilização desses recursos dependerá exclusivamente do interesse do docente em inseri-los como facilitador da aprendizagem e de acordo com o Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, Brasil, dispõe sobre o AEE, dentre outros objetivos propostos a elaboração e utilização de recursos que respondam aos ajustes necessários para a efetiva aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Leva-se em consideração de que a ausência de recursos em sala de aula dificulta o desenvolvimento dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, de acordo com Giroto, Poker e Omote (2012, p.12), uma sala regular inclusiva “sem recursos estratégias e materiais adaptados que atendam às suas necessidades educacionais especiais seria muito difícil garantir a participação efetiva nas atividades propostas bem como a interação com os outros alunos e professores”.

Em conformidade com os autores, a reestruturação educacional, no ponto de vista inclusivo, indica um novo modelo de ensino, diferente dos modelos excludentes, segregativos e integrativos das escolas especiais. Consequentemente essa reorganização requer formação docente pautada na diversidade, considerando o tempo que cada um tem para apreender, isto é, desmistificar o conceito de homogeneidade em salas de aula.

Nesse propósito, é esperado que tanto o professor da sala comum quanto o profissional especializado saibam, não apenas utilizar os recursos existentes na escola, mais também tenham interesse em criar materiais que possam auxiliar as necessidades especiais dos estudantes, enfim, que eles sejam capazes de manusear do mais aprimorado recurso tecnológico ao criado de forma mais simples, como os artesanais.

Dentre as importantes mudanças que a escola e o professor precisam incorporar, destaca-se a utilização das tecnologias de informação e comunicação – TIC, que constituem um diversificado conjunto de recursos

tecnológicos, tais como: computadores, internet e ferramentas que compõem o ambiente virtual como chats e correio eletrônico; fotografia e vídeo digital; TV e rádio digital; telefonia móvel; Wi-Fi; Voip; websites e home pages, ambiente virtual de aprendizagem para o ensino a distância, entre outros (Giroto, Poker e Omote, 2012) apud (Teixeira, 2010, p. 10).

Atualmente, com os recursos existentes, principalmente as tic, fica muito mais fácil envolver a criatividade e a diversidade nas tarefas cotidianas, contudo, apesar de vários desafios enfrentados pela Educação Inclusiva, a tecnologia da informação e comunicação tem contribuído com a aprendizagem dos alunos, especialmente daqueles que possuem alguma limitação, seja ela física ou cognitiva.

## **2.2. Tecnologia Assistiva como Forma de Adaptação para Favorecer a Aprendizagem dos Alunos com Deficiência**

A escola deve oferecer condições de aprendizagem para todos os alunos, inclusive muitos recursos são colocados à disposição da Educação Inclusiva com esse propósito. Pode-se destacar o uso das tecnologias como ferramenta que contribui com a autonomia dos estudantes com deficiência, tornando o seu dia a dia escolar mais fácil, pois a adesão desses recursos proporciona soluções que podem ser benéficos para todos os educandos com necessidades físicas, sensoriais e cognitivas.

Diante das mais variadas alternativas tecnológicas, um recurso tem sido muito propagado atualmente, trata-se dos Recursos de Tecnologia Assistiva, que “é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e

consequentemente promover vida independente e inclusão” (Bercsh, 2008, p. 85), e de acordo com a definição proposta pelo Comitê de Ajudas Técnicas (CAT):

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2009, p. 15).

A Tecnologia Assistiva – TA, é uma área interdisciplinar na qual consegue através de seus recursos, promover autonomia e independência do sujeito, são recursos que possibilitam comunicação e interação no espaço escolar.

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem e devem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros (foto abaixo); fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades (Galvão Filho, 2009, p.20).

É mister salientar, algumas das muitas possibilidades destacadas por Galvão Filho, pois, quando se fala em tecnologias, imediatamente vem à cabeça equipamentos complexos, caros e de difícil acesso. Pois bem, de acordo com o autor, recursos simples,

muitas vezes criados através de meios artesanais, podem fazer a diferença na vida de quem possui alguma limitação seja ela física, sensorial ou cognitiva como citado anteriormente.

Complementando o conceito de TA, Sartoretto e Bercsh (2014, p. 85) afirmam que:

A tecnologia assistiva é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência. Na perspectiva da educação inclusiva, a tecnologia assistiva é voltada a favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais comuns.

A TA consiste em ampliar as possibilidades e facilidade no ambiente educacional, além de oferecer recursos simples de grande valor educacional que enriquecem o desempenho de todos que deles fazem uso. “São exemplos de tecnologia assistiva na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros” (Sartoretto e Bercsh, 2014, p. 87).

O responsável pela organização e uso da TA é o Professor do Atendimento Especializado, cabe a ele identificar as barreiras que os educandos enfrentam na sala comum e a partir de então, cria possibilidades e estratégias de adaptação que possibilite a atuação efetiva nos diversos momentos vividos na escola, seja ele nas atividades escolares ou recreativas.

Reforçando o que foi exposto até o momento, Sartoretto e Bercsh (2014) focaliza três pontos importantes sobre o trabalho da Tecnologia Assistiva na perspectiva inclusiva, que são:

- a tecnologia assistiva numa proposição de educação para autonomia;
- a tecnologia assistiva como conhecimento aplicado para resolução de problemas funcionais enfrentados pelos alunos, e
- a tecnologia assistiva promovendo a ruptura de barreiras que impedem ou limitam a participação destes alunos nos desafios educacionais.

Dentre os principais objetivos da TA é a construção de seres humanos independentes, capazes de realizar as tarefas diárias sozinhos e com autonomia, sejam elas atividades escolares ou sociais.

Fazer TA na escola é buscar com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. E valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades (Campos e Silva 2007, p. 31).

A TA promove a superação de barreiras através de recursos adaptáveis a todas necessidades educativas.

O termo Tecnologia Assistiva surgiu pela primeira vez em 1988.

O termo Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado oficialmente em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana, conhecida como Public Law 100-407, que compõe, com outras leis, o ADA - American with Disabilities Act. Este conjunto de leis regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam. Houve a necessidade desregulamentação legal deste tipo de tecnologia, a TA, e, a partir desta definição e do suporte

legal, a população norte-americana, de pessoas com deficiência, passa a ter garantido pelo seu governo o benefício de serviços especializados e o acesso a todo o arsenal de recursos que necessitam e que venham favorecer uma vida mais independente, produtiva e incluída no contexto social geral (Filho, 2009 p. 129, apud Bersch, 2005).

A referida lei regulamenta o direito dos cidadãos com deficiência, como também subsidia recursos financeiros para compra de materiais que possam atender as necessidades individuais, nesse contexto Bersch e Sartoretto (2016, p. 88), esclarece com mais precisão que o objetivo da TA é “proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade”.

A Tecnologia Assistiva engloba duas áreas de atendimento às deficiências: Recursos e Serviços, e para e melhor compreensão do fato abordado, Bersch e Sartoretto (2016), faz uma perfeita exclamação a respeito desses dois elementos:

**TABELA Nº 02:** *Recursos e serviços*

<b><i>RECURSOS</i></b>	<b><i>SERVIÇOS</i></b>
São todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as	São definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos.



capacidades funcionais das pessoas com deficiência.	
---	--

Fonte: Elaboração própria

Bersch e Sartoretto (2016, p. 87) definem que os Recursos:

Podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

Ainda de acordo com Bersch e Sartoretto (2016, p. 89), os Serviços “são aqueles prestados profissionalmente à pessoa com deficiência visando selecionar, obter ou usar um instrumento de Tecnologia Assistiva. Como exemplo, podemos citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos”.

Os Serviços de Tecnologia Assistiva são normalmente transdisciplinares envolvendo profissionais de diversas áreas, tais como:

- Fisioterapia
- Terapia ocupacional
- Fonoaudiologia
- Educação
- Psicologia

- Enfermagem
- Medicina
- Engenharia
- Arquitetura
- Design
- Técnicos de muitas outras especialidades

Em primeiro lugar essa diferenciação é eficaz por se tratar de duas esferas que atuam diretamente e distintamente em proporcionar autonomia e independência da pessoa com deficiência. Visto que os Recursos apontados por Bersch e Sartoretto (2014), são simples e muitas vezes de fácil adesão ou de fácil confecção, e o mais importante é que faz uma tremenda diferença na vida de quem precisa. Já os Serviços necessitam de apoio profissional em distintas especialidades, que possam através do seu atendimento proporcionar condições que favorecem o crescimento pessoal e educacional desses educandos.

Sartoretto e Bersch, (2014, p. 91), indica alguns exemplos de TA na escola, que são: Lápis, canetas e pincéis engrossados; adaptações que facilitam virar as páginas; mobiliário adequado e personalizado; pranchas de comunicação alternativa; material pedagógico ampliado ou em relevo; impressão em braille; lupas; máquinas braille; teclados especiais que facilitam acesso na deficiência física, mouses alternativos; softwares com acessibilidade, entre outros. Adaptações arquitetônicas, como rampas e elevadores, sinalizações visuais e em braille e portas largas são importantes fatores de acessibilidade, bem como adaptações veiculares, como plataformas de embarque para acesso autônomo de embarque.

Logo abaixo é possível observar através de imagens alguns tipos de Recursos da Tecnologia Assistiva utilizados na escola criados artesanalmente:

**FIGURA Nº 04:** *Materiais pedagógicos especiais – baixa tecnologia*



Fonte: <https://pt.slideshare.net/Cariocaseventos/tecnologia-assistiva-na-incluso>

### **2.3. Salas de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado**

As Salas de Recursos Multifuncionais estão localizadas nas escolas públicas, é nesse espaço que se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e tem como principal objetivo promover o acesso e oferecer condições de aprendizagem aos alunos com deficiência que estão inseridos na sala regular. “Será no espaço das salas de recursos que é destinado ao Atendimento Especializado, na escola, que o aluno experimentará várias opções de equipamentos até encontrar o que melhor se ajusta a sua condição e necessidade” (MEC, 2006, p. 15).

Esse espaço é composto por materiais pedagógicos, mobiliário adaptado, recursos tecnológicos e didáticos, ou seja, uma gama de recursos específicos a disposição dos alunos que necessitam complementar seus estudos.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC, 2006, p.13).

Assim sendo, existe uma estreita relação entre o Professor do Atendimento Especializado e a Sala de Recursos Multifuncionais, o trabalho de um depende da existência do outro e virse-versa.

É importante frisar que as escolas públicas que atuam na perspectiva da inclusão necessitam de uma Sala de Recursos Multifuncionais e que nesse ambiente atuem professores preparados especificamente, tendo em vista a não substituição do acesso ao ensino regular, mas com o objetivo antes relatado, o de complementação e suplementação.

Toda via, esse ambiente por se tratar de um espaço multifuncional, requer a participação de profissionais que estejam realmente preparados para atuar em áreas específicas, capazes de atender à necessidade especial ou educativa de todos os alunos, de modo que o programa obtenha êxito. Isso é ratificado pelo MEC (2006, p.14):

Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

Entre a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados o MEC (2006, p. 20), sugere para o trabalho na Sala de Recursos

Multifuncionais, destacam-se:

- jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a critérios de tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São muito úteis as sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, ímãs, etc;
- jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, história e outros;
- livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingue: Libras/ Português/Inglês e outros;
- recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores

de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem, reconhecimento de formas e atividades de vida diária, e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional;

- mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras.

Os recursos destacados pelo MEC (2006), expressam vasta riqueza pedagógica educacional, são recursos pautados na flexibilidade, criatividade e ludicidade. Além disso o MEC, proporciona facilidade na criação de alguns jogos pedagógicos, utilizando materiais recicláveis de fácil elaboração.

Diante da profundidade curricular estabelecidos pelos recursos citados acima, cabe a escola requerer junto à secretaria de educação materiais que subsidiem os trabalhos nesse espaço, visto que, para que a inclusão seja efetiva e de fato com qualidades, os alunos com necessidades educativas especiais não podem ficar as margens do Atendimento Educacional Especializado, como já retratado no início desse tópico, é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

#### **2.4. Acessibilidade Como Fator Significativo Para Inclusão Escolar**

O grande valor desse tópico aqui proposto, é acima de tudo ressaltar a importância da acessibilidade nas instituições escolares como fator indispensável no caminho à inclusão, da mesma forma e com relevante importância descrever as fragilidades e

potencialidades das adaptações estruturais através de leis, bases teóricas, além disso, apresentar os benefícios de uma escola adaptada fisicamente.

Com a finalidade de se conhecer melhor sobre os avanços da Educação Inclusiva, foram debatidos ainda no I capítulo sua evolução no Brasil e no mundo, bem como, o embasamento legal através das leis de que dão suporte a Educação Inclusiva, além disso foi relatado ainda no primeiro capítulo a diferenciação entre integração e inclusão. Pois bem, chega-se até aqui, conhecendo algumas contribuições aplicadas a Educação Inclusiva ao longo dos séculos, e o seguinte questionamento surge: Será que as escolas precisam estar adaptadas estruturalmente para efetivação da inclusão escolar? Seria esses pontos discutidos até agora, suficientes para garantir o acesso e permanência dos estudantes com deficiência em uma escola regular?

Diante desses questionamentos é extremamente necessário dizer o seguinte: Sim, a escola necessita estar bem adaptada para receber os estudantes com qualquer tipo de deficiência.

Para que isso seja concretizado, a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 diz o seguinte a respeito da acessibilidade:

Art. 3º para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;



f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

A lei citada acima constitui preceitos e critérios fundamentais para a promoção da acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida. Ela determina, principalmente, a remoção de barreiras e obstáculos em vias, espaços públicos e edificações, ou seja, é necessário abolir dos espaços escolares as barreiras que impeçam a locomoção, o limite e a movimentação dos indivíduos que neles circulam. Mantoan (2000, p. 35), argumenta com precisão o contexto de acessibilidade:

O caso da acessibilidade, por exemplo, entendida como: a possibilidade de utilização, com segurança e independência de edificações, espaços urbanos e mobiliários por pessoas com deficiência, ilustra bem o efeito da inclusão sobre as concepções arquitetônicas. A inclusão é uma motivação para que arquitetos, urbanistas, engenheiros tracem seus projetos, segundo os preceitos do chamado "Desenho Universal". Esse novo conceito visa atender às necessidades de homens, mulheres, crianças, velhos, moços e abrange aspectos antropométricos, ergonômicos, pois procura desenhar ambientes em que as pessoas possam se acomodar, independentemente de suas medidas - altos, baixos, gordos, magros, em diferentes posições sentados, em pé... Aplica-se também aos sistemas em que os produtos possam ter peças opcionais, intercambiáveis, de modo que permitam o uso de acessórios para atenderem a necessidades emergentes de pessoas com diferentes necessidades.

Em suma, vale a pena refletir no seguinte exemplo. O que uma pessoa pode fazer em uma jaula trancada a cadeado? A resposta é: nada! A não ser esperar alguém e vir soltá-la.

Surge então nessa pessoa um sentimento de incapacidade. A mesma coisa acontece com uma pessoa com deficiência em um ambiente impossibilitado de acesso e de locomoção. Um cadeirante jamais conseguirá adentrar em um espaço escolar se a mesma não possuir acesso com rampas e, até mesmo entrar em uma sala de aula onde sua cadeira não ultrapassar a porta, até mesmo ir ao banheiro e não possuir barras de apoio que possam lhe garantir segurança naquele momento, entre essas e outras situações desestimularia a permanência desses estudantes no espaço escolar.

A instituição escolar inclusiva é lugar de interação, comunicação e aprendizado, mesmo fora das horas de aula, no entanto esse espaço deve estar adaptado a todas as pessoas que frequentam esse ambiente a fim de que esses motivos não sejam impeditivos de inclusão escolar e social e por assim sendo comprometa a aprendizagem e o estudante acabe se evadindo pois em pleno século XXI, além da Educação Inclusiva não ter sanado o problema do preconceito, as barreiras arquitetônicas ainda representam um grande desafio na efetivação da inclusão escolar.

### **3. A Formação Docente Para Inclusão**

A discussão sobre formações de educadores inclusivos teve início a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, na década de 90. Desde então foi colocado em questão as habilidades e as competências que um professor inclusivo precisa possuir para atender as necessidades educativas especiais.

Desde a década de 1990, a educação inclusiva vem sendo amplamente discutida no Brasil por diversos atores sociais, resultando em vasta legislação e políticas públicas que têm subsidiado os direitos de todos, sem distinção, a estarem incluídos na escola. A conferência de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) são expressões do movimento internacional em defesa da inclusão, que influenciaram sobremaneira nossos marcos legais, dentre eles citamos a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) (Falcão, Santos e Fernandes, 2022, p. 30).

Esse acervo documental traz significativas reflexões, entre elas pode-se destacar: a competência de avaliar as necessidades educacionais; adequar o currículo; obter ajuda das *tic's*, acompanhar individualmente o processo de aprendizagem; recorrer a ajuda de pais e especialistas.

É comum observarmos no cotidiano escolar mitos e distorções em relação ao processo educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais. Temos de nos ver e ser vistos como profissionais com responsabilidades e compromissos. Há muito o que realizar em nossa realidade tão carregada de descrença e ingenuidade. Assim, para mudar essa

realidade, o primeiro passo a adotar e descobrir nossas possibilidades. Ou seja, descobriremos o que realmente sabemos e fazemos, o que realmente precisamos saber e fazer, e o que podemos vir a saber e a fazer (Brasil, 2005, p.5).

A contribuição de Brasil revela o quão é importante um novo olhar sobre a educação inclusiva, propõe além das reformulações arquitetônicas, adesão aos recursos tecnológicos, preparo e dedicação por parte dos professores além do empenho de todo corpo funcional. Deixando de lado as crenças e mitos que rodeiam os paradigmas inclusivos.

Conforme Falcão, Santos e Fernandes, (2022, p. 35):

Diante desse cenário, é necessário compreender o processo de inclusão como um fenômeno complexo e que, portanto, sua efetivação exige o envolvimento de todos os profissionais da escola, bem como uma rede de apoio oriunda da organização dos sistemas de educação. Essa organização se consolida com a efetivação de políticas de educação voltadas às garantias de acesso e permanência dos estudantes na escola.

São esses entraves que levam a concordar com Nóvoa (1995, p. 25) apud Miranda e Filho (2012, p 17):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a

consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

No Brasil, a portaria nº 1.793 de dezembro de 1994 no uso de suas atribuições considera a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, em seus artigos 1º, 2º e 3º recomenda a inclusão de disciplinas e conteúdos Ético-Político Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, bem como a extensão dos estudos adicionais em cursos de especialização.

A adaptação curricular compreende a flexibilidade para essas crianças chegarem a se desenvolver significativamente, e diante desse processo de adaptação curricular é preciso levar em conta que o principal objetivo da escola inclusiva é justamente a valorização da vida, a construção de atitudes, do respeito ao outro.

Diante da proposta da convenção de Jomtien e referente a portaria citada acima, é preciso refletir sobre a prática pedagógica e a função do professor em sala de aula. Antes de fazer essa reflexão é necessário esclarecer que, não existe uma fórmula mágica que seja aplicada a uma sala heterogênea (como são todas) em que todos os alunos conseguem acabar o ciclo com o mesmo nível de aprendizagem, ou seja, de acordo com Redig, Mascaro e Dutra (2017, p. 39) “o professor precisará desconstruir as ideologias de que todo aluno aprende da mesma forma e que, mesmo em turmas consideradas homogêneas, todos aprenderão com uma única metodologia de ensino”, contudo pode-se dizer que o professor tem um papel importante no processo inclusivo e suas atitudes e ações escolares determinam se o acesso do aluno com deficiência está sendo por meio da integração ou diante do processo inclusivo. Para Dias e Silva (2020, p. 410): “os

fundamentos da Educação Inclusiva passam, entre outros aspectos, por uma formação docente capaz de considerar as diferenças dos alunos e suas aprendizagens”.

Diante dessa abordagem torna-se imprescindível observar em qual situação o professor está recebendo esses educandos. Diante das indagações citadas acima, fica claro que essas questões podem influenciar nos resultados esperados, ou seja, implica no fortalecimento da inclusão escolar de qualidade.

A formação inicial e continuada de professores com proposta inclusiva contribui indistintamente no avanço cognitivo dos alunos, ou seja, o ensino inclusivo exige uma reformulação do papel do professor e da instituição escolar. Mantoan (2015, p.43), reforça isso ao dizer que:

A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas se abraçarem esse novo projeto educacional.

Enfatizando o que foi dito por Mantoan, não existe inclusão escolar sem mudanças no sistema de ensino, ou seja, o contexto educativo não deve ser estático, o ensino necessita ser individualizado, voltado para práticas inclusivas e, para que isso seja possível o professor precisa ser preparado para a inclusão. Ainda de acordo com Mantoan (2015, p. 44), “a formação enfatiza a importância do seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão”. Assim sendo, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino”, ou seja, de acordo com Brasil (2005, p.11), “cabe ainda a esse professor contribuir para a construção de uma escola de

qualidade para todos, cooperando com o aprimoramento do sistema escolar no sentido de melhorar o acesso à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais”.

Ser professor é ter consciência dos seus objetivos, é estar em permanente busca de alternativas e estratégias que possam facilitar o desenvolvimento educacional e social dos alunos. A formação continuada contribui para com todos os indivíduos que estão envolvidos no contexto escolar, a capacidade pedagógica e a segurança de seus objetivos farão com que o educador saiba enfrentar os desafios diários de uma escola inclusiva. Para Santos e Falcão (2020), a formação para a inclusão deve ser pensada tendo como elementos centrais a colaboração, a reflexão e o respeito à diferença, sem desconsiderar que o professor é um aprendente situado em um contexto histórico e cultural e um produtor de sentidos acerca do trabalho e da formação docente.

Reflexionando o dito por Santos e Falcão, a formação continuada deve ser pautada em situações que acontecem frequentemente no ambiente educacional, as práticas pedagógicas devem ser revistas com o intuito de aumentar os saberes e valores pessoais dos educandos. Além disso o educando não pode ser visto com mero coadjuvante, mas como um ser dotado de habilidades e que precisa de um profissional dedicado que possa ajudá-lo a se desenvolver, pois a inserção não pode ser parcial tendo o objetivo centrado na meta principal de que “todos conseguem aprender”. Conforme Pena (2018), conhecer as necessidades formativas dos professores é uma condição fundamental para que seja pensada uma formação que se baseie nas demandas reais e nos desafios dos professores. A identificação dessas necessidades formativas é essencial para orientar as políticas públicas de formação continuada e levar ao desenvolvimento profissional docente.

Nessa abordagem, Pena explícita a importância de um corpo funcional bem-preparado para enfrentar os desafios, pois atender diversificadamente os alunos é a

proposta principal da inclusão escolar e conseqüentemente sabe-se que o professor tem um papel importante dentro desse processo e principalmente na construção do conhecimento e precisa ter em mente que educação evolui, portanto deverá fazer parte dessa inovação e da transformação provenientes da educação de qualidade.

Durante o processo de ensino aprendizagem, o professor deverá possuir ferramentas necessárias para avaliação dos estudantes que possuem deficiência, ou seja, identificar as barreiras que dificultam o desenvolvimento dos mesmos e a partir daí diferentemente do atendimento clínico, segregador dos modelos antigos, a relevância deverá estar voltado para o desenvolvimento pessoal e educacional de todos os envolvidos, bem como, reconhecer que a avaliação diagnóstica não tem a intenção classificatória ou separatória e sim um processo contínuo de análise dos elementos que interferem na aprendizagem e com isso buscar novas alternativas e condições para que o aluno desenvolva suas habilidades.

Ramos (2010, p.104), corrobora quando diz que:

A avaliação inclusiva é aquela que – como se sabe e nem sempre aplica – considera o processo geral em que estão inseridos avaliados e avaliadores. Considera também que o momento de avaliar não pode ter dia e hora para acontecer. Ao contrário, precisa ser contínuo para professores e alunos. Uma avaliação inclusiva deve valer-se de critérios múltiplos, bem como considerar a subjetividade. Não deve ser punitiva, mas sim corretiva, criando subsídios para as devidas intervenções na aprendizagem dos alunos e no trabalho do professor.

Mesmo com o avanço dos ideais sociais e políticos várias instituições escolares ainda não possuem ações implementadas em seu projeto político pedagógico que



possibilitem a formação continuada de sua equipe de educadores no intuito de atender essa clientela.

Diante dos fatos aqui abordados, torna-se claro que o professor inclusivo necessita evolucionar e modernizar suas práticas é necessário acompanhar o avanço e evolução das tecnologias e torná-las elemento de contribuição da aprendizagem.

### **3.1. A formação e Função do Professor Mediador Inclusivo**

Antes mesmo de aprofundar-se na função do professor mediador inclusivo, será importante conceituar a palavra “mediador” que significa: que serve de elo, que intervém, que medeia.

A profundidade do significado do adjetivo “mediador” é relevante para podermos analisar qual é realmente a função do educador no processo inclusivo. O papel do professor mediador é fundamental no dia a dia escolar, não só para as crianças com deficiência, mas para aquelas que possuem dificuldades de aprendizagem.

A função desse profissional é facilitar o acesso a aprendizagem, estimular o conhecimento das diversidades sociais e culturais, bem como, favorecer a interação entre grupos e ajudar na compreensão dos conteúdos pragmáticos.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa o vetor de transformação social

para a equidade, a solidariedade, a cidadania (Mantoan, apud Xavier, 2006, p.57).

Assim como as práticas pedagógicas favorecem a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes essas mesmas práticas podem excluir, discriminar e segregar. Essa ferramenta deve responder as necessidades educativas individuais, e ser teor de transformações para o bem, o professor deverá estar apto e comprometido com a qualidade do ensino ofertado, elaborar novas estratégias de aprendizagem dentro de uma visão social e baseada nos princípios de solidariedade.

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (Freire, 1996).

A mediação pedagógica parte do princípio de análise do conhecimento dos alunos, suas diferentes necessidades educativas, bem como o processo de ensino aprendizagem. Com base nesse levantamento elaborar estratégias, formas de aprimorar o atendimento aos educandos com deficiência. Para Vygotsky (2008, p. 33):

A mediação é que faz a diferença, ela é o processo que irá interferir na relação de aprendizagem da criança, isto é, deixa de ser direta para ser mediada. É através dessa mediação que as funções psicológicas superiores se desenvolvem no ser humano.

Diante da importância da formação profissional pode-se destacar várias leis e documentos que foram criados ao longo dos tempos na intenção de garantir o direito à universalização à educação, bem como garantir o direito das pessoas com deficiência a se matricular em uma escola regular.

Dois desses documentos tornam-se de suma importância no processo histórico pela educação inclusiva, a Declaração Mundial de Educação para Todos, UNESCO, em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994.

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais e adotem o princípio de educação em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma (Declaração de Salamanca, 1994, pp. 1-2).

Portanto a partir da Convenção de Salamanca a mediação passou a ser sucessiva nas escolas. A formação antes existente não havia se preocupado com a mediação pedagógica, no entanto a partir do Documento de Salamanca a mediação tomou grandes proporções.

Alguns aspectos importantes na função do mediador são ajudar:

- nas questões comportamentais e sociais;
- no processo de comunicação e da linguagem;
- nas atividades diárias e brincadeiras escolares;
- na coordenação motora;
- na leitura e em diversos momentos escolares que necessitam a atuação do

professor mediador.

Além dessas atribuições citadas acima, faz parte de suas funções estimular as crianças em suas habilidades escolares; esses estímulos recebidos serão desenvolvidos em suas práticas sociais no ambiente em que vivem, a criança necessita ser estimulada para que assim se tornem cidadãos seguros. Entretanto para que a educação inclusiva seja de fato uma realidade os professores precisam se capacitar, procurar meios que possam exercer seu papel com excelência e conseguir através de sua prática ampliar os conhecimentos dos seus alunos.

A Declaração de Salamanca (1994, p.11) reforça isso ao dizer que:

O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviços a todos os professores, levando-se em consideração as variadas e frequentemente difíceis condições sob as quais eles trabalham. Treinamento em serviço deveria sempre que possível, ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiado por técnicas de educação à distância e outras técnicas autodidáticas.

Quando uma escola abre suas portas para o acolhimento inclusivo, várias mudanças precisam acontecer tanto no modo de pensar quanto nas práticas pedagógicas, o professor precisa carregar consigo que seu objetivo principal é a aprendizagem de seus alunos e seu desenvolvimento social e que escola é um ambiente que possibilita mudanças na grade curricular, na prática pedagógica, no processo de ensino para todos os alunos, especialmente para os que possuem deficiência.

Nesse contexto expressa-se que a presença desses alunos em uma sala comum é uma valiosa oportunidade para reflexionar se o caminho escolhido está sendo favorável a aprendizagem, caso contrário o professor poderá modificar suas estratégias escolares e encontrar o melhor percurso para chegar à aprendizagem.

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (Mantoan e Pietro, 2006, p.57).

Sendo assim, como diz Mantoan e Pietro, uma capacitação de boa qualidade deve ser capaz de transmitir aos docentes recursos que lhe possibilite analisar os conhecimentos e as dificuldades atuais dos educandos e com base nessa análise diversificar atividades, criar materiais adaptáveis aos tipos de deficiência e ter condições de avaliar os educandos afim de que as informações recolhidas sirvam de referência e assim o docente possa aprimorar seu planejamento e aperfeiçoar os atendimentos aos educandos com deficiência.

As técnicas de ensino sobre os conhecimentos dos alunos com necessidades especiais não podem ficar apenas a disposição do professor e sim abranger a maior parte dos indivíduos participativos da instituição escolar, conseqüentemente sabe-se que os estudos no exercício do magistério não lhe permitem contribuir pedagogicamente com o processo de inclusão sendo o curso de pedagogia uma extensão de ensino rico no conhecimento teórico e prático para o professor inclusivo.

No percurso da inclusão, os professores irão ampliar e elaborar suas competências e habilidades a partir das experiências que já tem. A formação continuada considera a formulação dos conhecimentos do professor, sua prática pedagógica, seu contexto social, sua história de vida, suas singularidades e os demais fatores que o conduziram a uma prática pedagógica acolhedora (Mantoan, 2006, p.139).

Nessa perspectiva os professores estão em constante aprendizado. A formação continuada não são fórmulas mágicas de ensinar a dar aula, o objetivo das formações é sempre de complementar o que o professor já sabe, de melhorar suas práticas a fim de que os profissionais da educação se tornem mais acolhedores.

### **3.2. Prática lúdica na Formação Inclusiva**

Antes de propiciar um debate centralizado na formação inclusiva tendo como contribuição as atividades lúdicas, é muito importante que se conceitue a palavra *Ludicidade*, pois existe um senso comum em restringir essa palavra ao brincar e ao jogo. Contudo pode-se afirmar que a Ludicidade vai muito além desse conceito, pois, abrange o campo das relações interacionais entre os grupos envolvidos, bem como, pode-se dizer que a ludicidade é algo realizado com prazer e satisfação. Segundo Luckesi (2000), “são aquelas que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolvemos por inteiro, estando flexíveis e saudáveis”.

O conceito de Luckesi proporciona uma reflexão talvez antes não relacionada a prática pedagógica, pois para muitos professores tudo que é jogo e brincadeira é lúdico, é importante destacar que o material que está sendo utilizado na da atividade não é tão valioso quanto o resultado da interação com o outro e o encontro consigo mesmo, a imaginação, o encantamento, o resignificado de suas vivências. Por isso uma aula lúdica não precisa ter jogos ou brincadeiras, mas o lúdico deve estar no professor e no estudante.

Assim sendo, ao assumir essa postura o professor deve fazer uma profunda mudança em seu interior, ser mais sensível, amável, estabelecer uma relação de atividade entre ambas as partes (professor/estudante) e não somente achar que as mudanças externas como

a aquisição de teorias e conceitos lúdicos farão com que essa ludicidade aconteça. A respeito disso Luckesi (2000, p.43), nos acrescenta:

Brincar, jogar, agir ludicamente, exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente, ao mesmo tempo. A atividade lúdica não admite divisão; e, as próprias atividades lúdicas, por si mesmas, nos conduzem para esse estado de consciência. Se estivermos num salão de dança e estivermos verdadeiramente dançando, não haverá lugar para outra coisa a não ser para o prazer e a alegria do movimento ritmado, harmônico e gracioso do corpo. Contudo, se estivermos num salão de dança, fazendo de conta que estamos dançando, mas de fato, estamos observando, com olhar crítico e julgativo, como os outros dançam, com certeza não vivenciaremos ludicamente esse momento.

Quanto ao envolvimento humano destacado pelo autor, nos acrescenta a entender que a ludicidade é a entrega total do ser, não há divisões, nem meio termo. Luckesi (2000, p.43), “para participar de uma prática educativa com essa qualidade, necessitamos do ser humano inteiro: de sua espiritualidade, de sua mente e de seu corpo”.

Para enfim conseguir definir as atividades lúdicas, é necessário refletir que nem toda brincadeira e nem todo jogo é lúdico, como foi dito anteriormente mais importante que o material ou atividade que está sendo realizado é a ressignificação do momento vivenciado pelo estudante. Nesse contexto as ideias aclaram e definem o conhecimento e os benefícios de assumir uma prática lúdica nas escolas como iniciativa de formar cidadãos saudáveis para e si e para interação com os demais envolvidos nos grupos.

Uma escola inclusiva, certamente será pautada na ludicidade, com isso pode-se aqui destacar alguns dos inúmeros benefícios que a prática lúdica proporciona na vida desses educandos. Vejam na figura abaixo:

A prática pedagógica é um precioso elo que une a aprendizagem significativa aos estudantes, criar estratégias é possibilitar a formação de um novo ser humano, é aderir a uma nova formação diferente daquela mantida pela crença de que os alunos com deficiência não são capazes de aprender.

### **3.3. A utilização de Jogos na Constituição da Aprendizagem Significativa**

O jogo é uma ferramenta importante no processo de socialização e na descoberta de um novo mundo, o jogo promove nos educandos adquirir habilidades naturalmente, pois desenvolve aprendizagem e criatividade com prazer. Além disso os jogos podem ser utilizados conforme seus objetivos e de acordo com a faixa etária dos alunos.

Essas ferramentas devem ser utilizadas com critérios pré-estabelecidos, com intenção de alcançar o maior número de benefícios possíveis, (pode-se levar em conta alguns dos benefícios citados na figura nº 04) e não usado com um mero passatempo.

Piaget (1975, p. 55), dá sua contribuição:

O jogo é sinônimo de construção de conhecimento. [...] Os jogos ganham significado para a criança na medida em que se desenvolve, agindo sobre os objetos a partir da livre manipulação de matérias variados, estruturando seu espaço e tempo, desenvolvendo a noção de causalidade, chegando à representação, e finalmente, à lógica.

Segundo Barbosa, (1997, p. 122):



O jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e desenvolvimento [...]. Quando as situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vistas a estimular certos tipos de aprendizagem, surge a dimensão educativa. Utilizar o jogo na educação [...] significa transportar para o campo do ensino aprendizagem condições para maximizar a construção do conhecimento.

Em concordância com os pontos de vistas dos autores citados acima, é bastante relevante a compreensão que a concretização do amadurecimento cognitivo do aluno se desenvolve quando a situação lúdica é aplicada de acordo com sua necessidade educativa especial, ou seja, com intenções e objetivos prévios de forma a atingir a subjetividade dos indivíduos.

É fundamental que os jogos permitam e envolvam a efetiva participação do educando com deficiência nas atividades lúdicas. Sabendo-se que as atividades são as mesmas, o que muda são as condições e estratégias que o professor usa para conduzir esse momento, levando em conta esse momento pode ou não ser prazeroso para esse educando.

O jogo estar longe de ser a expressão livre de uma subjetividade, é o produto de múltiplas interações sociais, e isso desde a sua emergência na criança. É necessária a existência do social, de significações a partilhar, de possibilidades de interpretação, portanto, de cultura para haver um jogo (Kishimoto, 1998, p.30).

Como já foi dito anteriormente, o jogo deve ser visto como algo que pode contribuir em diversos pontos particulares, ao jogar eles estarão interagindo, discutindo regras,

propondo meios para resolvê-lo, e sendo assim o professor necessita participar ativamente como mediador desse processo, instigando ao máximo a participação de todos.

Do ponto de vista da deficiência, os jogos são capazes de propor uma incrível relação entre todos os alunos da sala se distinção, pois é uma ferramenta de socialização que permite envolver todas as crianças na mesma atividade e além do mais contribuir significativamente com a aprendizagem.

Diante disso é preciso ter muito cuidado ao escolher um jogo, os objetivos prévios são indispensáveis no planejamento dessas atividades, pois algumas deficiências limitam as crianças a determinadas atividades, portanto se o objetivo das atividades lúdicas é interação e realização por completa do ser humano, esse momento tem que ser o melhor possível ao ponto de absorver o melhor dessas crianças.

#### **4. Família e Escola Juntas no Processo de Inclusão**

A família e a escola, como sistemas abertos tem funções diferentes, mas complementares e na medida em que exista essa relação melhor será para o processo de inclusão. De acordo com Bolívar (2006, p. 45), “quando o professor sente que deve assumir sozinho a articulação da tarefa educacional entre escola, família, meios de comunicação ou outros serviços ou instituições, se vê em meio uma fonte de tensão”.

É necessário agir simultaneamente nestas diferentes áreas, de modo que não se destine responsabilidades para a escola quando não pertencem a ela. De acordo com este autor, deve-se reafirmar o envolvimento, participação e responsabilidade direta dos vários agentes educativos, que são: pais e mães, alunos e professores para fazer parte do projeto educacional.

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade [...] A influência da família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la. [...] A educação para ser autêntica deve descer à individualização, à apresentação da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. [...] O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter

consciência dos seus próprios atos. De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar sentido moral e social do uso desta coisa (Nérici, 1972, p. 12).

Deve superar a concepção de que a família é apenas cliente dos serviços educativos, em consequência dizer que seu papel é apenas exigir serviços educativos, sua posição real e ativa é junto dos professores, contribuindo para uma escola que desejam para seus filhos.

Não se pode entender uma escola inclusiva sem considerar a cooperação entre todos os membros que integram a comunidade educativa. Não se trata de estar presente em todas as reuniões. Refere-se a uma participação real na vida e nas decisões da escola, onde existam canais de comunicação claros que permitam as famílias estar informadas e para que suas vozes sejam escutadas. “É importante que os profissionais desenvolvam relações interpessoais saudáveis e respeitadas, garantindo-se assim maior eficiência no alcance de seus objetivos” (MEC, 2004, p.7).

É fundamental que se sintam acolhidos e valorizados desde a sua diversidade, que façam parte das decisões e das atividades, mas também das preocupações da escola, que possam participar como apoio na medida de suas possibilidades, na escola e na sala de aula, onde a relação com o professor não seja unidirecional e sim bidirecional, que se sintam como parte das soluções dos problemas que surjam e não como parte dos problemas.

A família é um coletivo e que necessita, para seu pleno desenvolvimento, garantir a participação de todos no compartilhar sentimentos, na análise dos problemas, no processo de tomada de decisões e responsabilidades. Há que se investir na abordagem dessas questões, como instrumento de crescimento

e desenvolvimento e favorecendo a qualidade de vida das famílias (MEC, 2004, p. 14).

Contudo deve-se ter em mente que as famílias, os próprios estudantes, os professores podem ter pontos de vistas diferentes em função de suas experiências de inclusão. “Essas opiniões e reações podem influenciar o papel da família na implementação bem-sucedida dos programas de inclusão e nesta linha, ao estabelecer a interação significativamente entre escola e família” (Salend e Garrick Duhaney, 2002).

As famílias são um recurso valioso para obter informações sobre esse processo. Também, conhecer suas preocupações, permite compreender melhor suas posturas diante de determinadas situações.

Nessa linha devemos compreender e considerar as peculiaridades das famílias da escola, as coisas que lhes preocupam e as necessidades que tem, por exemplo, tem um filho com deficiência, que em alguns aspectos podem ser iguais, mas em outros diferentes daquelas que não se encontram nessa situação (Salend, 2006).

Por isso é importante preocupar-se com sua opinião na hora de avaliar projetos inclusivos e estabelecer linhas de melhorar. “Se qualquer um dos grupos da comunidade educativa, como a família, não conhece ou se sente estranho aos objetivos da escola, provavelmente se tornaria um obstáculo para seu progresso e dificilmente podemos envolve-la na mesma” (Mollet e Tort, 2008, p. 52).

É preciso reconhecer em todos os âmbitos a importância da relação entre a família e a escola, como foi relatado pelos autores anteriores, é necessário avançar de forma clara e ambiciosa no sentido de encontrar fórmulas de responsabilidade e participação das

famílias, da mesma forma planejar seu desenvolvimento em espaços com mecanismos concretos.

Estas necessidades ficam muito claramente expressas nas recomendações internacionais. A Declaração de Salamanca (1994), por exemplo, diz, em suas diretrizes de ação nos níveis nacionais, no artigo 58: “Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades educacionais especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade (...)”.

E o artigo 7 fundamenta o artigo 58 da Declaração de Salamanca (1994) e reitera o exposto acima:

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis [...] É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. [...] Quando nos referimos a um ‘enfoque abrangente e a um compromisso renovado’, incluímos as alianças como parte fundamental.

E continua, no artigo 61:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola (...) e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos.

Não se trata unicamente de propor atividades para as famílias, mas ir além da participação que tem se falado no decorrer desse capítulo, o que se supõe e que se deve ter algo planejado desde a unidade escolar e que responda a objetivos concretos, levando em conta as circunstâncias de ambas as partes, resultado da reflexão sobre a importância e sentido desta participação e valorização que as famílias podem oferecer com o apoio e colaboração as escolas.

A família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo, de tomada de decisões, de busca dos recursos e serviços que entende necessários para seu bem-estar e uma vida de boa qualidade (MEC, 2004, p. 7).

A escola tem que reconhecer quer a família que o melhor para seus filhos e filhas, embora haja desacordos na adequação de suas respostas. Assim mesmo, a família deve confiar na escola como um sistema importante de ajuda para a educação de seus filhos. “Por isso, é primordial dialogar, identificar os pontos de acordo e desacordo para que haja uma relação de respeito mútuo, que seja possível potencializar a colaboração da família e favorecer a confiança e comunicação frente a desconfiança e o receio” (Comellas, 2009).

É evidente que a relação com as famílias é uma das preocupações dos docentes. No estudo realizado por (Marchesi e Díaz, 2007) se confirma este fato e assim sendo encontram-se três aspectos que produzem mais satisfação ao professor com relação as famílias, que são:

- manter uma relação positiva com estas;
- que haja confiança;
- que eles se sintam valorizados.

Ainda por parte dos professores, três aspectos que produzem mais insatisfação, que são:

- que não se preocupem com a educação de seus filhos
- que critiquem ou desautorizem os professores
- que não confiem em seus critérios

Chegando a esse ponto vale a pena reconhecer e analisar os fatos que dificultam a relação com as famílias, tanto da parte delas como dos professores e quais os efeitos dessa abordagem, analisados até agora, constitui barreiras que precisam ser identificadas e superadas.

#### **4.1. Objetos que Contribuem com a Relação Família/Escola**

Um dos pontos que se deve considerar na hora de compreender o tipo de relação que se estabelece com as famílias tem a ver com a reflexão que está sendo feita desde o início desse capítulo e com os objetivos específicos. Dessa forma é importante rever:

- Como parte do planejamento, está estabelecido nos objetivos centrais e áreas específicas o envolvimento da família?
- O que está sendo proposto pela escola favorece essa participação?
- Quais as barreiras encontradas na escola que dificultam essa participação?

Antes mesmo de tomar alguma decisão é preciso fazer uma adequada avaliação da situação do objeto de preocupação. "Dentro dos sistemas de ensino, o que é medido é conseguido", por isso temos de ter cuidado com a detecção de obstáculos existentes e potenciais em nosso centro educacional (Ainscow, 2006, p. 85).



Entre os aspectos básicos que devem ser objeto de valorização por parte de todos, se destacam os seguintes:

- Se é levado em conta e se é valorizado a diversidade das famílias, da maneira que possam vir a contribuir com a escola.
- A informação que as famílias possuem sobre inclusão, o que a escola está fazendo a esse respeito e quais os benefícios para seus filhos com implementação de projetos para essa linha.
- Se existe espaços para reflexão sobre quais são os problemas mais importantes que existe com a família e como resolvê-los.
- Os procedimentos previstos para que as famílias disponham de informações, como momentos de diálogo e oferecer as famílias partilhar com a escola as suas dúvidas e preocupações.
- A forma de resolver os conflitos com as famílias e como são percebidos. (São convertidos em oportunidades para melhorar a escola).

#### **4.2. Critérios Gerais**

Uma vez realizada a reflexão anterior, se estabelecem condições de pensar como podemos melhorar a participação das famílias na escola. No entanto não se deve esquecer que a análise das barreiras e facilitadores, no caso relacionado com a participação das famílias, são parte de um **processo de avaliação, reflexão e melhora**.

Neste sentido, na hora de promover projetos inclusivos, como ponto de partida deve-se tratar de:

- Informar a família sobre o que é a inclusão e qual as propostas, especialmente nos casos em que as famílias cheguem pela primeira vez a escola. Promover reuniões, grupos de discussões, e incluir estes aspectos no planejamento escolar.
- Elaborar pequenos folhetos ou outros documentos em neles expliquem o sentido da inclusão e contemham exemplos nesse material.
- Escutar a “voz” das famílias da escola estabelecendo mecanismos concretos para ela.
- Determinar o que se pretende mudar e detalhar os passos concretos para ser levado a cabo o conjunto das atividades da escola, envolvendo as famílias nessa reflexão, assim como as decisões que serão adotadas.
- Tentar e mais além das propostas tradicionais do envolvimento das famílias, tendo em conta as particularidades de cada contexto.
- Estabelecer como será feito o monitoramento, que envolve determinar os critérios para avaliar se há melhorias, decidir quem coordenará esse processo e determinar em que momento será feito este monitoramento.

#### **4.3. Aspectos de Participação**

Como pontua Parrellada, (2008, p. 18), “para estabelecer verdadeiras pontes de comunicação entre a escola e as famílias é condicionalmente necessário que estas sintam parte, que estão compartilhando do mesmo projeto”. De acordo com este autor, isso implica estabelecer vias de interação que considerem outras alternativas diferentes das propostas tradicionais como aquelas do tipo lúdico ou festivo. A partir do contexto de uma mudança na cultura organizacional, assume-se que as famílias são parte da colaboração e

suporte redes de escolas, como afirmado por Bolivar (2006, p. 35), “é preciso novas formas de envolver a comunidade educacional, além da representação formal ou de reuniões, caminhando para formas de trabalho que promovam esta colaboração a todos os níveis da vida da instituição escolar”.

A continuação dessa abordagem reflexiva será feita uma breve referência as diferentes possibilidades que podem oferecer a uma escola para que as famílias se envolvam nesse contexto. Não se trata de oferecer uma forma ou lista exaustiva (já foi apontado que não existem receitas prontas); as atividades podem ser muito variadas e dependerá também dos objetivos e prioridades que prevalecem na escola, os interesses das famílias, assim como as circunstâncias e possibilidades destes.

De forma geral é possível agrupar estas atividades em duas grandes categorias: as que tem como objetivo geral **metas objetivas e informações** e aquelas que supõe um **maior envolvimento e participação** das famílias para sua realização.

As atividades encaminhadas, para compartilhar objetivos e informações, de caráter geral dirigido a um determinado grupo de alunos ou de caráter particular relacionados com um aluno ou aluna em particular, podem variar em função do tratamento individual que recebem das famílias. Com esta finalidade encontra-se atividades realizadas com frequência pelas escolas e as vezes com grande relevância para os fins perseguidos, com as **reuniões** com os pais com o objetivo, por exemplo, de compartilhar informações de caráter geral, ou as **entrevistas** para trocar informações com uma família em particular.

É fundamental levar em conta que não serve qualquer forma de planejar uma entrevista ou uma reunião para alcançar os fins que se estabelecem. O acolhimento que as famílias recebem por parte da escola é importante, pois em muitas ocasiões não se trata tanto do número de atividades ou reuniões, e sim de **como** se organiza as que são

realizadas, o **cuidado** com o desenvolvimento, a oportunidade de transformar esses momentos em **espaços de trocas** pessoais em que as famílias se sintam realmente acolhidas, escutadas e valorizadas e que sua opinião conta.

#### **4.4. As famílias das Pessoas com Deficiência**

O Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (Nações Unidas, 1988) menciona mais de 30 vezes sobre a participação das famílias como algum membro com algum tipo de deficiência. Este não é apenas um indicador da importância de novas correntes de pensamento e ação relacionados as pessoas com deficiência, mas sim o fato de compreender a pessoa no seu contexto familiar e comunitário e a partir desse entendimento planejar a intervenção educativa. O que será abordado a seguir deverá ser necessariamente relativo, pois como já foi dito anteriormente não há algo homogêneo nas pessoas com deficiência. Do mesmo modo, não há familiares iguais.

Porém, baseando-se no conhecimento pessoal e na revisão bibliográfica, pode ser efetuado algumas orientações para reflexão. O ponto de partida é insistir que a família que tem um membro com deficiência não tem porque se diferenciar daquelas famílias que não os tem. Explicado de outra maneira: seria cometer um grande erro, atribuir a presença de um membro com deficiência as características ou fenômenos familiares.

É importante conhecer profundamente algumas realidades familiares, pois antes que a criança nasça, ou que se anuncie a deficiência, a família já haverá percorrido um caminho. É preciso conhecer esse caminho e como se há percorrido. Também saber se há outros filhos ou não, se é uma família com vínculos sociais ou está isolada, quais seus principais valores, que expectativa tem em mente com seu filho que vai nascer, entre

outros aspectos. Todas essas características boas ou ruins, preparam o terreno para um fato que, de qualquer maneira, será inesperada e poderá se tornar um problema.

Assim, voltando aos pontos antes comentados se pode afirmar que, provavelmente, quando se há tido filhos anteriormente possa favorecer um melhor ajuste desse fato, já que a espera de um segundo ou terceiro filho é menos estressante que do primeiro. Além disso é importante que as famílias tenham consciência de que é a primeira instituição de convívio dessa criança, essa ideia já estava expressa em 1990, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O artigo 5, por exemplo, diz: A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os seguintes aspectos: (a) A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado. (...)

#### **4.5. A família com um Filho com Deficiência**

Em algumas ocasiões, por exemplo quando nasce uma criança com síndrome de Down, no momento do nascimento se sabe que essa criança tem algum problema. Em outros casos o problema se detecta mais tarde. Em todo caso é interessante analisar que é nesse momento que se anuncia aos pais que “algo não vai bem”. É essencial saber quem comunica a notícia, a quem se comunica, qual é o conteúdo que se transmite, como se transmite, etc. Por exemplo, não é com uma informação concisa e fria que se facilita uma situação de diálogo, mais que sejam informadas com mais humanidade e se deem

orientações de como atuar, etc. Apesar de haver inúmeras orientações adequadas que se repetem nos estudos bibliográficos, é sempre frequente uma maneira inadequada de comunicar as notícias.

Nesse momento os pais tomam posse de experiências, conhecimentos ou estereótipos anteriores sobre as deficiências e se entregarão em emoções tristes e dolorosas, elaborando, pensando na realidade da criança e na sua. É absolutamente normal que aflorem sentimentos de medo, impotência ou culpa, que não sintam seu filho como tinham imaginado, que se produza um autoquestionamento, que gerem conflitos entre o casal etc. É nesse momento que os pais se sentem rodeados de sentimentos que podem envergonhá-los, poder desabafar e ter acesso, pouco a pouco a orientações práticas sobre o que fazer os deixarão mais seguros. Muitas vezes os pais de outras crianças com deficiência podem ajudar nesse ponto.

O ponto de partida é diferente quando a deficiência é detectada posteriormente. Nesses casos quando se trata de um acidente (em qual por exemplo se esperava a morte) ou quando se há suspeita de morte e, por fim, se recebe um certo diagnóstico, o choque inicial pode ser menor por causa das expectativas que veio precedida.

Outro caso diferente é de pais com deficiência, mesmo na medida em que há assumido de antemão que é possível que seu filho apresente alguma deficiência similar a sua. Um exemplo é o caso de pais surdos com filhos surdos, em que existe uma atitude positiva, existe uma linguagem (a linguagem de sinais) que será permitido a interação como seus filhos e filhas de modo semelhante aos pais e filhos eu não possuem essa deficiência.

Em todo caso, e em geral, a partir desse momento muitos pais recorrem a vários especialistas. Em parte, pode vir a ter alguma esperança de que algum lhes digam que o

anterior havia cometido um equívoco, porém em outras ocasiões isso é provado pelas deficientes explicações e orientações que são dadas as famílias. Muitas vezes ao recorrer a especialistas, os pais escutam desses profissionais que seu filho é coisa de especialista dificultando a aproximação natural (mais benéfico para ambos).

#### **4.6. Um Caminho a Percorrer**

Se o nascimento do filho perturba o equilíbrio existente dentro do sistema familiar e recorre a esse processo alcançar um novo equilíbrio, e no caso da pessoa com deficiência a ruptura do equilíbrio é provavelmente maior e mais custoso, em princípio alcançar equilíbrio desejado.

Dessa forma fica claro que o equilíbrio é encontrado quando a família tem uma relação harmoniosa e satisfatória com o ambiente e quando um de seus membros familiares obtém uma resposta razoável a sua necessidade (incluindo um membro com deficiência). Nesse contexto, uma palavra-chave é a aceitação. A família conhece a pessoa com deficiência e lhe aceita com suas peculiaridades. Para isso provavelmente, a família terá que reconstruir o seu mundo de significados, e dar valor a um acontecimento e uma presença que geralmente o mundo em volta não dá.

#### **4.7. O Horizonte da Independência**

Porém, embora, a aceitação é a base, se propõe aspirar mais alto nesse requisito. Aspirar que a família seja um entorno que potencie as capacidades das pessoas com deficiência e que apoie no processo de integração social é fundamental que a família seja

consciente de que as dificuldades das pessoas com deficiência não são um dado fixo, e sim que podem aumentar ou reduzir e que para isso a família é fundamental.

A família é um entorno positivo para a pessoa com deficiência, embora às vezes será bem-vindo um conselho de outros pais ou especialistas para ajudar a fazer coisas melhor.

Por outra parte a família pode correr riscos na relação com a pessoa com deficiência: que o pai dê mais atenção que aos outros, que os outros filhos se sintam desprezados, etc.

Portanto esse processo é bem semelhante ao que acontece nas demais família. E muitas vezes há de se preparar para a possível independência da pessoa com deficiência. Muitas vezes mais que aceitar e integrar a pessoa com deficiência é deixá-las voar a medida de suas possibilidades e também em seu caso possibilitar sua independência.

#### **4.8. Variáveis que Afetam as Famílias com Membros com Deficiência**

Para resumir esta seção pode-se destacar algumas variáveis identificadas examinadas na literatura publicada nos últimos anos sobre o estresse familiar em lidar com crianças com deficiência. As variáveis são resumidos em quatro grupos:

- 1- Variável familiar (tais como status socioeconômico, a coesão, a moral, as habilidades e criatividade para resolução de problemas, os papéis e responsabilidades e a composição).
- 2- Variáveis dos pais (com a qualidade da relação entre o casal, o lugar de controle da mãe, (em que se fixa, a que lhe dá importância), a estima e questões de tempo e horário).
- 3- Variável das crianças (como é o grau de deficiência, o gênero ou o temperamento).
- 4- Variável externa (como atitudes sociais estigmatizantes, apoios da rede social e colaboração de profissionais



## 5. Os Desafios da Educação Inclusiva no Contexto da Pandemia de COVID-19

A pedagoga Adriana Pagai me apresentou os resultados da pesquisa “Inclusão Escolar em Tempos de Pandemia”, desenvolvida por meio de uma parceria entre a FCC (Fundação Carlos Chagas), a UFABC (Universidade Federal do ABC), a UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e a USP (Universidade de São Paulo). “O objetivo da pesquisa era conhecer os desafios e as estratégias que as redes e as escolas utilizaram para garantir o atendimento, na perspectiva inclusiva, dos estudantes com deficiência. E buscar quais foram as ações das redes, das escolas e as ações e práticas dos professores”, explicou Adriana.

O levantamento foi realizado em julho de 2020, através de um questionário on-line, com professoras e professores da educação básica. Participaram 1.594 docentes que atuavam com o público-alvo da educação especial, sendo 3,7% deles com deficiência, 70% da região sudeste e 52% que atuavam na rede municipal. Importante destacar que 31% dos respondentes da pesquisa eram do município de São Paulo.

Segundo os dados, 67,5% dos participantes atuavam na chamada classe comum com alunos público-alvo da educação especial, enquanto 32,5% que davam aulas nos chamados serviços especializados, que contemplam o AEE (Atendimento Educacional Especializado), escolas ou classes bilíngues para surdos e escolas ou classes especiais.

Os resultados apontaram, de maneira geral, que as estratégias mais usadas pelos professores para a realização das atividades foram o material impresso e as aulas gravadas. Em relação à acessibilidade dos materiais impressos, houve maior resposta de acessibilidade para os alunos com deficiência intelectual, seguido dos alunos com transtornos globais do desenvolvimento, depois os estudantes com deficiência visual

(como fonte aumentada e/ou braile) e, por fim, o atendimento acompanhado de tradução em libras, inclusive dos alunos com altas habilidades/superdotação. O estudo apontou que os professores da classe comum também atuaram nesse aspecto de promoção da acessibilidade para os estudantes.

Já em relação aos efeitos do contexto da pandemia no ensino, os resultados da pesquisa mostram que os professores perceberam que a relação família-escola foi aumentada, mas também salientaram que houve dificuldades dos pais e das famílias em obterem os recursos de acessibilidade necessários para a aprendizagem dos alunos. Os docentes ainda afirmaram que a atenção da gestão escolar aumentou, porém, a aprendizagem desses alunos diminuiu.

Sobre as dificuldades de atuar com os alunos da educação inclusiva, mais de 60% dos participantes indicaram que o trabalho à distância foi a maior dificuldade encontrada durante a pandemia. Outro aspecto destacado na pesquisa foi a importância do reforço e promoção do trabalho conjunto entre o docente da classe comum e o docente da educação especial. “Pensando em educação especial, é fundamental que a gente reflita e trabalhe na formação desses professores, de como deve ser o trabalho conjunto entre esses dois grupos de professores”, salientou Adriana.

Acerca das principais barreiras enfrentadas pelos alunos, na percepção dos professores, a maior dificuldade relatada foi a alteração de rotina para o aluno, em especial os problemas para eles realizarem as atividades da escola em casa.

Outros destaques da pesquisa, obtidos através de respostas abertas no questionário on-line, foram: o esforço dos professores com a produção de materiais individualizados aos alunos; o grande empenho dos docentes em manter o vínculo com suas alunas e alunos; e a preocupação com o aspecto emocional desses estudantes, com quem não tem acesso à

internet e com aqueles que não podem retirar o material na escola – nesses casos, há relatos de docentes que levavam os materiais adaptados às residências.

Por outro lado, foi observado que ainda há muito presente, por parte dos professores, a concepção do modelo médico da deficiência – a concepção em que a deficiência é vista como uma questão que está posta no indivíduo -, fato que afasta o direito a estar na escola e à aprendizagem. Um dos aspectos para a gente pensar é trazer mais essa ideia da concepção social da deficiência. E trazer também, nas formações dos professores, mais a respeito sobre o capacitismo, sugeriu a pedagoga.

Na sequência, quem se manifestou na reunião foi Carla Mauch, uma das fundadoras da ONG Mais Diferença. Eu gostaria de ressaltar a importância da discussão sobre o tema da educação inclusiva, dos direitos no contexto que nós estamos vivendo da pandemia, ao mesmo tempo que eu queria reforçar todas as questões que a educação e a falta de direitos humanos vêm sofrendo. É impossível a gente esquecer nesse debate discussões que estão muito fortes e muito presentes no nosso país, no que diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e a nova política que o governo federal criou, que é a Política Nacional de Educação Especial, que nós a chamamos de Política Nacional da Exclusão, que está suspensa pelo STF (Supremo Tribunal Federal), mas que coloca em risco os avanços que nós tivemos nos últimos anos em relação ao direito à educação”, disse.

“Também não podemos esquecer nesse debate de toda a discussão que também está posta em relação ao homeschooling, que é outro direito que será tirado das crianças e adolescentes no nosso país, caso essa lei venha a ser efetivada. E aqui eu já queria fazer um apelo a todas as vereadoras e vereadores, que pudessem estar atentos a estes processos e Projetos de Lei que estão em discussão e que significarão um retrocesso enorme em

relação aos direitos de todas as populações, mas principalmente em relação ao direito das crianças, adolescentes e jovens com deficiência”, completou.

Em sua fala, Carla também levantou questões para serem refletidas, como a situação de isolamento vivenciada por milhões de crianças, adolescentes e adultos com deficiência quando excluídos da educação inclusiva – cenário que foi potencializado no contexto da pandemia -, e fez uma grande defesa da educação pública e da importância dos professores nesse contexto.

Ela ainda pontuou alguns desafios para a educação inclusiva, como: a ampliação da situação de isolamento na pandemia; os poucos dados e pesquisas que considerem as pessoas com deficiência; a desigualdade social; os serviços e políticas públicas insuficientes do ponto de vista da oferta, bem como indicadores e o monitoramento para fortalecer políticas intersetoriais; o baixo acesso à tecnologia e internet; as campanhas de informação e conscientização sobre prevenção à Covid-19 que não consideraram as pessoas com deficiência; programas, políticas e práticas discriminatórias e capacitistas por parte dos governos e da sociedade; a população com deficiência que não foi considerada grupo prioritário em diversas ações emergenciais; o baixo investimento público para garantir direitos fundamentais; e as plataformas, conteúdos pedagógicos e situações de aprendizagem sem diferentes recursos de acessibilidade.

Também participante da reunião, Luiza Corrêa, coordenadora de advocacy no Instituto Rodrigo Mendes, apresentou dados da “Pesquisa sobre protocolos para Educação Inclusiva durante a pandemia”, realizada pela instituição. O objetivo do estudo foi contribuir com os gestores responsáveis por planejar e implementar políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, com orientações relacionadas ao período de isolamento social, assim como à fase de reabertura das escolas.

A pesquisa foi realizada com base em consulta feita a 43 especialistas do mundo todo e na análise de documentos de organismos internacionais e governos de países que já haviam elaborado protocolos especialmente voltados à educação no período da pandemia, com diretrizes, protocolos e práticas que possam servir de referência para equipes de secretarias de educação, gestores escolares, educadores e demais profissionais responsáveis pela educação no país.

Um dos pontos destacados no estudo, em relação aos critérios para o retorno, é que não existe correlação automática entre deficiência e risco aumentado para Covid-19. Ou seja, a pesquisa aponta que os estudantes com deficiência têm o direito de retornar juntamente com os demais estudantes, não em um regime diferenciado.

Acerca das questões sanitárias relacionadas à reabertura das escolas, o estudo faz uma série de recomendações, como a de que a escola precisa assegurar que todas as medidas de higiene sejam adotadas, incluindo lavagem frequente das mãos, uso de álcool em gel, procedimentos de limpeza de instalações e práticas seguras de preparação de alimentos. As instalações de água e higiene devem ser acessíveis a todos, bem como os estudantes com deficiência com dificuldades para lavar ou higienizar as mãos precisam receber apoio. A pesquisa reforça ainda que equipamentos como cadeiras de rodas, bengalas, óculos, próteses, merecem atenção nos cuidados de higiene, entre outras medidas.

Em sua fala, Luiza também alertou para a necessidade de atenção aos aspectos sócio-emocionais relacionados ao acolhimento desses alunos no retorno às aulas, com todas as questões envolvendo a pandemia, o contágio e a adaptação às novas regras sociais.

Última participante da reunião, Silvana Lucena dos Santos Drago, conselheira do Conselho Municipal de Educação da cidade de São Paulo, fez um resumo sobre o órgão, suas atribuições e responsabilidades na formulação de políticas públicas.

Especificamente sobre a pandemia, Silvana apontou que o conselho, desde o primeiro momento, atuou em ações que visavam garantir a organização e planejamento das equipes educacionais necessárias às aprendizagens e desenvolvimento integral dos bebês, crianças, jovens e adultos, no que se refere à reorganização do calendário de atividades da rede de ensino, bem como na formação dos professores, na implementação do ensino à distância, na formulação de políticas públicas voltadas às famílias em vulnerabilidade, entre outros.

De acordo com Silvana, o conselho também recomendou normas para o retorno às atividades presenciais nas unidades educacionais do sistema municipal de ensino de São Paulo, suspensas como medida temporária e emergencial de prevenção ao contágio pela Covid-19. Ela ainda elencou uma série de medidas necessárias à plena inclusão dos alunos com deficiência, bem como possíveis melhorias na atuação dos diferentes órgãos (públicos, privados e da sociedade civil) que atuam nessa área (Texto de Santos , 2021, na íntegra).

## **6. Compreendendo o Conceito da Pessoa Com Deficiência (PCD)**

De acordo com a Lei n. ° 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), temos no artigo 2º a seguinte definição:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

No Brasil, esse conceito de pessoa com deficiência vem desde o Decreto n. ° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis relacionadas ao atendimento prioritário e à acessibilidade. Segundo o decreto, devem ser consideradas as pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência, como também as que possuem mobilidade reduzida, ou seja, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (Brasil, 2004).

No Brasil, esse conceito de pessoa com deficiência vem desde o Decreto n. ° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis relacionadas ao atendimento prioritário e à acessibilidade. Segundo o decreto, devem ser consideradas as pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência, como também as que possuem mobilidade reduzida, ou seja, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando

redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004). O Decreto n.º 5.296/2004 ainda estabelece que será considerada pessoa portadora de deficiência, todo aquele que possuir limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadre nas categorias a seguir (Tabela 2). Cabe destacar que o termo utilizado na época “pessoa portadora de deficiência” foi posteriormente substituído por “Pessoa com Deficiência” (PcD), nomenclatura estabelecida pela Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e adotada no recente Estatuto Nacional da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Todavia, são consideradas PcD as pessoas que possuem algum impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de acordo com a classificação a seguir:

**TABELA Nº 03:** *Conceito da pessoa com deficiência (PcD)*

Tipos	Especificações
Deficiência física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas, sem dificuldades de desempenho.
Deficiência auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.



Deficiência visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
Deficiência Intelectual	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.
Deficiência múltipla	Associação de duas ou mais deficiências
Mobilidade reduzida	Não se enquadra no conceito de PcD, porém apresenta dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Fonte: Elaboração própria baseada na Lei n. ° 13.146

## **B) MARCO METODOLÓGICO**

## 7. Marco Metodológico

Para a construção de um trabalho científico é necessário percorrer caminhos técnicos chamados de desenho da pesquisa, no qual de acordo com Campoy (2018, p. 41) “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão”. O método é, portanto, algo muito mais complexo que uma simples sequência unidimensional de passos.

Assim, o pesquisador utiliza seu desenho para analisar se as hipóteses formuladas num contexto específico são corretas.

Perovano (2016, p. 150), contextualiza que:

[...] o desenho da pesquisa parte dos objetivos de investigação científica, ou seja, da ideia da pesquisa ou melhor o que se pretende investigar e assim poder chegar à resposta da pergunta problema. Em outras palavras, a elaboração do desenho da pesquisa tem por finalidade a operacionalização de todas as variáveis previstas na pesquisa com base nos objetivos.

Assim, a importância de um método, na busca da verdade, disciplina o trabalho do cientista, excluindo da investigação os preconceitos e o acaso, adaptando a atividade científica às características do objeto estudado, selecionando os meios e processos mais adequados para sua realização. Então, o método se caracteriza como o caminho feito pelo pesquisador no processo de apreensão do objeto.

Nesse sentido, o cuidado com a opção metodológica é fundamental a fim de que o conhecimento científico produzido em cada investigação possa contribuir com as discussões acadêmicas correntes na área como ao próprio ambiente e o cotidiano dos pesquisados, por isso, é indispensável à edificação e preparação de uma metodologia que

seja de qualidade e eficaz, pois ela vai definir gradualmente a trajetória que o pesquisador deverá seguir para alcançar os objetivos propostos.

André (2011, p. 96) alerta para “a difícil tarefa de conciliar os papéis de ator e pesquisador, buscar o equilíbrio entre a ação e a investigação, sem deixar em segundo plano a busca pelo rigor que qualquer pesquisa requer”. Já para Bicudo (2011, p.62) "uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados”.

Nesse contexto, a pesquisa elaborada de maneira sistemática e rigorosa contribui para a efetivação e reconstrução do saber, enriquecendo o conjunto do saber. Todavia, para que ela se concretize e revele os seus fenômenos, faz-se necessário percorrer um caminho traçado em função dos objetivos que foram alcançados. Assim, é fundamental a utilização da metodologia científica, que se resume na utilização de técnicas e processos metodológicos eficazes para uma proveitosa e eficiente elaboração de produção científica.

Com base na temática dessa pesquisa, procuramos atender aos critérios da investigação fazendo uso de métodos e técnicas que sejam compatíveis com o desenho da pesquisa.

### **7.1. Justificativa da Pesquisa**

Um dos maiores interesses do pesquisador em abordar essa temática é recolher informações sobre os avanços da Educação Inclusiva no sistema escolar do município de Tupanatinga, pois tendo como base dados anteriores que apontaram vários desafios encontrados nas instituições escolares, surgiu o interesse em conhecer como está a situação

da Educação Inclusiva dentro desse município e conseqüentemente conhecer os avanços relacionadas aos avanços da inclusão desde o ano de 2016.

Quando se fala em avanços, vários pontos merecem destaques e necessitam serem observados para compreender como evoluíram. Justifica-se conhecer como estão as estruturas físicas da escola, se essas possibilitam acessibilidade aos alunos que possuem deficiência, além de conhecer se os professores estão preparados pedagogicamente para receber esses alunos e oferece-lhes possibilidade de aprendizagem significativa, pois de acordo com o MEC (2004, p. 07) “o olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui”.

A paixão do pesquisador pela Educação Inclusiva já declarada a bastante tempo, nos faz refletir se as leis inclusivas estão de fato sendo executada nas escolas brasileiras e sobretudo analisar se os professores foram preparados para receber os alunos com deficiência na sala regular de ensino.

Seguindo os preceitos de Minayo (2001, p. 15) a justificativa:

Trata-se da relevância, do porquê tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Que contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa? A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

Essa pesquisa terá grande contribuição para o município porque através dos dados apresentados servirá para identificar quais os avanços dentro do sistema de ensino inclusivo de Tupanatinga. Nesse sentido, o Ministério da Educação expõe que “nenhum

país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica” (MEC, 2004, p.07).

Assim, quando a escola pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente, implementar as adequações necessárias, para garantir o acesso integral dos alunos com deficiência na busca pela aprendizagem e conhecimento.

Além de todos os pontos justificados para essa pesquisa, a participação da comunidade na vida cotidiana da escola, não pode ser uma simples manifestação retórica ou uma prática aberta a iniciativas aleatórias. Ela deve ser organizada formalmente, a partir de projetos específicos, que contenham objetivos claros, métodos e procedimentos que avaliem seus resultados e impacto para a formação dos alunos.

A Educação Inclusiva, de modo geral, ainda é um grande desafio a ser enfrentado, mesmo com as mudanças de paradigmas educacionais ocorridos ao longo da história no Brasil e no Mundo, quando se trata da inserção dos alunos com deficiência na sala regular (comum) de ensino, mas também estabelecer relações que possam favorecer atendimento de qualidade e igualitário entre os alunos com deficiência e os demais alunos, para que assim seja efetivado a Educação Inclusiva dentro das instituições escolares.

Acreditamos que apenas as adaptações físicas e curriculares não são suficientes para garantir uma aprendizagem efetiva dos estudantes com deficiência, já que a inclusão demanda o envolvimento de todos os sujeitos que fazem parte desse processo educacional, portanto é justificável apresentar nessa pesquisa quais os avanços que o município de Tupanatinga apresenta desde o ano de 2016.

Portanto, uma educação inclusiva de qualidade, para atender a demanda do setor inclusivo exige novas dimensões da escola não somente na aceitação, mas sobretudo na valorização das diferenças respeitando o tempo de aprendizagem de todos os alunos.

## **7.2. O problema da Pesquisa**

Tratar da problemática dessa temática requer ao pesquisador ir além dos aportes teóricos existentes e se debruçar na realidade escolar para que possamos, através dos resultados encontrados anteriormente, compreender quais os avanços da Educação Inclusiva no Município Tupanatinga desde o ano de 2016.

Tão importante quanto compreender a legislação que aborda a inclusão do aluno com deficiência, quanto seu processo de avanço legal no Brasil e no Mundo é saber se esses avanços contidos nos documentos legais e nas bases teóricas avançaram tanto quanto a inclusão no sentido literal da palavra dentro das escolas públicas brasileiras e nesse caso tratamos desses avanços nas escolas do 1º ao 5º ano do Município de Tupanatinga.

A discussão que emerge dos debates internacionais, nacionais ou municipais traz em seu teor grande perspectiva para o futuro inclusivo dentro das instituições escolares, porém não é o que tem sido observado na prática educativa no decorrer dos anos em que as leis dão suporte a educação para todos sem preconceito ou distinção.

Dentro do aporte teórico legal, tomamos ciência da preocupação de incluir um aluno com deficiência em uma sala regular e proporcionar a ele todo suporte necessário para um desenvolvimento integral como educando e futuro cidadão que atuará de forma crítica na sociedade em que vive, no entanto o último estudo realizado nesse município, precisamente no ano de 2016, demonstrou que muito ainda tinha que ser realizado dentro

das escolas, para que fosse possível classificar o sistema municipal de ensino com um órgão que verdadeiramente inclui. A proposta encontrada nas leis e nas bases teóricas seriam caminhos a seguir para uma concretização real dentro de todas as instituições escolares.

A preocupação dessa pesquisa surge da necessidade de apresentar os avanços práticos e reais dentro das escolas e se esses correspondem aos requisitos apresentados pelas leis inclusivas. Pois mesmo que exista uma legislação vigente que garanta aos alunos com deficiência pleno desenvolvimento em uma escola regular, isso nem sempre acontece, ou pode acontecer de maneira precária\excludente.

Isso porque existe alguns desafios que precisam ser superados para que a educação inclusiva seja de qualidade e realmente desenvolva os estudantes da maneira mais plena possível, sejam esses alunos com deficiência ou não.

O grande desafio na atualidade é que as escolas públicas, além de não possuírem professores com especialização na área da educação inclusiva, não estão também preparadas para receber os alunos com os diversos tipos de deficiência.

Frente a essa discussão a Constituição Federal de 1988 deu um novo rumo às políticas sociais do país, pois se fundamenta na cidadania e na dignidade da pessoa humana e garante o direito à igualdade e à educação de todos. E quando se fala de todos, também estão incluídas as pessoas com deficiência, que passam a ter a possibilidade de exercer sua cidadania, após um longo período da história, vivendo no abandono e no preconceito. Porém, apenas as leis não garantem a inclusão, pois mesmo após várias leis, decretos e conferências ainda nos deparamos com realidades duras nas escolas.

Diante dessa problemática surge algumas questões que merecem ser investigadas, como saber: Como as escolas estão estruturadas para receber alunos com deficiência? As



escolas de Tupanatinga estão preparadas, estruturalmente, para receber os alunos com deficiência? A secretaria de educação oferece formações específicas para os professores estarem preparados para inclusão? Quais os avanços inclusivos forma verificados nos últimos anos nas escolas municipais de Tupanatinga? A família confia na proposta inclusiva do município? Os alunos com deficiência dispõem de Atendimento Educacional Especializado? As escolas do município de Tupanatinga estão preparadas para a inclusão? As escolas oferecem materiais didáticos e tecnológicos para trabalho em sala de aula? Com base nas perguntas investigativas surge uma pergunta que norteará toda a investigação que é: **Quais os avanços referentes a Educação Inclusiva percebidos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016?**

De acordo com Campoy (2018, p. 51) “o problema é o ponto de partida de toda investigação, é provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica vários passos interrelacionados”.

Dessa forma, a pergunta problema norteará todo esse estudo, é a partir dela que conseguiremos resultados para os objetivos propostos e nos ofereceu base para desenvolver esse estudo. Com essa finalidade essa pergunta problema consiste em uma pergunta sobre a realidade existe e que ainda não possuem uma resposta satisfatória.

### **7.3. Objetivo Geral e Específicos**

Buscamos nessa parte responder ao que é pretendido na pesquisa, quais as metas desejamos alcançar ao término dessa pesquisa. É fundamental que os objetivos aqui propostos sejam possíveis de serem atingidos.

Minayo (2001, p. 42) relata que:

Geralmente se formula um objetivo geral, de dimensões mais amplas, articulando-o a outros objetivos mais específicos. Sugerimos a utilização dos verbos no infinitivo para a descrição dos objetivos. Por exemplo, podemos ter como objetivo: "Analisar os fatores que desencadeiam ou predisõem a agressão de maridos contra suas companheiras" ou "Conhecer as opiniões das mulheres maltratadas por maridos sobre a violência por elas sofrida".

### **7.3.1. Objetivo Geral**

Analisar os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.

### **7.3.2. Objetivos Específicos**

- 1 – Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência.
- 2 – Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva.
- 3 – Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino.
- 4 – Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.

#### **7.4. Desenho da Pesquisa**

Para subsidiar a produção do trabalho científico é necessário que o pesquisador empregue uma metodologia adequada e eficaz para a conquista de resultados benéficos à sua pesquisa, usufruindo de métodos e técnicas que ampliem a importância da sua produção. De acordo com Leão (2016, p. 105), a pesquisa é “um conjunto de atividades que tem como finalidade descobrir novos caminhos”. Sendo assim, é necessário que a pesquisa perpassa por várias etapas as quais são necessárias para o alcance do saber.

É necessário que o desenho metodológico trace caminhos coerentes e precisos para que seja possível obter dados reais e coerentes com o método empregado. Traçar um desenho metodológico é ter a preocupação de estabelecer métodos que sejam compatíveis com o problema a ser resolvido. Isto é, estabelecer uma relação entre elementos que devem estar interligados entre si.

Assim, esse estudo trata de abordar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga sendo importante ressaltar que tão importante quanto conhecer as bases legais e teóricas que englobam esse tema é conhecer a realidade do sistema inclusivo de Tupanatinga e conhecer se o município avançou dentro dos quesitos estabelecidos por esse estudo.

Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário observar com especial importância o esquema de seu desenho metodológico da investigação, o qual servirá de estratégia indicando os passos a serem realizados no decorrer da pesquisa. Ao esquematizar um modelo/desenho, traça-se um plano de ação que oriente o pesquisador em cada etapa do trabalho, permitindo a ele o alcance dos objetivos estabelecidos e a eficácia das informações do conhecimento construído.

Dessa forma, esse estudo se caracteriza por um desenho descrito, narrativo, interpretativo, qualitativo.

Em se tratando da tipologia descritiva, essa possibilita a descrição minuciosa das características do fenômeno relacionado aos avanços da Educação Inclusiva no Município de Tupanatinga- PE. Segundo Triviños (2006, p.128), quando “uma investigação se baseia na fenomenologia, ela assume caráter essencialmente descritivo”.

Ainda de acordo com Gil (2008, p. 55), “as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Por exemplo, quais as características de um determinado grupo em relação a sexo, faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade etc”.

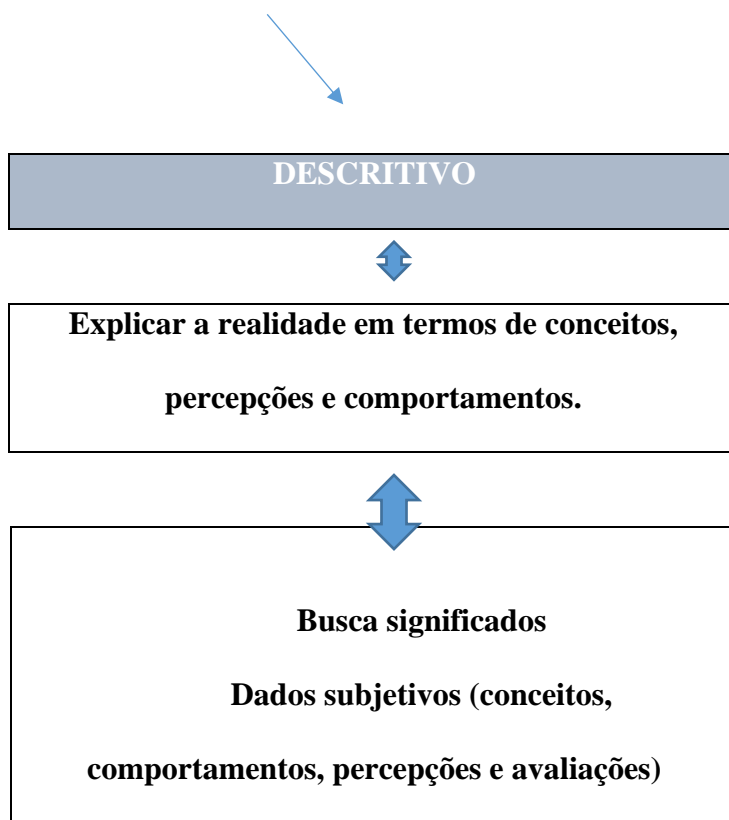
Assim, esse tipo de pesquisa permite conhecer mais profundamente as reais situações que se encontra o sistema inclusivo escolar no município de Tupanatinga e poder compreender quais os avanços foram realizados nessa proposta de inclusão. Os avanços descritos no resultado dessa tese estão relacionados aos objetivos propostos, dessa forma cada objetivo será tratado e discutido individualmente a fim de que o problema seja respondido ao final desse estudo.

Na fala de Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Para essa pesquisa, a tipologia descritiva colabora para que os fenômenos estudados possam ser descritos de forma real de acordo como ele acontece, assim sendo possível compreender fatos relacionados ao tema que são de grande valia para esse estudo. Em

outras palavras, assim como declara Vergara (2000, p. 47) a descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação".

**FIGURA Nº05:** *Base Descritiva*



Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa segue trajetos de metodologia narrativa. A respeito da pesquisa narrativa, a mais comum pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno.

Na metodologia narrativa as histórias podem ser recolhidas através de entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, observações e

notas de campo. A pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana. Trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas, pois “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (Clandinin e Connelly, 2011, p.18).

Para o trabalho com a metodologia de pesquisa narrativa alguns termos são destacados por Clandinin e Connelly (2011) como, por exemplo, pessoal e social para tratar da interação; passado, presente e futuro para desenvolver a noção de continuidade e lugar para marcar a situação. Por conseguinte, essa pesquisa visa compreender os avanços da Educação Inclusiva no município atende prontamente as características de um estudo narrativo.

Narrar uma história contada é transformar os dialetos e observações em resultados fidedignos que contribuirão com trabalhos+ futuros, tendo como propósito demonstrar e fazer conhecer se a Educação Inclusiva está sendo uma modalidade que está avançando positivamente dentro do sistema regular de ensino.

Nesse contexto de desenho da pesquisa, a escolha do paradigma teve a ver não apenas com a temática do estudo, mas também com o tipo de questões que pretendemos abordar, tendo a plena convicção da relevância desse paradigma para o tipo de investigação que pretendemos efetuar.

Cabe ressaltar que o paradigma interpretativo valoriza a explicação e compreensão das situações e nos permite de forma privilegiada que nessa atividade tomemos o plano de intersubjetividade resultante do encontro e da interação dos atores sociais entre os quais envolve a pesquisadora.

Para compor o desenho aborda-se uma pesquisa qualitativa, especialmente porque esse tipo de abordagem permite uma maior amplitude e riqueza interpretativa dos dados, além de focar na subjetividade dos participantes, buscando-se compreender e interpretar os fenômenos em seus contextos naturais referentes aos avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga. Segundo Campoy (2016, p.231, apud Denzín e Lincoln, 2011, p.3):

A investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que fazem visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo. Convertem ao mundo uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e as próprias notas. A este nível a investigação qualitativa implica em um enfoque interpretativo, um enfoque naturalista do mundo. O principal da investigação qualitativa é o estudo das coisas em seu ambiente natural, tratando de dar sentido, ou interpretar os fenômenos nas condições dos significados que as pessoas lhes atribuem.

Nesse contexto, entendemos que a utilização do enfoque qualitativo permite aos entrevistados pensarem de forma mais livre e assim expressar seus pontos de vista com relação a temática do estudo, as respostas não são objetivas, cabe ao investigador interpretá-las e dar-lhes sentido, tendo em mente que o propósito da pesquisa qualitativa não é contabilizar quantidades como resultado. Para Minayo (2001, pp.21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Sendo assim, por ser uma pesquisa qualitativa, trata-se de uma forma de investigação social, visto que a problemática que deu origem aos objetivos propostos nesse estudo, surgiram principalmente da intenção de conhecer como a Educação Inclusiva avançou no município de Tupanatinga.

Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) a pesquisa qualitativa considera que:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

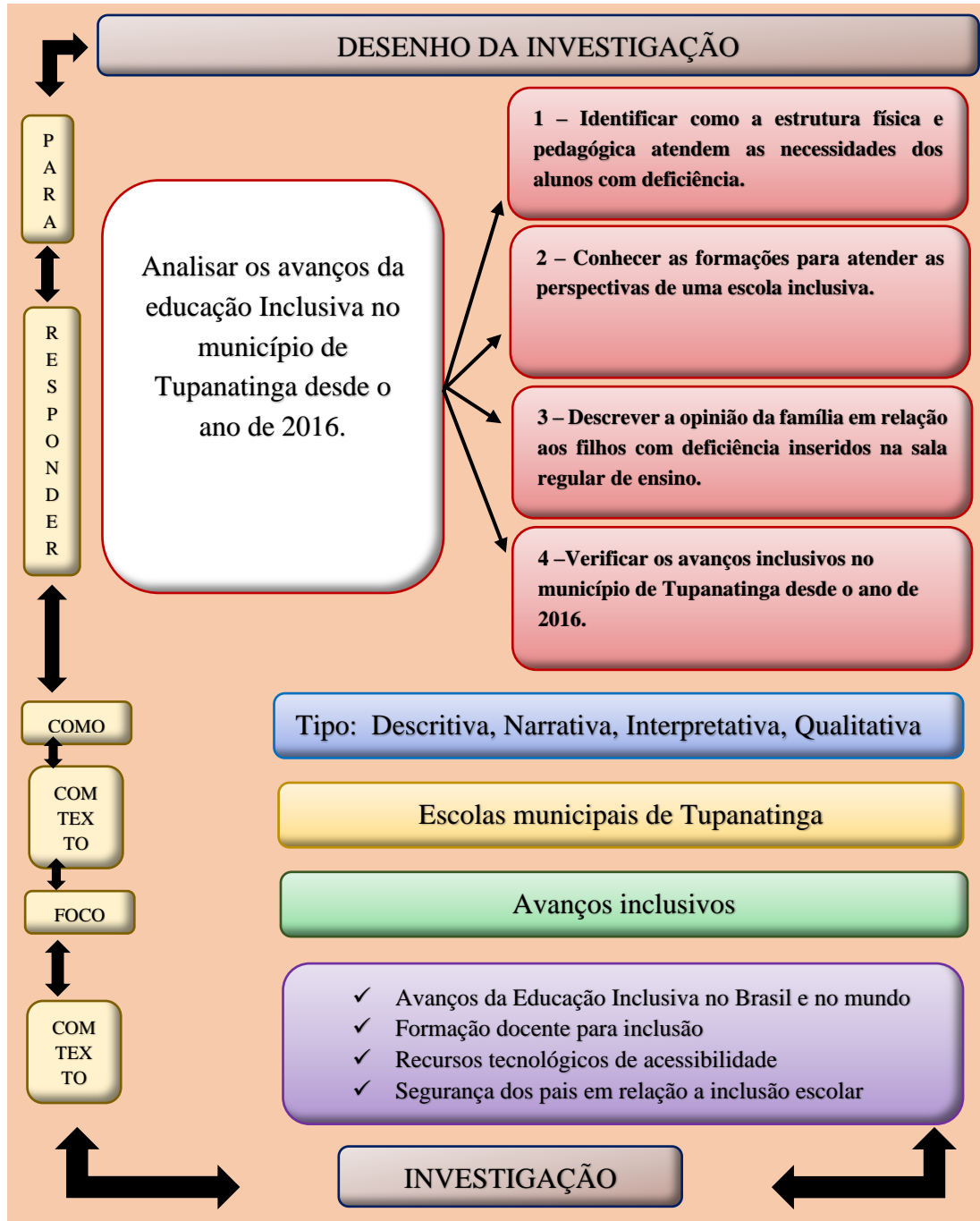
Nesse sentido, Ludke e André (2014, p.96) afirma que uma pesquisa qualitativa “tem um ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

Para essa pesquisa, o estudo qualitativo representa a possibilidade de estudar os fenômenos no contexto que ele acontece de forma aprofundada e subjetiva. Dessa forma, o enfoque dessa pesquisa nos permitiu interpretar os dados e apresentar resultados fidedignos ao final deste estudo. Pois, temos que enfatizar a importância não só de apresentar dados



atuais sobre a Educação Inclusiva no município, mas conhecer quais os avanços significativos foram realizados, pois só assim saberemos se as leis estão sendo vivenciadas no sistema de ensino de Tupanatinga além de conhecer a real importância dada a esse seguimento.

FIGURA Nº06: Desenho da investigação



Fonte: Elaboração própria

### **7.5. Contexto da Pesquisa**

A referida pesquisa foi realizada nas escolas municipais da zona urbana do município de Tupanatinga, no estado de Pernambuco, Brasil, que localiza-se no interior do Agreste pernambucano. Tupanatinga foi fundada em 20 de dezembro de 1963, e localiza-se a uma distância de aproximadamente de 280km da capital do estado, (Recife), seus primeiros habitantes foram indígenas (IBGE). Tupanatinga tem aproximadamente 28 mil habitantes, conforme dados de IBGE. Possui uma área de 795,64 km<sup>2</sup>.

Administrativamente, é composto apenas pelo distrito sede e pelos povoados de Cabo do Campo, Mata Verde, Boqueirão e Baixa Grande.

Essa cidade é conhecida regionalmente pela riqueza aquífera da bacia do jatobá, que é capaz de abastecer todo o município, inclusive abastecer as cidades vizinhas com água pura e cristalina. Além disso Tupanatinga tem forte reconhecimento regional pelo seu avanço na saúde, educação, cultura, esporte e assistência social.

Diante da representação dos mapas abaixo, podemos centralizar com mais clareza a cidade contexto dessa pesquisa.

**FIGURA Nº 07:** *Mapa do estado de Pernambuco destacado o município de Tupanatinga*



**Fonte:** <http://diretodepe.com.br/localizacao-e-acesso-ao-municipio-de-tupanatinga/>

**FIGURA Nº 08:** *Cidade de Tupanatinga - PE*



**Fonte:** [www.tupanatinga.pe.gov.br](http://www.tupanatinga.pe.gov.br)

Sobre a educação de Tupanatinga é relevante citar algumas competências:

I – traçar a política de ensino e acompanhar as ações do Plano Municipal de Educação; II – organizar e administrar o ensino no âmbito do Município, buscando permanentemente a elevação do Nível de qualidade de ensino; III – promover, ampliar e diversificar as formas de apoio ao educando e integração comunitários; IV – administrar as unidades escolares e planejar e executar a política de expansão e manutenção de rede municipal de ensino; V – compatibilizar a política educacional do Município com as diretrizes e bases traçadas pela União e com o sistema educacional de ensino do Estado.

A comunidade escolar do município é composta por três escolas que atendem os alunos do 1º ao 5º ano, que são: Escola Felisbela Rodrigues e Silva, Escola Cristo Rei, Escola Paulo Freire. São escolas de médio porte que atendem especificamente as turmas de 1º ao 5º ano.

**FIGURA N°09:** *Escola Municipal Felisbela Rodrigues e Silva*



Fonte: Elaboração própria

**FIGURA N° 10:** *Escola Municipal Cristo Rei*



Fonte: Elaboração própria

**FIGURA Nº 11:** *Escola Municipal Paulo Freire*



Fonte: Elaboração própria

## **7.6. Participantes da Pesquisa**

Os participantes são elementos indispensáveis para pesquisa, de tal forma que necessitam ser capazes de responder aos questionamentos propostos com coerência, necessitam estar relacionados com a temática abordada sendo capazes de apresentar dados que respondam com veemência ao problema da pesquisa.

Dessa forma, para essa pesquisa os participantes são os professores do 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino na zona urbana da cidade de Tupanatinga, secretário de educação do município e pais de alunos com deficiência, tendo como critério de escolhas as turmas de 1º ao 5º ano.

Em termos de explicação participantes são “indivíduos de campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 60), no caso dessa pesquisa são os professores do 1º ao 5º que lecionam com alunos com deficiência, secretário de educação e pais de alunos com deficiência, uma vez que “é sobre eles que se pretende tirar conclusões” (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p. 60).

Nessa mesma discussão Lakatos e Marconi (2011, p.27) afirma que participantes são “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica comum”, ou seja, nomeadamente os participantes da pesquisa têm com premissa de análise acertos e erros, a partir das peculiaridades, as várias dimensões e determinações envolvidas no fenômeno estudado, de maneira que se torne possível apontar elementos para traçar algumas generalizações, particularidades, características e qualidades. Gil (2014, p.105) explica como sendo o “conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Essas particularidades em uma esfera direta ou indireta são essenciais para a evolução e dos princípios e posicionamento da investigação.

Dessa forma, essa conexão de forma direta, indireta, finita e infinita serve para obter informações, confrontando com as já existentes, de maneira a compreender seus detalhes e aspectos particulares, apontando assim, elementos para traçar características de fundamentais importância para a estruturação de componentes que sinalizam e embasam o processo de análise dos participantes; pois como afirma Cervo (2007, p. 66) os componentes de uma investigação é o “conjunto de pessoas, de animais ou de objetos que representem a realidade de indivíduos que possuam as mesmas características definidas para um estudo”.



### 7.6.1. Seleção de Participantes

Os participantes foram selecionados através de critérios estabelecidos, caracterizando uma pesquisa não probabilística intencional, onde o pesquisador estabelece critérios de seleção para os participantes. Segundo Campoy (2018, p. 84) a amostra não probabilística “é uma técnica onde a população se divide em grupos homogêneos respeito a algumas variáveis relevantes”. Em outras palavras, a seleção dos participantes é definida através de uma intenção criteriosa, esses critérios atendem as perspectivas dos objetivos propostos.

Assim, podemos enfatizar que todos os participantes selecionados são capazes de responder aos questionamentos elencados e oferecer respostas a pergunta problema. Classifica-se assim como uma amostra intencional onde “os sujeitos se selecionam em relação a critérios do investigador” (Campoy, 2018, p. 84). A amostragem intencional é um método de amostragem não probabilístico, isso ocorre quando os elementos selecionados para a amostra são escolhidos pelo critério do investigador.

Os participantes estão representados da seguinte forma: Nas turmas de 1º ao 5º nas três escolas temos 33 (trinta e três) professores. Participaram dessa pesquisa 12 (doze) professores que lecionam com alunos com deficiência no ano de 2022.

O critério para seleção desses participantes foram:

- Lecionar nas turmas de 1º ao 5º ano
- Lecionar em uma das três escolas da zona urbana selecionadas para recolhimento dos dados
- Ter alunos com deficiência matriculados em sua sala de aula no ano de 2022.

Participaram também o secretário de educação como único no cargo, e o critério para selecionar esse participante foi:

- Por que ele está a frente da secretaria de educação a seis anos
- Ser responsável pelas ações criadas e desenvolvidas no sistema educativo do município.

. E 21(vinte e um pais) pais de alunos com deficiência. E os critérios de seleção foram:

- Ser pais de alunos com deficiência
- Ter filhos matriculados nas turmas de 1º ao 5º ano
- Estarem presentes na reunião no dia combinado

#### **7.6.2. Professores do 1º ao 5º Ano**

12 (doze) professores que lecionam nas turmas de 1º ao 5º ano. Os professores são responsáveis pela aprendizagem dos alunos e estão à frente do processo de acolhimento dos alunos com deficiência. O acolhimento dos alunos com deficiência depende de profissionais preparados para inclusão, surgindo assim a necessidade de abordar os professores nesse estudo.

Nesse sentido, Alvarenga relata que “os critérios de que cada pesquisador depende de seus objetivos de estudo, o importante é estabelecê-los de maneira muito específica”, e assim “o investigador extrai a essência do fenômeno para descrevê-lo” (Alvarenga, 2019, p.51).

### **7.6.3. Secretário de Educação**

O secretário de educação atua no município nesse cargo desde o ano de 2017 até o ano de 2022 ainda se encontra no cargo, ano em que foi concretizado essa pesquisa. A figura do secretário é responsável pelas ações educacionais e pedagógicas realizadas no município, dessa forma é um elemento indispensável no momento que tem a intenção de recolher informações sobre os avanços da Educação Inclusiva em Tupanatinga.

### **7.6.4. Pais de Alunos com Deficiência**

A categoria dos pais revela uma grande importância para essa pesquisa, são os pais os mais interessados no processo da Educação Inclusiva que se regularizou nas salas regulares. Pois a insegurança dos pais se estende até os dias de hoje pelos grandes desafios enfrentados dentro das instituições comuns. Dessa forma, ficamos sabendo se os pais confiam nessa inserção e se os filhos são acolhidos de forma pedagógica garantida e de qualidade.

Nesse sentido, mediante a contextualização da pesquisa, podemos afirmar que todos os indivíduos que estão relacionados a temática foram fontes de informações e participaram da pesquisa já que foi possível aplicar as técnicas a toda população de indivíduos ligados diretamente a inclusão escolar dos educandos com deficiência, e definitivamente composta por 3 seguimentos que foram:

**TABELA Nº 04:** *Participantes da pesquisa*

<b>Participantes</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Professores</b>	12
<b>Secretaria municipal de educação</b>	1
<b>Pais de alunos com deficiência</b>	10

Fonte: Elaboração própria

### **7.7. Técnicas e Instrumentos: Processo de Construção e Validação**

A seleção dos instrumentos é uma parte importante da pesquisa. De acordo com Lakatos (2003, p.163), a “seleção instrumental metodológica está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação”.

Dessa forma a escolha dos instrumentos significa, ter em mente o que se pretende coletar, visto que é necessário compactuar com a afirmação de Lakatos e ressaltar que para que essa pesquisa chegue aos fins propostos pelos objetivos, os instrumentos utilizados estão relativamente alinhados com o método.

Com intuito de poder abranger o tema estudado, foram utilizados todas os técnicas e instrumentos possíveis que correspondessem ao método, para que os dados coletados fossem suficientes para responder aos tais questionamentos estabelecidos nessa pesquisa.

Uma das técnicas utilizadas na coleta de dados foi a entrevista aberta, que para Campoy (2016, p.288), “a entrevista em profundidade também é conhecida como qualitativa não estruturada, aberta ou não padronizadas”.

Lakatos (2003, p.195) diz que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A escolha desse instrumento permitiu recolher informações a respeito dos pontos de vistas, angústias, sensações sobre os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga, bem como, conseguimos focar na subjetividade dos participantes.

Campoy (2016, p. 314), “considera a entrevista como uma técnica qualitativa, utilizada com maior ou menor profundidade, flexível e dinâmica, que permite recorrer a uma grande quantidade de informações de uma maneira mais próxima e direta entre o entrevistador e o entrevistado”.

Sobretudo, é necessário relatar que a entrevista aberta trata-se de uma ferramenta qualitativa, que tem a capacidade de estabelecer relação com o enfoque dessa pesquisa, que possibilitou recolher os dados, interpreta-los e descreve-los em toda sua integridade. A técnica de entrevista aberta foi aplicada aos professores que lecionam nas turmas de 1º ao 5º ano e que possuem em sua turma alunos com deficiência.

De acordo com a afirmação de Campoy (2018, p.316):

A entrevista é uma técnica de investigação científica que utiliza a comunicação verbal para recorrer a informações com relação a uma

determinada finalidade. Pois na entrevista, o investigador é o instrumento de investigação e não um simples protocolo ou formulário de entrevista.

Ainda com intenção de responder aos objetivos propostos nessa pesquisa, além da entrevista em profundidade foi utilizado a técnica de Observação Participante que de acordo com a afirmação de Campoy (2018, p.317):

Por nossa parte, entendemos por observação participante, também chamada de estruturada, a recorrida de informações previamente planejada e registro controlado de dados mediante codificação e análises com uma determinada finalidade para a investigação, sem que se aplique nenhum tipo de manipulação ou modificação.

Optou-se por utilizar a técnica de Observação Participante no sentido de obter provas sobre as questões inclusivas nas escolas pesquisadas, pois é sabido que, os processos observacionais permitem um contato mais direto com a realidade educacional.

Lakatos (2003, p. 191), “do ponto de vista científico, a observação oferece uma série de vantagens e limitações, como as outras técnicas de pesquisa, havendo por isso, necessidade de se aplicar mais de uma técnica ao mesmo tempo”.

A observação foi utilizada com requisitos pré-estabelecidos para responder aos propósitos estabelecidos, ou seja, seguindo critérios sociais, estruturais e comunicativos, dessa forma essa técnica foi considerada extremamente relevante para obtenção de dados, pois acredita-se que para descrever os avanços das escolas Tupanatinga, essa técnica torna-se indispensável.

A terceira utilizada nesse processo de recolhimento de dados foi a técnica de grupo focal. Nessa técnica foi possível obter informações complementares sobre a temática através da participação dos pais de alunos com deficiência em um grupo de discussão

guiado por um conjunto de perguntas desenhadas cuidadosamente e com um objetivo particular. Sobre a técnica de grupo focal Campoy (2018, p. 408) relata que: “das diferentes definições dadas de grupo focal vem a coincidir em que se trata de um grupo que se organiza em torno de um tema, onde os participantes manifestam suas opiniões em relação a suas experiências pessoais mediante”.

**TABELANº 05:** *Técnicas utilizadas na pesquisa*

<b>Objetivos da pesquisa</b>	<b>Técnica de recolhimento de dados</b>	<b>Fontes de informação</b>
1 – Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência.	Observação participante Entrevista aberta Grupo focal	Professores, Pais e Secretário de Educação
2 – Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva.	Entrevista aberta	Professores e Secretário de Educação
3 – Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino.	Grupo focal	Pais
4 – Verificar os avanços inclusivos no município de	Observação participante e Entrevista aberta	Professores, Pais e Secretário de Educação

Tupanatinga desde o ano de 2016.	Grupo focal	
----------------------------------	-------------	--

Fonte: Elaboração própria

### 7.7.1. Entrevista Aberta

No contexto pesquisa qualitativa, ao priorizar a fala dos atores sociais, a entrevista oportuniza alcançar um nível de compreensão da realidade humana por meio de discursos. Torna-se então adequada para estudos que almejam conhecer a subjetividade humana, por meio do acesso direto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que os participantes atribuem a si, aos outros e ao mundo.

A utilização de técnicas qualitativas permite o recolhimento de informações através de encontros cara a cara entre o investigador e os participantes. Para Campoy (2018, p. 346) “as entrevistas abertas têm muito a ver com a observação participante”, sendo as duas técnicas utilizadas nessa investigação.

Essa técnica de recolhimento de dados torna-se importante porque através dela podemos resgatar a subjetividade de cada indivíduo participante, além disso utilizamos um guia que nos orienta na aplicação da técnica, mas que permite também a flexibilidade em sua composição., ou seja a direção das perguntas depende do investigador que realiza a pergunta.

Essa técnica for aplicada a 12 (doze) professores do 1º ao 5º ano e ao secretário de educação.



### **7.7.2. Observação Participante**

Utilizamos também a técnica de observação participante para ampliar o recolhimento dos dados e poder através dela confirmar ou não a evolução da Educação Inclusiva no sistema educacional no município de Tupanatinga. Aplicar essa técnica é direcionar um olhar investigativo dentro de pontos pré-estabelecidos que possam retratar a realidade da temática em estudo. Através dessa técnica abordaremos a realidade sobre a estrutura física das escolas municipais, a situação da acessibilidade escolar como também as salas de recursos.

De acordo com Campoy (2018, p. 330) “a observação participante estabelece uma comunicação intencionada entre o observador e o fenômeno observado de forma planejada”.

O importante nessa técnica é estar atento as questões abordadas por meio dos quais serão interpretadas obtendo assim um conhecimento mais sistemático, profundo e completo da realidade que observa.

A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação.

### **7.7.3. Grupo Focal**

Por nossa parte entendemos que a técnica qualitativa de grupo focal cairia muito bem aos pais participantes dessa pesquisa. A técnica de grupo focal possui algumas

exigências para que a sua aplicação seja de fato validada. Para que seja possível a aplicação dessa técnica os grupos devem possuir algumas características homogêneas e o objetivo principal é conhecer as opiniões tanto semelhantes como diferentes.

Para garantir a participação de todos os presentes, bem como manter o foco das discussões em torno das questões centrais pretendidas utilizamos 10 sujeitos (pais).

Segundo Campoy (2018, p. 410) “a diferença d entrevista individual, mediante o grupo focal se produzem intervenções e respostas através da discussão em grupo”.

## **7.8. Validação dos Instrumentos**

Os instrumentos utilizados na coleta de dados (Entrevistas) foram previamente encaminhados a 5 professores – Doutores da Universidad Autónoma de Asunción – UAA, com o propósito de análise e conseqüentemente propor alguma alteração que se torne relevante para pesquisa. Seguindo as orientações dadas por Campoy (2018, p.199), que diz que: “avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta basicamente determinar a qualidade de sua medição. Existem duas características métricas essenciais para valorizar a precisão de um instrumento são: a validade e a confiabilidade”.

Os especialistas seguiram dois critérios estabelecidos para validação:

- Coerência, na qual estabelece que as perguntas devem estar correlacionadas com os objetivos dessa pesquisa.

- Clareza, nesse ponto foi observado se as perguntas proporcionariam compressão por parte dos entrevistados.

O resultado dessa avaliação dos expertos resultou:

- Mudanças nos conceitos utilizados para elaboração das perguntas no guia de entrevista e roteiro de observação.

- As entrevistas foram acrescidas de 5 perguntas.

A maioria das perguntas foram mantidas como planejadas desde o início, pois apresentava-se de acordo com os critérios estabelecidos para validação dos instrumentos.

### **7.9. Processo da Pesquisa**

Para essa pesquisa é importante que seja relatado os passos que foi seguido com relação a aplicação das técnicas e instrumentos para recolhimento dos dados. Com relação ao processo de pesquisa podemos afirmar que:

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (Minayo, 2001, p.25).

Antes de adentrar ao campo de estudo para aplicações dos instrumentos, acreditamos que seria importante apresentar os objetivos desse estudo para as escolas investigadas e para todos os participantes, pois de acordo com Minayo (2001, p.55):

Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista

baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão. Se o procedimento se dá dentro dessa forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação.

Com base na proposta de Minayo (2005), a pesquisa estabeleceu-se nos seguintes passos:

A primeira técnica utilizada para coleta de dados foi a observação participante (**conforme anexo nº 03**), diante disso, empenhados em analisar as questões inclusivas na cidade de Tupanatinga, foi realizada observação participante nas escolas municipais de 1º ao 5º ano, através de roteiro com critérios pré-estabelecidos pudemos tomar nota sobre as questões físicas, a existências de recursos pedagógicos e tecnológicos, bem como, as Salas de Recursos Multifuncionais, podendo assim através dessa técnica descrever os avanços observáveis.

As observações foram feitas através de visitas agendadas previamente com as gestoras, onde todas demonstraram imensa satisfação em nos receber.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com professores de 1º ao 5º ano que lecionam com alunos com deficiência (**conforme anexo nº04**) e secretário de educação (**conforme anexo nº 05**) em encontros previamente agendados, que aconteceram na própria instituição. O método estabelecido para registro das respostas se deu através de gravações, pois cremos que as informações seriam recolhidas na íntegra de forma objetiva e subjetiva e nenhuma informação seria perdida.

O processo de pesquisa tem continuidade com a aplicação da técnica de grupo focal (**conforme anexo nº06**) para os pais. Esse encontro foi realizado na sala do AEE.

Com vista em responder à pergunta problema e aos objetivos propostos nessa pesquisa foi feita a análise interpretação dos dados coletados através de categorias, que para Minayo (2001, p. 57):

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa.

Optou-se por esse tipo de análise por ser considerada a melhor forma de interpretar as opiniões, as crenças, além das questões atitudinais diante dos dados recolhidos qualitativamente, portanto a interpretação se deu através de análise dos conteúdos respaldados pelas observações. Nesse contexto, é importante mencionar que para aplicação das técnicas e instrumentos os participantes tiveram acesso ao termo de esclarecimentos sobre os objetivos da investigação e assim expressar sua vontade em participar voluntariamente assinando o termo de consentimento.

#### **7.10. Os benefícios da Pesquisa**

Possibilita a construção de conhecimento em nível ao objeto e estudo aqui proposto estando este relacionado a Inclusão de alunos com deficiência e apontar os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga.

Propicia um novo olhar e garante ao Lócus de Pesquisa a ressignificação de sua prática pedagógica a partir da construção de competências e habilidades docentes ao acolhimento desses alunos, além da conscientização de que o aluno com deficiência tem direito integral a um ensino de qualidade.

A pesquisa aqui proposta propicia a comunidade científica a possibilidade de promover novas investigações, correlacionar dados, de forma a fomentar a relevância das escolas estarem preparadas para receber o aluno com deficiência e oferecer a essa categoria oportunidade de desenvolver suas habilidades.

#### **7.11. Os Riscos**

A Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde em seu inciso II – Dos termos e definições diz que: “II. 22 - risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.”

Assim, para esta investigação podemos afirmar que não ofereceu riscos aos participantes, todavia devemos atentar para possíveis riscos de valor psicológico como: constrangimento, medo, receio da quebra de anonimato, medo de possíveis retaliações e o próprio cansaço no momento de coleta de dados.

#### **7.12. Questões Éticas**

Os princípios fundamentais dessa pesquisa é o respeito pelas pessoas, especialmente pelos participantes que deram sua contribuição para concretização desse

trabalho. De acordo com o relatório de Belmont (The Belmont Report, 2000), “os princípios básicos da ética perante investigações que envolvam Seres Humanos assentam em três pilares básicos, o respeito pelas pessoas, a beneficência e a justiça”.

Por essa pesquisa possuir um tema que implica diferentes pontos de vista, é necessário assegurar a identidade de todos os participantes, entretanto para garantir seu anonimato, total sigilo perante as respostas dadas, foram adotados os seguintes códigos:

- 1 – **SEC** – Utilizado para identificar a entrevista com o Secretário de Educação.
- 3 – **PROF** – Utilizado para identificar os professores entrevistados do 1 ao 12.
- 4 – **PAIS** – Utilizado para identificar as respostas dos pais.

### **C) DADOS E CONCLUSÕES**



## 8. Análise e Interpretação dos Dados

Buscando analisar se as escolas municipais do 1º ao 5º ano do município de Tupanatinga estão preparadas estrutural e pedagogicamente para receber os educandos com deficiência e conseqüentemente responder à pergunta problema e aos objetivos dessa pesquisa apresentaremos nesse capítulo todos os resultados obtidos na coleta de dados e suas devidas interpretações.

Segundo Gil (2008, p 156):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos.

Adotamos a decisão de realizar esta análise mediante categorias, já que entendemos que deste modo se oferece uma melhor visão dos resultados obtidos através de um tratamento conjunto, permitindo com isso uma melhor leitura dos mesmos, assim com uma maior clareza. Em definitivo um tratamento mais didático da informação obtida.

O processo que seguimos para estabelecer as categorias foram as seguintes:

1º Leitura em profundidade dos dados obtidos;

2º Agrupamentos das informações obtidas por meio das técnicas de pesquisa em função de um eixo temático comum;

3º Dar nome a esse eixo, isto é, definir cada categoria.

Fruto desse trabalho temos as seguintes categorias:

**1ª Categoria – Estrutura Física e Acessibilidade Escolar**

## **2ª Categoria – Desafios para Inclusão Escolar**

## **3ª Categoria – Formação Docente**

## **4ª Categoria – Escola / Família**

## **5ª Categoria – Avanços na Educação Inclusiva no Município de Tupanatinga**

Depois de apresentado as categorias de análise, segue abaixo a análise de todas respaldadas pelos teóricos renomadas na temática.

### **1ª Categoria – Estrutura física e Acessibilidade Escolar**

No intuito de confirmar os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga iniciamos o nosso recolhimento de dados pela técnica de observação participante. Através dessa técnica foi possível conhecer e saber se as escolas estão preparadas estruturalmente para receber os alunos com deficiência e suas necessidades físicas e educacionais. Nesse contexto Pinto e Becker (2020, p. 02) diz que “é comum nos depararmos com entraves que dificultam o acesso e permanência do aluno com deficiência física no ambiente escolar, sendo o próprio aluno visto como um obstáculo o qual as limitações sobressaem-se sob às potencialidades”. Daí a importância dessa abordagem para o resultado dessa pesquisa.

A Lei n.13.146 de 6 de julho de 2015, define, em seu art.3º (Brasil,2015): Art.3º  
[...] I –

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive em sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público,

de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício dos seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Como já relatado o recolhimento de dados aconteceu nas três escolas da zona urbana do município que atendem as turmas de 1º ao 5º ano. Na escola denominada Cristo Rei, observamos uma escola bem arejada com estrutura adaptada com rampas e corrimões que facilitam o acesso dos alunos com deficiência física, porém as portas não possuem uma largura adequada a necessidade dos alunos com essa deficiência. “No tocante ao contexto educacional, a inclusão escolar busca garantir que todos os estudantes tenham paridade de oportunidades bem como de direitos” (Pinto e Becker, 2020, p. 02).

Com relação a Escola Paulo Freire essa deixa um pouco a desejar no quesito estrutura física, pois o prédio é antigo, adaptada para se tornar uma escola e o município já está em fase de construção de uma nova escola para que os alunos tenham melhor condições de acesso e permanência dentro da instituição. É uma escola sem espaço para recreação, sem ventilação e que está fora dos padrões exigidos para uma verdade instituição inclusiva, porém como relatado anteriormente o município está em fase de conclusão de uma escola em grande porte para essa adequação.

Reiterando a importância da acessibilidade Pinto e Becker (2020, p. 08) relatam que:

A escola inclusiva tem como premissa o acesso de todos e para todos em condições iguais para uma permanência plena desses alunos na escola regular e essa acessibilidade se efetiva com atitudes que preconizam o respeito às diferenças e as peculiaridades desses educandos através da empatia, da cooperação, bem como com ações e práticas colaborativas.

Em relação à última escola, denominada Felisbela Rodrigues e Silva, essa possui uma estrutura física mais apropriada e adequada à locomoção e acolhimento de todos os alunos e dos alunos com deficiência. É construída em um local plano sem batentes para acesso à escola e o acesso às salas de aula é tranquilo para os alunos que possuem dificuldade de locomoção. A escola é arejada, com partes de jardim que deixam o ambiente muito agradável.

De acordo com a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Art. 3º Para fins de aplicação desta lei, consideram-se:

1. Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 7-7-2015. I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Portanto, considerando a categoria de estrutura física a Escola Felisbela Rodrigues e Silva pode ser considerada uma instituição inclusiva.

Ainda de acordo com Pinto e Becker (2020, p. 10):

A escola inclusiva tem como premissa o acesso de todos e para todos em condições iguais para uma permanência plena desses alunos na escola regular e essa acessibilidade se efetiva com atitudes que preconizam o respeito às diferenças e as peculiaridades desses educandos através da empatia, da cooperação, bem como com ações e práticas colaborativas.

Sobre os materiais pedagógicos específicos, o município vem se adaptando às necessidades educativas de cada aluno, é preciso ressaltar que os materiais estão presentes nas salas regulares como instrumentos de apoio juntamente com o professor especializado.

A sala de Recursos Tecnológicos é também um avanço da Educação Inclusiva no município, o AEE (Atendimento Educacional Especializado) foi criado em dois anos e recebe cerca de 230 (duzentos e trinta alunos) incluindo, também, alunos da zona rural.

O AEE é uma grande conquista no que diz respeito ao avanço da inclusão no município pois através dele e do trabalho de 19 (dezenove professores) as coisas vem acontecendo de forma satisfatória na aprendizagem desses alunos.

O espaço do AEE é composto por profissionais especializados como psicopedagogo, psicólogo e dos dezenove professores que lá trabalham 10 possuem formação específica.

A sala de AEE tem grande relevância, na vida das crianças com deficiência que se desenvolve tanto na vida escolar, profissional, pessoal e social para favorecer a sua inclusão dentro da sala de aula. A sala tem uma função clara e objetiva que é identificar, elaborar e organizar o apoio pedagógico, ou seja, um complemento e ou suplementar a formação dos alunos com deficiência para sua autonomia e independência na escola e fora dela

focando nas práticas pedagógicas desenvolvidas por profissionais da área (Oliveira e Oliveira, 2022, p. 01).

Dentro dessa técnica de observação já foi possível apontar um importante avanço no sistema educativo inclusivo no município.

Nessa categoria tivemos também dados que são relevantes para essa categoria, assim no intuito de aprofundar sobre a estrutura e acessibilidade escolar perguntamos ao secretário de educação de que maneira as escolas estão sendo adaptadas e\ou preparadas para inclusão dos alunos com deficiência, em resposta tivemos:

Foram montadas salas de recursos multifuncionais, onde elas possuem equipamentos de informática, mobiliários, jogos didáticos de acordo com as especificidades de cada aluno. Além das salas, o município possui um centro de educação especializada na perspectiva de inclusão, onde os alunos que estudam nas escolas que ainda não tem salas de recursos multifuncionais recebem atendimento educacional especializado no contraturno, sempre recebendo reposição de jogos e materiais didáticos de acessibilidade. A preparação está pautada também em recursos humanos de excelência, professores e equipe pedagógicos especializados em Educação Especial e que tenha o perfil para essa modalidade. Criação e excursão de propostas pedagógicas nas escolas municipais de Tupanatinga no intuito de assegurar um ambiente educacional, inclusive em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida escolar. Colocando em prática, assim, o que está assegurado na LBI, Lei 13.146/07/2015.

Em consonância com a observação, a fala do secretário retrata uma preocupação e ao mesmo tempo cita ações executadas pelo município em prol da organização estrutural

das escolas. É relevante ressaltar que existem ações concretas que confirma que existem avanços significativos na estruturação escolar, adesão de materiais pedagógicos e tecnológicos como a criação da sala do AEE.

O AEE tem o objetivo de identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade de maneira a eliminar as barreiras para a plena participação da criança e do adolescente com deficiência dentro e fora da escola. O AEE não pode ser confundido com aula de reforço, uma vez que ele é um atendimento que irá complementar e/ou suplementar a formação do estudante com deficiência com vistas à sua autonomia e independência na sociedade (Oliveira, 2021, p. 26).

Para que o sistema educativo do município seja de fato inclusivo é necessário que a essa modalidade seja de fato importante para os que estão a frente das ações governamentais e institucionais, porém perguntamos ao secretário de educação qual a importância da inclusão escolar para o município de Tupanatinga.

Para o Secretário:

É inegável a importância de uma escola inclusiva receber, atender e oferecer condições de progresso para esses alunos que possuem direitos e deveres assim como qualquer outro cidadão. É extremamente relevante, logo, cabe a escola e toda equipe escolar garantir esses direitos. Dentro dessas perspectivas, o ambiente educacional necessita de mudanças importantes seja em sua estrutura física, na gestão e na sala de aula com profissionais qualificados para oferecer a esses indivíduos condições necessárias para uma aprendizagem significativa. A importância da inclusão escolar é estabelecer as mesmas oportunidades e possibilidades para todos os

estudantes, para que todos tenham o acesso à educação, não só o acesso, mas a permanência e aprendizagem. A inclusão escolar não é somente colocar o aluno na escola, mas inseri-lo ao ambiente de aprendizagem, trabalhando com a diversidade. Essa é uma das exigências para o desenvolvimento de competências dos professores, pois com ela tanto o professor quanto o estudante estarão cumprindo o seu papel de cidadão dentro do contexto democrático, em que todos, dentro de suas particularidades, têm direitos e deveres.

Para o participante acima a inclusão é muito mais que receber apenas o aluno no espaço escolar, é também favorecer o seu aprendizado, respeitá-lo como sujeito ímpar, oferecer situações favoráveis à sua aprendizagem, sem deixar que, por apresentar alguma necessidade educacional especial, o aluno deixe de desfrutar de todos os momentos que propiciem o seu pleno desenvolvimento.

### **Resumo da 1ª Categoria**

Ao final dessa categoria que trata de entender se as escolas municipais da zona urbana de Tupanatinga estão adaptadas para receber alunos com deficiência, os dados recolhidos nos mostram que existem projetos arquitetônicos em andamento, de reestruturação e construção de escolas para substituir prédios antigos que não atendem aos requisitos inclusivos.

Logo na primeira categoria ficamos cientes que houve avanços no município quando identificamos as salas de recursos multifuncionais e a criação da sala do AEE que atende cerca de mais de 200 alunos com deficiência.



Destacamos também a responsabilidade da secretaria de educação em demonstrar interesse pela adequação das escolas a realidade da Educação Inclusiva a partir do momento que encontramos materiais e recursos que atendem as necessidades desses alunos.

A convivência e a integração dos alunos com deficiência, dentro da escola regular, que garante a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças, possibilitando o aprendizado de todos, sem exceção.

## **2ª Categoria – Desafios para Inclusão Escolar**

Nessa categoria tratamos de entender os desafios enfrentados pelos agentes educativos no processo de inclusão escolar. Nesse tópico iremos conhecer os obstáculos encontrados pelo município na concretização da inclusão.

Nessa categoria tivemos a participação do secretário de educação e professores, assim para compreender sobre essa categoria perguntamos ao secretário de educação qual o principal desafio da escola para conseguir realizar a inclusão. Em respostas tivemos:

As principais barreiras enfrentadas pela inclusão escolar são: a falta de preparo dos professores e demais colaboradores para lidar com a inclusão.

Alguns professores nunca trabalharam com alunos com deficiência e/ou com necessidades especiais e isso pode ser um grande desafio. Os educadores precisam coordenar esforços e compreender as necessidades de todos os seus alunos para realizar um planejamento adequado que promova o desenvolvimento de suas habilidades (SEC).

Esse participante aponta os elementos que demonstram os desafios encontrados pela inclusão e cita a falta de preparo por parte dos agentes que trabalham na escola, ou

seja, a rotatividade entre as salas dificulta a construção da prática. Esta fragilidade se concretiza na baixa qualidade da educação brasileira e se amplia quando analisamos a educação inclusiva, que embora seja garantida em lei, ainda apresenta grandes desafios.

Embora exista uma legislação em vigor que assegura aos alunos com deficiência o pleno desenvolvimento em estabelecimento de ensino regular, assevera-se que na maioria das vezes tal circunstância não se concretiza na prática, ou pode ocorrer de forma precária. Cumpre destacar que isso acontece em virtude de haver determinados desafios que necessitam ser vencidos para que a educação inclusiva ocorra com habitualidade e qualidade, buscando o real e pleno progresso dos alunos, pouco importando se esses estudantes possuem alguma deficiência ou não (Diniz, 2020).

Os desafios encontrados na fala desse participante nos revelam desafios corriqueiros que servem de base para melhoria do ensino inclusivo e para que sejam pensadas novas propostas para enfrentamento desses obstáculos que dificultam a vida educacional desses alunos, se bem que em termo analítico supõe-se que a chegada desse aluno em uma sala que o professor não tenha experiência o impacto é maior. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, cerca de 12,7 milhões de pessoas possuem alguma espécie de deficiência, representando quase 6,7% dos brasileiros. Registra-se que algo em torno de 3,5 milhões são crianças e adolescentes de até 14 anos. Além disso, quase 30% desse grupo se encontra fora do campo escolar (Brasil, 2019). Esses números retratam grandes desafios para o sistema inclusivo, pois demonstra que ainda existe muitos alunos com deficiência fora do ensino regular.

Sobre essa categoria os professores relatam sobre o principal desafio para docência com alunos com deficiência.

<i>“É garantir que esses alunos tenham acesso à educação, permanência e aprendizagem de acordo com suas especificidades” (P2).</i>
<i>“Entender a necessidade do aluno” (P3).</i>
<i>“Profissionais mais capacitados com um olhar realmente inclusivo, adaptações escolares em infraestrutura e tentativa de diminuição do preconceito” (P4).</i>

Nesse bloco de respostas temos três elementos que representam o desafio para esses professores, primeiro ponto ele aponta o acesso, seguido pela permanência e aprendizagem, isto é um caminho que muitas vezes não é finalizado pela falta de um sistema inclusivo completo e que causa o distanciamento desses alunos da escola. A prática do bullying contra alunos com deficiência se mostra como uma triste realidade no cotidiano dos estabelecimentos de ensino. Essa circunstância ocorre principalmente pelo desconhecimento das adversidades enfrentadas e pela falta de convivência entre grupos diferentes, impactando diretamente na educação inclusiva. “As barreiras atitudinais também são cruciais para superação de desafios, uma vez que elas auxiliam a prática inclusiva. As barreiras atitudinais são comportamentos, atitudes, nomenclaturas e preconceitos enraizados que podem limitar e segregar a pessoa com deficiência da sociedade” (Oliveira, 2021, p. 26)

Em suma, é necessário mencionar que turmas com excesso de alunos acabam sobrecarregando os docentes, conseqüentemente, fazendo com que se sintam pressionados ao lidar com alunos com deficiência, deixando estes de receber todo o incentivo que precisam no decorrer do processo de ensino aprendizagem (Ribeiro, 2019).

Retratando sobre os desafios vejamos a fala de mais alguns professores:

<p><i>“Garantir em sala de aula regular um aprendizado com qualidade para os alunos especiais, pois os outros, por serem a maioria exige uma demanda maior de atenção, por isso há necessidade de apoio” (P5).</i></p>
<p><i>“Acho que a falta de comprometimento dos pais em relação a deficiência do aluno, onde só é diagnosticada na escola, tornado difícil a aceitação” (P6).</i></p>
<p><i>“A aceitação da família, o acolhimento na escola com a sensibilidade emocional e empática” (P12).</i></p>
<p><i>“Adaptar os alunos as suas necessidades” (P7).</i></p>

A partir da fala desses participantes descobrimos mais alguns elementos que interferem na concretização da inclusão. Por ser algo complexo, a Educação Inclusiva necessita ser repensada de forma a sanar os obstáculos, repetimos, corriqueiros da educação brasileira, e que necessitam, sem dúvida, serem repensados. Um dos participantes cita a família como sendo um desafio a mais para esse processo, algo que já está fora dos muros escolares e que se torna ainda mais desafiador para a escola.

Reiterando a fala do P6 Machado (2021, p. 25) corresponde dizendo que:

*É na família que aprendemos a nos relacionar com os outros, com as diferenças, diversidades e limitações de cada um. Portanto, a inclusão começa a ser construída em casa, pois as pessoas com deficiência e sua família são os principais agentes para que esta aconteça, garantindo também*

desenvolvimento intelectual e cognitivo para os futuros homens e mulheres inseridos na sociedade.

Em outras palavras a família e escola devem caminhar juntas na direção do atendimento adequado as necessidades especiais do aluno especial. A relação entre a escola e a família dos educandos ainda possui muitos desafios.

Ainda responder sobre o mesmo questionamento seguimos com a resposta dos professores:

*“Primeiro que é preciso conhecer como posso ajudar o aluno e isso acontece quando identifico seu tipo de deficiência, através de conversas com os pais ou responsável e logo em seguida se preparar para fazer com que aquele aluno se sinta incluso em todas as atividades com os coleguinhas, pois haverá casos que tenho que mediar ou atender se o mesmo estiver precisando de atendimento especial” (P8)*

*“Incluir todos os alunos nas atividades, porque tem alguns que acham que não consegue participar da atividade com todos” (P9).*

*“Acredito que seria de fundamental importância um auxiliar que junto com o professor possam criar metas para fazer esse aluno se sentir acolhido e que juntos possam trabalhar para que este desenvolva suas habilidades de acordo com sua realidade e com base nos conhecimentos que ele já tem” (P10).*

Nesse ponto vemos que os professores relacionam a importância de envolver os alunos nas atividades propostas, como também demonstram interesse em conhecer de forma mais profunda a deficiência do aluno e assim facilitar a inclusão desse aluno no processo de aprendizagem. Pois é sabido que “o processo de inclusão escolar refere-se ao acolhimento do educando com necessidades educacionais especiais nas classes regulares, propiciando apoio adequado tendo em vistas o desenvolvimento pleno de seu potencial. A ideia da educação inclusiva considera que as escolas” (Camargo e Faria, 2021, p. 02).

Diante da fala desses participantes tomamos ciência que lecionar para crianças com deficiência é um grande desafio e que é necessário conhecê-los para que sejam sanados e que a aprendizagem desses alunos não seja comprometida por falta de segurança profissional e material.

Dessa forma, ainda sobre a categoria que trata de saber sobre os desafios para docência, perguntamos aos professores se ele preparado para lecionar com alunos com deficiência. Como respostas tivemos:

<p><i>“Nunca estamos preparados para receber alunos com deficiência, mas como professor temos que ir além dos nossos limites” (P11).</i></p>
<p><i>“Para mim é um desafio procurar trabalhar as suas dificuldades e integrar este aluno no cotidiano escolar” (P2)</i></p>
<p><i>“100% não! Mas as experiências que tive foram ótimas” (P9)</i></p>
<p><i>“Preparada ainda não, mas em nossa profissão precisamos ir adiante dos desafios, sempre dando o nosso melhor para o alunado, buscando, pesquisando, estudando, estamos sempre aprendendo e nessa busca Deus sempre nos orienta e envia</i></p>

*“pessoas que nos ajudem a procurar pessoas especializadas para essas crianças, antigamente não tinha, mas hoje nosso município conta com espaço voltado para os alunos com deficiência, o AEE, com profissionais especializados que trazem habilidades a serem aprendidas de forma lúdica e atrativa” (P10).*

A partir dessas respostas sentimos que realmente o processo de inclusão é algo desafiador para os professores, um tema muito debatido, mas que ainda causa certa insegurança na prática docente, porém nos relatos desses professores é necessário ir além dos desafios e se doar ao exercício da profissão e fazer seu melhor.

Frente a esse debate, Farias e Camargo (2021, p. 04) retrata que:

A realidade da educação inclusiva adiciona novos elementos à relação professor-aluno. Para além dos fatores emocionais presentes na classe regular, somam-se as expectativas dos docentes frente ao desafio da inclusão; assim, conscientemente ou não, as emoções do professor são mobilizadas, influenciando sua forma de agir e se relacionar com todos os alunos. Nesse processo dialético contínuo, à medida que trabalha com os aspectos emocionais implicados no processo de inclusão escolar, o professor se depara também com as próprias emoções.

Seguindo com o propósito de descobrir se os docentes se sentem preparados para lecionar com alunos com deficiência temos ainda as seguintes respostas:

<i>“Sim, mesmo não tendo formação e muito aprendizado com essas crianças, pois cada dia é uma inovação” (P7).</i>
<i>“Acredito que a palavra preparado é muito forte, mas gostaria de me colocar como aprendiz. Acasos surgem, cada aluno é um caso diferente, pois não podemos identificar” (P8).</i>
<i>“Sim, porque amo a área, estudo, tenho um filho autista, por esse motivo me sinto preparada para lecionar na área” (P3).</i>
<i>“É desafiador, mas eu me sinto” (P5).</i>
<i>“Estou em constante fase de aprendizado” (P4).</i>
<i>“Sim, pois busco sempre me aperfeiçoar na área para enfrentar novos desafios” (P6).</i>
<i>“Apesar de não ter formação específica, hoje em dia existe existem muitas dicas na internet de como melhorar o ensino e a inclusão, e sim estou e me sinto preparada para receber um aluno com deficiência” (P1).</i>

A partir desse relato, ficamos cientes que a maioria dos professores se sentem preparados para receber um aluno com deficiência, mesmo alguns apontando que não possuem formação específica e diante do desafio de receber um aluno com deficiência procuram meios de aperfeiçoamento na área com as possibilidades que encontram. Ou seja, adotam uma postura positiva diante da deficiência. Considerando a necessidade de valorizar, para além dos aspectos cognitivos, a forma como o professor se sente diante da inclusão.

Frente a esse debate Oliveira, Barreto e Silva (2021, p. 09) relata que:



A dificuldade se faz presente quando os docentes constatarem que, atrelada ao processo de educação inclusiva, está a necessidade de repensar suas práticas e posturas no cotidiano escolar, uma vez que, diante dos saberes já dominados – e que correspondiam ao habitualmente exigido enquanto atuação docente – passam a se sentir limitados na condução de um novo fazer. Pensar nesse processo nos remete, antes, a considerar as discussões que acometem a formação do professor em âmbito mais geral.

Nesse entendimento, compreendemos que o professor se educa e se forma no decorrer de sua existência, permanentemente (re)construindo-se. Formando-se e transformando-se nas e pelas relações que estabelece em seu contexto, na interação com seus pares, moldando sua própria maneira de ser, sentir, (re)agir no convívio social, no acesso e na apropriação dos novos saberes e fazeres docentes.

Prosseguindo com a análise categorial sobre os desafios, é interessante saber o que os professores acham da inclusão do aluno com deficiência na sala regular de ensino.

*“É muito bom para autoestima da criança com deficiência e para os demais aprenderem a conviver e respeitarem as diferenças” (P1).*

*“Dependendo da sua deficiência é um direito de toda criança frequentar a escola, mas se a deficiência dele for prejudicial ao desenvolvimento em sala regular que seja remanejado a um espaço adequado” (P6).*

Já analisando a fala dos dois participantes percebe-se que um deles acredita que a convivência ensina a respeitar as diferenças, já o segundo acredita que se a deficiência for severa essa criança deve ser remanejado para um outro espaço, no entanto, sabemos que pela lei as salas especiais que separavam os alunos com deficiência dos demais já não existe. Por lei o aluno com qualquer tipo de deficiência deve ser inserido na escola regular com todas as oportunidades de aprendizagem.

Referente ao mesmo questionamento anterior vejamos as seguintes respostas:

<i>“Fundamental, precisa-se haver esse contato com os demais alunos” (P4).</i>
<i>“Fundamental para o aluno se sentir incluído, respeitado e inserido no ambiente escolar” (P12).</i>
<i>“Sem sombra de dúvidas é fundamental, oferecer ao aluno atividades específicas, garantindo um aprendizado com qualidade e garantindo sua permanência na escola” (P5).</i>
<i>“Muito importante, somos cidadãos e contribuintes no mesmo país, todos pagam impostos, pois a educação é um direito de todos e um direito dele ser incluso na escola e ser preparado para se engajar na sociedade” (P8).</i>
<i>“Um direito dessas crianças em ser incluso com os demais alunos” (P7).</i>
<i>“Eu acho que deve haver inclusão, todos os direitos são iguais” (P9).</i>

*“A inclusão favorece a quebra de preconceitos e estimula a aprendizagem de um modo mais colaborativo fazendo assim com que os alunos se sintam acolhidos e motivados” (P2).*

Após analisar a fala desses professores percebemos que para eles é fundamental que o aluno com deficiência esteja incluso na sala regular de ensino porque eles possuem o mesmo direito dos demais. Essas informações contribuem positivamente para compreender que as ações desses professores refletem em uma escola inclusiva e garante afirmar sobre os avanços da inclusão nesse município. “O docente, tendo como ofício a descoberta e a produção enquanto práticas contínuas em seu fazer, em seu entender, em seu agir, carrega em si todas essas relações amalgamadas tanto como profissional, quanto como pessoa que é” (Oliveira, Barreto e Silva, 2021, pp. 152-153).

Todos os professores relatam a importância da inclusão na vida dos alunos, pois a inserção de um aluno com deficiência na sala regular contribuir com seu desenvolvimento integral e cumpre um direito estabelecido em lei de que a educação é para todos.

Nesse contexto alguns professores citam a importância da escola estar também preparada para o processo de inclusão, pois esse processo depende de vários elementos para se concretizar. Vejamos a fala desses professores:

*“A inclusão na sala regular deve existir, porém desde que as escolas ofereçam suporte adequado e recursos para atender as necessidades” (P11).*

A fala desse participante revela que para haver uma inclusão de qualidade a escola precisa estar preparada para atender as necessidades desses alunos, caso contrário a Educação Inclusiva não será efetivada.

Se existem desafios possivelmente esses desafios podem se transformar em dificuldades. Dessa forma no ato da entrevista aproveitamos para saber dos professores quais as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão. Dentre os relatos recolhidos vamos iniciar a descrição das falas quando eles apontam que as dificuldades partem da família. Vejamos as dificuldades apontadas pelos professores:

<i>“Acredito que a dificuldade maior é a família” (P6).</i>
<i>“A ausência da colaboração da família, como também a não aceitação por parte de alguns docentes a frente de alunos com deficiência (P3).</i>

Frente a essas dificuldades alguns professores relataram a falta de formações específicas contínuas nessa área, a carência de recursos para trabalhar com esses alunos. O debate sobre a formação docente, por seu caráter de busca contínua de conhecimentos e ampliação que a ação prática exige do profissional, destaca um conjunto amplo de concepções e autores que encontram, nesse contexto, um meio relevante de discutir o fazer educativo, sua necessidade, importância, complexidade, carências e, sobretudo, a dinâmica que o toma enquanto processo (Oliveira, Barreto e Silva, 2021, p. 153).

Segue abaixo a fala desses participantes:

<i>“A falta de formação, orientação, apoio e recurso” (P5).</i>
<i>“Acesso ao material e acesso para esses alunos” (P7)</i>

*“As dificuldades que os processos podem encontrar no processo de inclusão, perpassando pela falta de recursos pedagógicos, o desafio de saber qual a deficiência que os alunos possuem e a prática pedagógica que vamos trabalhar em sala de aula” (P9).*

*“A maior dificuldade é a falta de recursos pedagógicos e o desafio de saber qual a deficiência ou a necessidade educacional que o aluno possui” (P2).*

*“Quais as dificuldades que a aluno tem, trazer atividades de acordo com a realidade e nível do aluno, respeitando sua bagagem de conhecimento e recursos didáticos voltados para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos” (P10).*

Como relatado na fala dos participantes acima, as dificuldades em desenvolver uma prática efetiva e inclusiva estão principalmente pautadas na falta de formação contínua e específica e na carência de recursos para trabalhar as necessidades educacionais.

Em continuidade, outros elementos foram citados como pontos que causam dificuldade na prática educativa, dessa vez foram citadas pelos professores o despreparo que gera insegurança. Segue abaixo a resposta dos professores:

*“Muitos professores em geral sentem muita insegurança. Mas creio que isso está sendo um dos menores problemas desde o conhecimento que eles obtêm quando entram na prática em sala de aula” (P4).*

*“Não encontrar a atividade correta para o aluno com deficiência, não saber o que fazer se acontecer do mesmo surtar e não saber fazer com que ele avance na leitura e na escrita” (P8).*

*“Muitas vezes as dificuldades estão no ambiente em não estar adequado, por exemplo: para um cadeirante e um com deficiência visual (sinalizações adequadas) e na oferta de material específico para cada necessidade” (P1).*

Diante dessas respostas Oliveira, Barreto e Silva (2021, p. 155) sugere que:

É preciso a efetivação das políticas de formação docente que atendam ao paradigma vigente de inclusão educacional, respeitando os diferentes contextos - social econômico e cultural em que se inserem a escola, as concepções de deficiência, a aquisição de recursos pedagógicos e, a definição de financiamento para formação de professores.

Diante de todos os desafios já citados aqui nessa categoria, julgamos necessário debater com os professores mais um que é entender um pouco sobre como os docentes avaliam o processo de aprendizagem dos seus alunos com deficiência em relação aos demais.

De acordo com Macena e Souza (2022, p. 102) “a aprendizagem relaciona-se a um processo complexo, onde pode se incluir muitos fatores, como: estudantes, docentes, escola, família, conceitos teóricos, flexibilização curricular, comunidade, entre outros”.

Dessa forma ficamos interessados em conhecer o processo de aprendizagem desses alunos porque cremos que esse ponto revela muito sobre os avanços da Educação Inclusiva no município.

Segue abaixo o relato dos professores sobre esse ponto:

<p><i>“Busco conhecer as potencialidades e as dificuldades e na hora de avaliar considero os seus avanços, procurando sempre me diferenciar nas estratégias” (P2).</i></p>
<p><i>“Existem várias formas de avaliar os alunos e todos são avaliados de formas diferentes” (P7).</i></p>
<p><i>“Deve ser de forma diferenciada, se adequando a necessidade do aluno e dos objetivos traçados para o desenvolvimento do mesmo no âmbito escolar” (P10).</i></p>

Através da estratégia de diferenciar as atividades e adequá-las a necessidade educativa dos alunos é o caminho para que esses docentes consigam analisar os avanços na aprendizagem, flexionar e facilitar o trajeto é uma forma inclusiva de oferecer condições para que os alunos consigam desenvolver suas habilidades. Segundo Mendonça (2022, p. 26) “a Avaliação Educacional é componente essencial no processo inclusivo, é um termo que abrange a avaliação de vários fenômenos, processos e atividades no campo da Educação, mas isso não implica que as avaliações tenham sempre o mesmo enfoque”.

## **Resumo da 2ª Categoria**

Essa categoria trata de debater sobre os desafios vivenciados na escola para uma inclusão de qualidade e nela conhecemos um pouco das dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos. No início do discurso, sentimos que barreiras estruturais são impasses que perturbam o andamento do processo inclusivo. São questões importantes quando se pretende descrever sobre os avanços da inclusão no município e que a opinião dos professores torna-se indispensável nesse momento.

Além da infraestrutura, ficou claro que a equipe docente sente dificuldade em perceber a necessidade educativa desse alunado, pois essa questão está além das suas competências enquanto docente. Outro ponto muito citado foi a falta de acompanhamento e aceitação familiar que tem dificultado e se tornado um grande desafio para o processo de ensino.

Alguns professores relatam que a falta de recursos necessário interferem no processo de ensino deixando-os inseguros e essa insegurança reflete em todos os elementos já citados no resumo final dessa categoria. Porém, mesmo apontando todos esses desafios percebe-se a intenção em incluir em diversificar as atividades a fim de que a aprendizagem seja positiva e contínua, pois para eles a inclusão do aluno com deficiência na sala regular é fundamental tanto para o próprio aluno como para os demais.

## **3ª Categoria – Formação Docente**

Os avanços almejados por todo sistema educativo, especialmente se ele obtiver intenções em transformar a instituição e um lugar de inclusão, depende especialmente da



sua atenção na formação de todos os docentes, tenha ele aluno com deficiência ou não. Pois é sabido que os alunos possuem direito a matrícula no ensino regular e a qualquer momento esse professor poderá receber em sua sala um aluno com deficiência. Dessa forma, as formações contínuas e específicas são de extrema importância para a concretização de uma efetiva inclusão escolar.

Somente as formações proporcionará segurança, estratégias e metodologias coerentes e eficazes nesse processo. Assim, nesse ponto categorial iremos debater sobre a importância das formações, de sua existência e de suas debilidades.

O primeiro questionamento foi saber se os professores possuíam alguma formação específica na área da Educação Inclusiva e perguntamos:

Você possui alguma formação relacionada a área de Educação Inclusiva?

Dentre os entrevistados apenas 5 (cinco) professores relataram que possuíam formação específica, dentre elas graduação em Educação Inclusiva, pós-graduação em Educação Inclusiva, entre outros... O restante foi enfático em dizer que não possuem nenhum tipo de formação inicial com relação a essa temática.

Para adentrar de forma mais profunda na questão da formação docente para inclusão iniciamos perguntando ao secretário de educação qual a importância da formação do docente na perspectiva da Educação Inclusiva.

*“Quanto a importância da formação continuada de professores em relação a Educação Inclusiva, é imprescindível que aconteça com frequência palestras para os pais e formação continuadas para professores “a cada dia que passa surgem novas perspectivas e situações, por isso os professores devem*

*estar preparados para estes novos conhecimentos e desafios com o objetivo de atualizar seus conhecimentos pedagógicos.*

É importante frisar que na sua fala, o secretário, demonstra a importância das formações contínuas específicas e que elas aconteçam com frequência para que os professores estejam preparados para esse desafio que se torna cada vez mais constante nas escolas regulares.

Com a inclusão escolar emerge a grande necessidade de formação docente inicial e continuada em perspectivas inclusivas, visando uma educação democrática e de qualidade para todos e todas; uma educação que considere os diferentes estilos, ritmos e características de aprendizagem, entendendo que todos e todas possuem, para além do direito de estar presente na escola, a presença, estar envolvido/a em todas as atividades do currículo, aprender juntos (Souza e Reis, 2022, p. 10).

Na concepção de Souza e Reis a inclusão escolar exige grandes transformações dentro da escola, pois não se admite que os alunos com deficiência sejam recebidos de qualquer maneira. “O respeito às diversidades é um avanço na direção de uma educação inclusiva que ofereça novas possibilidades de interação, inclusão e aprendizagem a todos e todas” (Souza e Reis, 2022, p. 14).

Dando continuidade à análise dessa categoria fizemos o mesmo questionamento aos professores para saber a importância das formações para a docência inclusiva.

*É de extrema importância, pois vai estar atento ao que cada criança precisa e no que pode ajudá-la evoluir em termos de aprendizagem e cognição e saberemos lidar com as limitações de cada uma” (P1).*

*“É preciso fazer cursos e preparações para receber essas crianças, saber as atividades necessárias, agir no momento certo para ajudar, para assim também responder as perspectivas do aluno para não o frustrar” (P8).*

*“É sempre importante o professor buscar se aperfeiçoar para novos desafios que possa surgir ao longo do trabalho” (P6).*

*“Professores devem estar preparados para estes novos conhecimentos com o objetivo de atualizar seus conhecimentos” (P9).*

Em uma análise breve das falas desses professores percebemos a importância das formações no desenvolvimento da docência inclusiva, sendo um item indispensável para aperfeiçoar esses desafios, atender as perspectivas inclusivas desses alunos.

Segundo Macena e Souza (2022, p. 102):

Os desafios e as dificuldades enfrentadas na educação especial são as fixações de programas de apoio pedagógico, práticas de alfabetização e ações de intervenções pedagógicas que visam oferecer uma educação de qualidade e com as sistematizações de escolas que acolham e atendam a todos os estudantes, com deficiência ou sem, não havendo nenhum tipo de discriminação fazendo com que reconheçam e identifiquem as diferenças como elemento principal do desenvolvimento educacional.

Abaixo segue a resposta de mais professores que falam da importância das formações específicas:

<p><i>“A didática seria feita de uma forma diferente, o conhecimento, estudo de caso, as experiências estudadas e até mesmo os testemunhos das mães com crianças com deficiência iriam contribuir nesse processo” (P10).</i></p>
<p><i>“A formação docente é essencial e deve ser obrigatória no contexto educacional inclusivo, pois oferece a compreensão da prática pedagógica de maneira e eficiente” (P2).</i></p>
<p><i>“É essencial para garantir que os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais recebam suporte adequado para aprender crescer” (P11).</i></p>
<p><i>“É imprescindível o professor estar apto a desenvolver sua função e estar em busca de novos conhecimentos” (P12).</i></p>
<p><i>“A importância da formação docente é fundamental, pois sempre em sua sala terá alunos com deficiência. Alunos que vão apresentar especificidades sensoriais, cognitivos, físicas e psíquicas no sistema regular de ensino. De fato, o docente precisa ter formação contínua” (P5).</i></p>

Ao final desse questionamento ficamos ciente da importância das formações para essa equipe de docente, isto é, as capacitações tornam-se indispensáveis para São inúmeros os desafios que os docentes enfrentam em sua carreira profissional, porém, está em busca de novos conhecimentos e desenvolvendo novas práticas pedagógicas é fator principal da formação de um professor.

Dando prosseguimento a resposta dessa categoria que trata das formações docentes perguntamos ao secretário de educação quais os principais pontos para a formação do professor para atuar na Educação Inclusiva.

De acordo com o SEC:

*“Ter uma boa comunicação, sobretudo com as crianças; ser paciente e empático;*  
*Contar com muita criatividade, porém, também ter responsabilidade;*  
*Ser flexível e dinâmico;*  
*Conhecimento: domínio dos conteúdos ensinados;*  
*Práticas gestão de aprendizagem, engajamento, interação e compromisso quanto ao trabalho como educador” (SEC).*

Para haver consistência das respostas e da verdadeira situação da Educação Inclusiva no município fizemos o mesmo questionamento aos professores para confirmar a percepção das formações sua importância para a prática diária.

Vejamos as respostas dos professores:

*“Os profissionais devem ser capacitados, ter uma disciplina em sua formação inicial a respeito da educação especial e inclusiva, além de adquirir competências para perceber as necessidades educacionais específicas dos estudantes” (P1).*

<p><i>“Professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (P1).</i></p>
<p><i>“Professores capacitados, formação em Educação Inclusiva, domínio do conteúdo, seguir se aprimorando” (P12).</i></p>
<p><b><i>“Conhecimento:</i></b> <i>é essencial que o professor esteja bem-informado sobre as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência.</i></p> <p><b><i>Planejamento:</i></b> <i>o professor deve planejar aulas que envolva os alunos independente de suas habilidades. Adaptação curriculares: o professor precisa adaptar o currículo para entender as necessidades educacionais específicas de seus alunos.</i></p> <p><b><i>Colaboração:</i></b> <i>o professor deve trabalhar em estreita colaboração com outros profissionais (P11).</i></p>

A fala desses professores torna-se importante porque são considerados pontos importantes a serem vivenciados dentro das formações, são elementos que com certeza contribuem com uma formação efetiva e de qualidade.

Alonso, et al. (2022, p. 38):

Dessa forma, pode-se afirmar que a formação continuada para docentes é importante não só para melhorias da oferta de educação, mas também para que os profissionais da educação se desenvolvam e despertem uma práxis reflexiva de seu fazer pedagógico. Além disso, por meio da formação

continuada, é possível produzir e compartilhar saberes e experiências entre seus pares como via de atualização, construção e ampliação dos saberes de sua formação inicial.

Contudo, o professor pode contribuir para impulsionar esse processo tendo em vista que ele é essencial para o bom desempenho do seu aluno. E, para tanto, a busca constante por um processo formativo que contemple as mudanças educacionais e sociais são necessárias. Isto porque, as desigualdades sociais produzidas nas contradições da sociedade capitalista geram sistemas educacionais que as reproduzem.

Como aprofundamento desse questionamento segue a resposta dos demais professores:

*“Acredito que um dos principais é a especialização em um curso voltado para a Educação Inclusiva, iria agregar muito o conhecimento ofertando em curso específico para o trabalho ser desenvolvido da melhor forma possível” (P10).*

*“Competências para receber as necessidades educacionais específicas dos estudantes e flexibilizar a ação pedagógica para atender suas necessidades” (P9).*

*“É preciso estar sempre se aperfeiçoando tendo formações como TDH, AUTISMO, BAIXA VISÃO, DISLEXIA TRANSTORNOS, entre outros, conhecer, participar bem como agir na hora necessária é preciso sempre, principalmente quando se trata de Educação Inclusiva” (P8).*

*“Ser um ser humano com capacidade não só técnica, mas também emocional. Saber lidar com diversas situações e estar apto a avançar e incluir” (P4).*

No mesmo seguimento os professores apontam vários elementos essenciais para uma formação de qualidade, nesse bloco, não diferente da opinião dos demais, demonstram a grande importância das formações para a docência com perspectivas inclusivas.

Considerando isso, para Mantoan (2003), a educação inclusiva é um processo de ressignificar também o papel do professor e de suas práticas pedagógicas, buscando atender a todos. Nesse ínterim, podemos apontar que essa ressignificação da formação docente tem lugar na educação continuada, visto que compreende processos de aperfeiçoamento e apetrechamento amplo dos educadores para inovarem em sala de aula, pautados no acolhimento e na valorização da diversidade.

A formação para a Educação Inclusiva é um dos pontos cruciais, pois através da prática docente é possível incluir com qualidade e conseguir colher frutos do processo de ensino. Frente a essa assertiva perguntamos aos professores de que maneira ele é orientado a trabalhar com alunos com deficiência.

Sabendo o quanto é importante esse debate segue abaixo a fala dos professores referente a esse questionamento:

*“Para que a criança se sinta acolhida e inclusa somos orientados a tratar todos por igual, nas brincadeiras e atividades, incentivando-os e sempre mostrando que eles são capazes” (P1).*



<i>“Respeitando sua deficiência, seu tempo de aprendizado, procurando estratégias para o mesmo evoluir” (P3).</i>
<i>“Tentar compreender a necessidade de cada aluno” (P9).</i>
<i>“Nas formações de professores do ensino regular os coordenadores orientam para trabalhar de forma lúdica e diferenciada das outras” (P7).</i>
<i>“Através da informação sobre o aluno, atividade inclusiva, trabalhar a aceitação das diferenças, otimizar a comunicação do aluno com deficiência” (P8).</i>

Esse questionamento foi importante porque ficamos conhecendo um pouco mais sobre a orientação que os professores recebem para lecionar com os alunos com deficiência. São orientados de forma a fortalecer os laços inclusivos através da aceitação dos limites e das diferenças. Alguns elementos são importantes para possíveis orientações docentes, segundo Macena e Souza (2022, p. 106):

Diante disso é importante que o professor considere os diversos aspectos: cultural, características motoras, psíquicas, pessoais, sensoriais, história de vida de cada aluno, o meio que ele é inserido, particularidades, a fim de dá um suporte de qualidade e que possa satisfazer da melhor forma possível a atenção que merecem.

Durante a entrevista com o secretário de educação ele nos relatou que para atuar com alunos com deficiência o professor deve possuir formação inicial que o habilite para o exercício da docência, como também formação específica para Educação Especial (Graduação e Pós-graduação), formação em braile e libras.

Dessa forma, após conhecer os requisitos que os professores devem possuir na concepção do secretário de educação pedimos para que ele relatasse sobre as formações específicas no município e assim ele descreveu:

*“Formação continuada bimestral, aulas atividades quinzenal, formação continuada do programa olhar par a diferença, trabalhando estudos de casos e questões intersetoriais. Encontro e rodas de conversas com articuladores da educação, saúde e assistência social, palestra para professores e famílias” (SEC)*

A partir da fala desse participante conhecemos as estratégias formativas desenvolvidas pela secretaria, de forma bem abrangentes, com vários aspectos importantes para inclusão conhecemos e reconhecemos que isso pode ser considerados elementos importantes para o avanço da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga.

Após esse debate de formação docente, visto que foram apontados vários avanços referentes a formação inclusiva quisemos saber diretamente dos professores sobre as formações específicas no município na área da Educação Inclusiva. Nesse questionamento três professores preferiram não responder e nós entendemos que devemos aceitar sua decisão.

*“São formações que buscam maneiras e métodos que facilitam o processo de inclusão dessas crianças” (P1).*

*“Palestras com profissionais da área; disponibiliza aos professores do AEE; formação em outras cidades; (P3).*

<i>“Palestras para professores e família” (P12).</i>
<i>“Palestras com psicopedagoga, formações bimestrais” (P8).</i>
<i>“O município oferece formações enriquecedoras voltadas para essa área onde vários profissionais da educação participam” (P10).</i>
<i>“Formação específica ou continuada, professores habilitados para o exercício da docência na Educação Inclusiva” (P5).</i>
<i>“O modelo que busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças e habilidades” (P11).</i>

No final desse ponto categorial apresentamos falas de participantes que estão inseridos no processo educativos e que julgaram as formações importantes para a prática educativa como também tivemos relato de que o município de Tupanatinga investe nas formações contínuas específicas na área dessa temática. É importante que a fala dos professores vão de encontro a fala do secretário demonstrando assim respostas fidedignas do que realmente acontece no meio inclusivo.

### **Resumo da 3ª Categoria**

Após análise dos dados recolhidos, ficamos conhecendo sobre as formações oferecidas pelo município. De forma consciente, responsável e contínua o município orienta, capacita e oferece suporte aos professores para que esses se sintam preparados para exercer a docência com segurança.

Nesse sentido, ficou claro para os professores ensinar não é somente um repasse de conhecimentos pré-estabelecidos convencionalmente, e sim assumir uma postura de mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento de forma dialógica.

Assim, os dados apresentaram que sua prática pedagógica possui um papel importante no processo de discutir as diferenças na perspectiva da inclusão escolar. Isso possibilita aos sujeitos uma visão crítica do mundo, promovendo situações desafiadoras, pois o espaço escolar se constitui em um local de humanização e as formações oferecidas pelo município vem dando sua contribuição nesse sentido.

#### **4ª Categoria – Escola / Família**

A família tem papel fundamental na formação do caráter, personalidade, no progresso, ascensão do indivíduo com necessidade especial. A escola também tem um importante papel no processo de aprendizagem de seus alunos, uma vez que é responsável por proporcionar conhecimentos e permitir a convivência no coletivo, estimulando, assim, o respeito ao outro.

Utilizamos esse contexto inicial para mostrar a importância da família no desenvolvimento educacional de seus filhos e essa categoria não poderia ficar de fora no recolhimento dos dados.

Para facilitar o recolhimento dos dados com os pais dos alunos com deficiência aplicamos a técnica de grupo focal para discutirmos alguns questionamentos importantes para o desenrolar desse estudo. E debatemos sobre a confiança dos pais em relação ao desenvolvimento educacional de seus filhos.

Através dessa técnica de grupo focal foi possível deixar os pais a vontade pois não foi necessário expressar nenhuma informação sozinho e a respeito desse questionamento as falas foram sendo analisadas. De acordo com a maioria dos pais, é possível observar o desenvolvimento educacional dos filhos, alguns citaram o desenvolvimento na leitura e na escrita, outros citaram melhora na concentração, outros na matemática e foram citando vários elementos que enxergaram melhora.

Souza e Benício (2022, p. 02) reflete que:

A escola deve estreitar ao máximo essa relação, oportunizando um convívio maior dos pais na unidade da escola para auxiliar no desenvolvimento do aluno especial. Uma relação de cooperação família e escola é necessária para que ambas conheçam suas realidades e suas limitações e busquem caminhos que permitam e facilitem o diálogo entre si, para o sucesso educacional do filho e aluno.

Essa convivência citada pelos autores contribui muito com o conhecimento que os pais têm sobre a escola, essa aproximação permite amenizar as inseguranças diárias fazendo com isso reflita positivamente na vida desses alunos.

É na família que aprendemos a nos relacionar com os outros, com as diferenças, diversidades e limitações de cada um. Portanto, a inclusão começa a ser construída em casa, pois as pessoas com deficiência e sua família são os principais agentes para que esta aconteça, garantindo também desenvolvimento intelectual e cognitivo para os futuros homens e mulheres inseridos na sociedade (Machado, 2021).

No que diz respeito aos direitos e deveres dos pais: É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (...)

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I – Maus-tratos envolvendo seus alunos; II – Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência”. (LDB, 1996. art. 54-55-56).

Da legislação já podemos perceber que a família é o que há de mais importante na vida da pessoa e estudante, por essa razão, traz uma obrigatoriedade por parte da família em acompanhar frequência, aproveitamento escolar dos filhos, trazendo para o estudante melhoramento de desempenho escolar.

Quisemos citar essa lei para mostrar a importância do acompanhamento da família na vida de qualquer criança e ainda mais na vida de uma criança com deficiência.

Outro ponto de discussão entre os pais foi saber se eles sentem que seu filho (a) está envolvido em projetos ou eventos realizados pela escola.

Por unanimidade foi respondido que sim. Foi citado que em vários eventos esses alunos eram convidados e incentivados a participar. Em nenhum evento realizado pela escola regular ou pelo AEE esses alunos eram deixado de fora, demonstrando assim práticas inclusivas satisfatórias.

São promovidos eventos para incluir esses alunos em projetos educacionais que favorecema autoestima e motiva esses alunos, pois eles se sentem incluídos, amados e valorizados pela escola.

Souza e Benício (2022, p. 15) relata que:

A Educação Inclusiva para ter resultado depende do esforço conjunto não somente de professores e profissionais da escola, mas também dos pais ou

responsáveis, familiares. Um apoio conjunto de harmonia proporcionará ao aluno especial possibilidades a de aprendizagens condizentes a sua condição.

Frente a ideia de inclusão do aluno na sala regular questionamos junto aos pais se eles acreditam que seu filho (a) dispõe da atenção que merece por parte do professor da sala comum.

Um dos pais que estavam presentes citou que na sala regular existem muitos alunos e que muitas vezes os professores tem a intenção e a vontade de acompanhar diretamente cada aluno, mas isso se torna cada vez mais impossível, por isso o AEE tem uma contribuição tão importante nesse processo. Nesse momento alguns pais concordaram com a fala desse pai, no entanto outros relataram que pela deficiência ser leve seus filhos conseguem acompanhar o ritmo dos outros alunos e não necessitam tanto da atenção individual do professor.

As discussões se acaloram e se dirvegem entre as atribuições dos professores e desenvolvimento dos seus filhos, porém com relação a proposta inclusiva do município estão felizes com as ações realizadas, estão seguros e satisfeitos com o que vem sendo realizados em prol do processo de aprendizagem de seus filhos.

#### **Resumo da 4ª Categoria**

A opinião dos pais sobre os avanços da Educação Inclusiva é indispensável, pois estão ligados diretamente a esse processo pelos filhos, e é justamente o avanço educacional dos seus filhos que promovem uma educação inclusiva de qualidade.

Os pais atravessam fases desafiadoras nesse processo de incluir seus filhos numa sala regular, pois o preconceito e a discriminação é muito forte dentro das insituições escolares e essa insegurança atravessam décadas, pelo fato da Educação Inclusiva deixar a desejar em alguns pontos que envolvem os alunos com deficiência. Porém, no encontro que tivemos com os pais sentimos que as inseguranças existem, mas estão satisfeitos com o andamento do processo educativo inclusivo.

### **5ª Categoria – Avanços na Educação Inclusiva no Município de Tupanatinga**

A análise dessa categoria é de grande pois contribui de forma direta para responder à pergunta problema de forma bem direta. Através dos questionamentos pautados nessa categoria descobrimos quais as ações, os projetos, as iniciativas possuem o município de Tupanatinga acerca da Educação Inclusiva e assim analisar e descrever os reais avanços.

Nessa categoria tivemos a participação dos pais, dos professores e secretário de educação respaldada pela observação participante.

No questionamento que fizemos aos professores quisemos saber como eles podem auxiliar no processo de inclusão.

Vejamos a fala dos professores:

*“Auxiliando o educando com necessidades educacionais especiais para que ele avance intelectualmente quanto socialmente. Dessa forma, esse aluno pode superar as expectativas e barreiras que lhe são criadas podendo usufruir de seus direitos” (P1).*



*“Identificar as necessidades dos alunos. É importante que o professor seja capaz de identificar as necessidades educacionais de cada aluno com deficiência” (P11).*

*“Pode auxiliar ajudando o aluno a superar suas expectativas e barreiras e orientar ele como usufruir de seus direitos, excluindo assim a velha visão de incapacidade, promover atividades que valorizem o respeito as diferenças (P2).*

*“Sendo um facilitador, um mediador no processo de aprendizagem, para isso é preciso estudar, trazer uma didática voltada para a ludicidade, dando espaço para conhecer as habilidades desse aluno e fazendo com que o mesmo perceba o quanto temos habilidades diferentes e que essas habilidades são fantásticas e devem ser vistas por outros alunos visando intelectual e social do seu aluno” (P10).*

*“Com ajuda de atividades corretas para aquele caso, respeitando o tempo de cada aluno e assim incluindo nas atividades diárias sem discriminação” (P8).*

*“Temos o papel de auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais para que ele avance tanto intelectualmente quanto socialmente” (P9).*

*“Ajudando o aluno a adquirir conhecimento, autonomia, socializar; trabalhando com os demais alunos envolvendo-os a entender o processo de inclusão” (P3).*

*“Desenvolvendo atividades em sala de aula em que o aluno com deficiência possa participar” (P6).*

Constata-se que os professores se preocupam em auxiliar o educando e oferecer-lhes meios de aprendizagem significativa e citam vários desses meios e alternativas para que isso aconteça. Uma das maneiras mais citadas por esses participantes é a procura pelas habilidades desses alunos focando especialmente em descobrir as necessidades educacionais de cada aluno, visto que são alunos que agem, pensam e aprendem diferente um do outro.

O ato educativo pode ser entendido como uma ação que abrange a ação de ensinar e o ato de aprender. Depreende-se também, que educar têm vários significados tais como: transferir o que se sabe, dialogar entre os pares, vivenciar e transmitir uma cultura de geração em geração.

A realidade que é posta durante a trajetória educacional dos estudantes com deficiência, é que muitos abandonam a escola pois não encontram possibilidades para o prosseguimento nos estudos, mas o que encontramos aqui são professores realmente preocupados com a permanência desse alunado e o que é mais importante trabalhando para que eles aprendam.

Grande parte das instituições educacionais brasileiras, demonstram dificuldades para receber, aceitar ou trabalhar com pessoas que detém alguma deficiência. O que se espera é que a partir da escola ocorra um processo de inclusão e que a mentalidade escolar possa mudar aceitando todas as diferenças sejam elas físicas, mentais, sexuais, sociais entre outras.

Entende-se então que a inclusão no âmbito educacional depende de todos que compõem a sociedade (Santos, 2022, p. 402).

Freire (1996), destaca que o ato educativo é formado por um compromisso com o outro, que este seja o autor de sua própria história e consiga fazer parte do processo de ensino aprendizagem e sua emancipação seja efetivada. Ainda segundo o autor a educação é baseada no respeito entre os pares, buscando a disseminação do conhecimento do aluno e do professor, rejeitando as mais diversas formas de discriminação. Segundo ele: “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autêntica o caráter formador do espaço pedagógico” (Freire, 1996, p.103).

Frente a essa assertiva de freire o P7 diz que o docente pode auxiliar no processo de inclusão “Indo em busca desses alunos, trabalhando com o material que se encontra e com muita dedicação”.

Ainda intuitos a mostrar os avanços da Educação Inclusiva perguntamos aos professores que tipo de ações poderiam promover a inclusão:

Vejamos as ações descritas:

*“Adequar melhor o espaço para os educandos e professor, palestras e movimentos contínuos sobre o tema” (P1).*

*“Material pedagógico, transporte, formação para os professores. Salas adequadas, ajudantes de salas com a mesma formação e auxiliar a família” (P7).*

*“Cumprindo a lei da inclusão, remover barreiras e aplicação de tecnologias assistivas” (P12).*

<p><i>Trabalhando a conscientização em todas as escolas regulares. Projetos como a semana pessoa com deficiência vivenciando nas escolas e mutirões” (P3).</i></p>
<p><i>“Remover as barreiras, principalmente atitudinais. Respeitando as diferenças humanas” (P9).</i></p>
<p><i>“Acessibilidade para alunos com deficiência, como cegos, surdos e cadeirantes em espaços públicos” (P4).</i></p>
<p><i>“Investir mais em tecnologia assistivas, formação continuada para toda equipe escolar sobre o combate ao preconceito” (P2).</i></p>

Essas são ações já citadas como existentes no sistema educacional no município, mas que na fala dos professores são o ponto chave para os avanços da Educação Inclusiva no município. Em toda a análise percebemos que é interesse haver investimento em tecnologia, formação de pessoal, acompanhamento da família.

Assim, a descrição desses dados auxilia no debate sobre a temática, enriquece a atividade educativa e pressupõe-se que o caminho para a inclusão está pautado nesses elementos.

Por fim, a pergunta que não quer calar: Quais os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga?

<p><i>“Tem avançado muito, O AEE é um exemplo disso, lá tem profissionais, materiais e espaço adaptado para cada necessidade, isso é muito bom. Os professores da sala regular</i></p>
--

<p><i>também têm se comprometido bastante quando recebem um aluno com deficiência em sua sala buscando melhores métodos para trabalhar com essas crianças” (P1).</i></p>
<p><i>“Importante relatar que foi grandioso e satisfatório, o município evoluiu muito com profissionais capacitados” (P11).</i></p>
<p><i>“Tupanatinga está avançando muito a cada dia. Temos o espaço do AEE com professores preparados e isso é muito importante para o ensino regular” (P5).</i></p>
<p><i>“Só elogios, o trabalho com nossos alunos é feito da melhor forma, amor, dedicação e muita qualidade” (P10).</i></p>
<p><i>“Primeiro parabenizo e assim concluo falando da importância de incluir. É preciso abrir portas e janelas para transformar vidas.... maravilhoso saber que sou um município inclusivo das crianças com deficiência” (P8).</i></p>
<p><i>“Estamos em um ótimo caminho e melhor ainda com o espaço AEE que ajuda bastante o desenvolvimento dos alunos” (P9).</i></p>
<p><i>“A Educação Inclusiva no município só evolui, a gestão tem uma visão de inclusão que não tem nas outras cidades vizinhas, faz um trabalho lindo” (P3).</i></p>
<p><i>“Investimento em recursos humanos através de capacitações, incentivo a profissionais da educação a se especializarem na área da Educação Inclusiva” (P12).</i></p>

É satisfatório perceber, através dessas falas, o avanço da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga. Diante de vários elogios a esses avanços, o AEE foi umas das conquistas mais citadas pelos professores. Esse espaço se tornou importante para realizar atividades específicas de apoio ao ensino regular. Com esse questionamento que fizemos aos professores sentimos a empolgação a satisfação em saber que Tupanatinga se destaca entre as cidades vizinhas em ações inclusivas.

Ficou claro que existe investimento em formações específicas e investimento em recursos tecnológicos e humanos, fato que contribui diretamente com fatores positivos para inclusão.

Para promover o apoio necessário a indivíduos com deficiência, foi criado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como objetivo ajudar a garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Sobre essa categoria o secretário pontuou sobre os avanços:

*“Investimento em recursos humanos através de capacitação, incentivo aos profissionais da educação a se especializaram na área de Educação Especial Inclusiva. Criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado que atende durante o contraturno os estudantes matriculados nas escolas regulares. Foram abertas salas de AEE em algumas escolas dando prioridade aos povoados. Organização e execução dos projetos já citados. Contamos também com uma equipe multidisciplinar: Coordenador pedagógico com formação em educação especial inclusiva, Psicólogo e*

*Assistente Social atuando diariamente no centro de atendimento educacional especializado e sempre que possível realizando busca ativa nas escolas dos estudantes com transtorno, dificuldade de aprendizagem e comportamento, para que haja intervenção pedagógica” (SEC).*

A fala do secretário confirma os avanços apontados pelos professores, são ações e investimentos que fazem de Tupanatinga um município inclusivo em que os profissionais da educação percebem esses avanços e reconhecem o trabalho que vem sendo desenvolvido nessa área.

A educação inclusiva ainda provoca muitas discussões, pois a modalidade educacional exige um aprofundamento metodológico dos professores e gestores educacionais, porque exige-se mudanças constantes na metodologia dos docentes para que o processo de ensino-aprendizagem possa ocorrer, mas muita coisa foi e está sendo realizada no município.

Os dados obtidos revelaram que a entidade possui um planejamento contínuo de atuações específicas para o aluno inserido na Escola Regular, através de visitas e acompanhamento pedagógico do núcleo gestor da instituição e professor do AEE, às escolas comuns, com o intuito de estabelecer a dialogicidade entre equipes pedagógicas e professores de ambas as esferas.

Nessa conjuntura, os professores tiveram papel fundamental ao ressignificar todo o seu contexto educacional, utilizando modos diversos de comunicação, tecnologia, criatividade e conduzindo o ensino em consonância com a diversidade de dificuldades e novas aprendizagens que esse tempo de desafios proporciona a cada ser humano.

Ainda sobre os avanços o secretário pontuou projetos, planos ou programas relacionados a inclusão de alunos com deficiência que foram executados nos últimos anos:

- Semana da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, trazendo a debate o direito à igualdade e equidade, para que a inclusão seja uma realidade e, concomitantemente, que haja o combate ao preconceito e a discriminação.

- Projeto Intersetorial: Um olhar para as Diferenças, com o objetivo de fortalecer a rede de atenção e assegurar que a primeira infância seja assistido por ações e serviços de assistência social, saúde e educação.

- Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com intuito de alertar a sociedade e governantes sobre o transtorno do neurodesenvolvimento, ajudando a superar o capacitismo e a esclarecer a todos sobre a importância de conhecer o autismo.

- Projeto de Educação Especial na perspectiva de inclusão, conscientização e acolhimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial em parceria com estudantes e professores do ensino regular, ministrado pelos professores da Educação Especial (SEC).

Com essa última fala, constatamos e tomamos ciência dos projetos e\ou programas realizados nos últimos anos. Além das entrevistas aplicadas para responder a essa categoria tivemos a participação dos pais para responder a essa categoria. Pois os pais estão indiretamente ligados a escola pelos seus filhos e são capazes de apontar avanços no acolhimento deles na sala regular de ensino e na sala do AEE.

Em uma discussão grupal, utilizamos a técnica de grupo focal para saber dos pais se eles acham que as escolas de Tupanatinga estão preparadas para receber alunos com deficiência e dar-lhes condições de se desenvolver. Mediante esse questionamento a discussão ficou um pouco dividida entre opiniões. Alguns pais elogiaram os avanços que estão acontecendo, visto que foi comentado também por eles, que o município já passou



por muitos problemas em outras gestões e que hoje mesmo com muitos desafios percebe-se que existe um melhor acolhimento dos seus filhos. E citam especialmente a criação do AEE como um dos elementos principais nesses avanços. Os pais se mostram satisfeitos com a educação que está sendo ofertada a seus filhos, relataram bom desempenho também na leitura e escrita. Em meio ao debate sobre a questão do desenvolvimento da aprendizagem, alguns pais relatam que a deficiência dos seus filhos atrasa um pouco a leitura e a escrita, mas em questão de esforço docente, atenção com o seu filho não tem o que falar, apenas elogiar o trabalho que vem sendo realizado.

Portanto quisemos acrescentar o debate e quisemos que eles relatassem e debatessem sobre os avanços da Educação Inclusiva no Município.

Foram apontados vários elementos: Na discussão, falaram sobre as palestras que são realizadas com as famílias de forma contínua, são palestras que informam, motivam e tranquilizam os pais diante das inseguranças de ter um filho em uma escola regular. Eles citaram que a partir desses encontros para família conseguiram compreender os benefícios de ter seus filhos inseridos em uma escola comum.

Outro ponto destacado foi o material pedagógico que os filhos têm acesso, além desses mais uma vez, a sala do AEE foi citada como um grande avanço. Os pais demonstram grande satisfação quando citam o AEE e vimos tranquilidade nas palavras desses pais com relação a esse espaço.

Relacionado a essa categoria, a técnica de observação participante também entra como afirmação para essas falas, pois a visão do pesquisador, nesse momento, será capaz de confirmar o que foi descrito pelos participantes.

Com relação a esses avanços, podemos afirmar que um dos pontos observáveis são as formações docentes, por algumas vezes tivemos a oportunidade de conhecer e participar

desses momentos de encontros formativos, como tivemos acesso a documentos que comprovam essas formações. O AEE também é um ponto observável de avanço inclusivo e já foi muito citado pelos participantes desse estudo. Um espaço repleto de materiais didáticos e tecnológicos, jogos pedagógicos, mobiliário adequado, recursos específicos para as necessidades educativas especiais, entre outros.

### **Resumo da 5ª Categoria**

Resumir essa categoria significa repetir o que foi dito pelos participantes. Aqui nessa categoria foi relatado vários avanços na Educação Inclusiva no município, apesar dos grandes desafios de se fazer uma escola inclusiva, os professores se mostram positivos e motivados para a concretização da inclusão. Os professores são unânimes em citar ações que foram criadas pela secretaria de educação e repito mesmo com os desafios diários e vontade que seja identificado cada vez avanços, esses professores exercem sua profissão com desejo de contribuir com seus alunos.

Podemos ainda relatar que várias ações já foram desenvolvidas no município, vários programas já foram executados e outros estão em prática, projetos esses que vem demonstrando avanços e até sendo elogiados por pais e professores.

Em questões observáveis confirmamos avanços e reafirmamos que as falas dos participantes são verdadeiras.

## CONCLUSÃO

Após análise e interpretação dos dados recolhidos, chegamos primeiramente à conclusão que conseguimos responder aos objetivos propostos por esse estudo e consequentemente conseguimos resposta para a pergunta problema que norteou esse estudo.

Nos permitiu também obter informações importantes sobre os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga além de enriquecer bases para estudos futuros sobre essa temática e assim motivar melhorias no sistema inclusivo do referido município.

Os resultados encontrados na aplicação das técnicas condizem com os resultados que presenciemos, com isso podemos destacar que os resultados encontrados surgem a necessidade de se abrir novos debates e consequentemente o implemento de novas ações que favoreçam ainda mais a inserção desses alunos em um sistema inclusivo.

No início desse estudo ficamos conhecendo sobre os problemas que as pessoas com deficiência sofreram ao longo do tempo, extermínio, exclusão e segregação eram fatos corriqueiros que enfrentavam esses sujeitos. Durante milhares de anos a pessoa com deficiência ficou as margens de sua própria sorte.

Somos muitas vezes convencidos a conhecer a evolução histórica da Educação Inclusiva, no entanto tão importante quanto conhecer a evolução histórica e legal é conhecer essa evolução dentro das instituições escolares. Conhecer os avanços que estão acontecendo dentro das escolas e não somente conhecer a evolução legal e histórica é indispensável para aprimorar as ações e projetos de melhoria no sistema inclusivo.

A educação inclusiva advém de muitos movimentos, debates, estudos teóricos e práticas e alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre o assunto a

Declaração de Salamanca (UNESCO, 2000) aduz que toda criança tem direito à educação e que as escolas devem se preparar e fornecer programas educativos para receber e atender essas crianças.

A inclusão escolar não acontece por si só, mudanças são necessárias, principalmente dentro das escolas. A maior consequência que ocorre quando bons resultados são atingidos é a motivação, interesse, que motiva alunos com necessidades especiais e seus pais a permanecerem confiantes nas propostas inclusivas das escolas municipais.

Por intermédio do estudo foi possível evidenciar os diversos desafios superados pela escola na proposta de Educação Inclusiva. Que a secretaria de educação vem investido maciçamente em recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos para contribuição no processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Quando às dificuldades no processo de educar surgem e é necessária uma rede de apoio pedagógico que estimule a confiança na família deste alunado, que informe quanto às possibilidades de permanência é superação das dificuldades sem jamais desanimar. Presenciamos uma equipe motivada, entusiasmada, confiante e apesar dos desafios diários é combustível para novas propostas e ações para aprimoramento de novos projetos.

Essa temática serviu para que as pessoas interessadas nessa temática tenham conhecimento teórico e prático e sejam capazes de fazer essa relação para compreender os avanços no município e serem capazes de propor novas ações para melhoria do ensino inclusivo.

Portanto, no geral presenciamos no município de Tupanatinga uma gestão educacional responsável e organizada. Pautada em projetos inclusivos abrangentes e escolas que estão se preparando cada vez mais para receber esses alunos. No tocante a entender um pouco sobre esse tema nas escolas de Tupanatinga, percebemos que a inclusão

escolar possibilita aos alunos com deficiência ou outra especificidade, partilhar do mesmo espaço social educacional que os demais e estimula a aprendizagem colaborativa.

Enquanto aos demais alunos, oportuniza a troca, a convivência com o diferente, o respeito à diversidade, a sensibilização e a tolerância. Objetivos estes da educação para a formação humana e a vida em sociedade. Assim, se entende que a educação inclusiva é benéfica para todos, assim visualizamos a educação no município. Assim podemos classificar a educação de Tupanatinga, mesmo com muitos desafios essa é a cara da educação.

A ideia de educação inclusiva ainda inquieta as concepções da escola, que vê-se diante de uma proposta que implica substituir antigos paradigmas e olhar introspectivamente para si, introjetar novas crenças, assumir posturas condizentes, adotar metodologias diversificadas, fazer usos de ferramentas tecnológicas, investir na formação continuada dos professores e traduzir os novos conhecimentos em práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem e a inclusão de todos.

Dessa forma em relação ao objetivo 1º que trata de **identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência**, concluímos que das três escolas que estivemos investigando, uma delas possui uma estrutura satisfatória e adaptada para acolhimento das crianças com deficiência. A escola Felisbela Rodrigues e Silva encontra-se melhor adaptada para atender a essa clientela, as demais precisam passar por algumas adequações estruturais. São escolas que possuem recursos pedagógicos e tecnológicos variados que atendem prontamente a dinâmica da aula no ensino regular.

Nesse objetivo, é necessário descrever que em alguns pontos, as escolas deixam a desejar, já que estamos falando de estrutura física e sabendo que é um ponto importante para acolhimento e permanência desses alunos na escola.

Em relação ao material didático as escolas repletas de materiais que auxiliam o processo de ensino, são materiais novos, adequados que incluem recursos didáticos e tecnológicos.

No que diz respeito ao 2º objetivo que trata de conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva, essa nos deixou satisfeitos com as ações realizadas e aplicadas nas formações. O município oferece formações específicas na área da inclusão, palestras para professores, encontros quinzenais e debates que enriquecem o exercício da profissão e segurança para lecionar com alunos com deficiência.

Sobre as formações, os professores estão muito satisfeitos com as ações que a secretaria oferece a eles, são formações que estão enriquecendo sua prática pedagógica e especialmente sanando suas angústias especialmente em relação ao acolhimento de um aluno com deficiência.

Portanto, referente a esse objetivo, podemos afirmar que o município tem investido de forma maciça no aprimoramento desses profissionais, fazendo com que esses consigam aprimorar suas práticas e possibilitar que os alunos consigam desenvolver suas habilidades. É muito importante que professores e rede de apoio das escolas entendam sobre a educação inclusiva para que esse processo seja abraçado e não um peso para sua docência.

Sobre o 3º objetivo que visa **descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino** concluímos que existem muitas inseguranças com relação a inserção dos seus filhos na escola regular, por determinadas situações, muitas delas não está envolvida a educação oferecida, mas a própria deficiência que muitas vezes limita e deixa os pais angustiados.

Por sua vez, a maioria dos pais estão satisfeitos com a educação oferecida aos filhos e retrataram isso no momento de recolhimento dos dados, demonstram que existe uma

satisfação e segurança com relação a educação, ficando apenas evidente uma angústia própria dos pais.

Referente ao objetivo ao objetivo 4º **verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016** constatamos que o município apresenta grandes avanços consideráveis na área da inclusão. São vários projetos desenvolvidos na área, programas executáveis em diversas esferas e especialmente a construção do AEE.

Sobre os programas relacionados a temática, tivemos a oportunidade de comprovar a execução deles e esses vem dando frutos positivos e satisfatórios. Em relação ao AEE, este foi um dos elementos mais citados e elogiados entre todos os participantes do estudo. O AEE tem sido algo que vem contribuindo muito com o desenvolvimento dos alunos de forma integral e oferecendo segurança aos pais.

Dentro dos avanços, podemos destacar que existe vários investimentos na área da Educação Inclusiva, são recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos que vem acrescentando de forma singular na dinâmica das aulas.

Ao final dessa conclusão, podemos relatar com grande satisfação que o estudo realizado trouxe grandes ensinamentos e servirá de bases para estudos futuros.

Podemos destacar que a pergunta problema que trata de saber quais os avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016 foi respondido com veemência.

## **PROPOSTAS**

Tendo em vista os resultados alcançados com a realização da pesquisa e em virtude de se ter evidenciado algumas situações que ainda precisam ser modificadas nas instituições recomenda-se para estudos futuros sejam aprimoradas as ações já executadas pelo município, que são:

- Promoção de cursos sobre a temática para os professores;
- Investimento em infraestrutura adaptada na escola;
- Investimento em recursos pedagógicos especializados;
- Uso de tecnologias para auxílio dos alunos e dos docentes;
- Realização de debates e palestras sobre o tema na escola;
- Sensibilização das famílias, alunos e funcionários da escola sobre a diversidade.



## REFERÊNCIAS

- Ainscow, M. (2006). From special education to effective schools for all: a review of progress so far. *En L. Florian* (Ed.), *The Sage handbook of special education*. (pp. 146-159). Londres: Sage.
- Ainscow, M., e Miles, S. (2008). *Making Education for All inclusive: where next?*. *Prospects*, 38(1), 15-34.
- Alvarenga, E. M. (2019). Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. *Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos*, 2. Universidade Nacional de Assunção.
- André, M. (2011). *Pesquisas sobre Formação de Professores: tensões e perspectivas do campo*. In: *Formação de Professores, Culturas: desafios á Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões/* Helena Amaral da Fontoura e Marcos Silva (orgs). Rio de Janeiro: ANPED Nacional.
- Aranha, M. S. F. (2003). *Trabalho e emprego: instrumento de construção da identidade pessoal e social* (Vol. 9). Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Barbosa, M. C. S. (1997). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. *Educação & Sociedade*, 18(59), 398-404.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70 Brasil.
- Bersch, R. (2008). *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: CEDI.
- Bicudo, M. A. V. (2013). *Filosofia da Educação Matemática segundo uma perspectiva fenomenológica*. In: Bicudo, M.A.V. (org.) *Filosofia da Educação Matemática –*

Fenomenologia, concepções, possibilidades didático-pedagógicas. São Paulo: Editora UNESP.

Bolívar, A. (2006). Família y escuela: dos mundos llamados a trabajar en común. *Revista de Educación*, 339, 119-146.

Brasil. Decreto n. 42.728, de 3 de dezembro de 1957. *Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro*. Disponível em: <  
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=173756>> Acesso em 17.dez.2019.

Brasil. (1960). Decreto n. 48.961, de 22 de setembro de 1960. *Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais*. Disponível em: <  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48961-22-setembro-1960-388634-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18.dez.2019.

Brasil. (1960). Decreto n. 48.252, de 31 de maio de 1960. *Institui Campanha Nacional de Educação dos Cegos*. Disponível em: <  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48252-31-maio-1960-387860-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 18.dez.2018.

Brasil. (1973). Decreto n. 72.425, de 3 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. Disponível em: <  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>: Acesso em: 07.dez.2019.

Brasil. (1975). *Centro Nacional de Educação Especial – CENESP*. Educação Especial: dados estatísticos - 19704. Brasília: MEC, DDD.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Imprensa Oficial.

- Brasil. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtien/Tailândia.
- Brasil. (1994). Ministério da Educação. *Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994*. Brasília.
- Brasil. (1994). Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Livro I/MEC/Seesp.Brasília.
- Brasil. (1994). Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP.
- Brasil. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO.
- Brasil. (1999). Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial*. Decreto Nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
- Brasil. (2004). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Programa Educação Inclusiva: Diversidade à Diversidade: a família*. Brasília: Ministério da Educação Especial. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf> Acesso em: 12.mar.2020.
- Brasil. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: alunos com necessidades especiais: construindo a escola inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf> > Acesso em: 14.dez.2020.
- Brasil. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: visão histórica: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: alunos*

*com necessidades educacionais especiais*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>> Acesso em:

14.dez.2020.

Brasil. (2005). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Projeto escola viva: visão histórica: garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: deficiência no contexto escolar*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defcontexto.pdf> > Acesso em: 17.jan.2019.

Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>> Acesso em: 13.dez.2019.

Brasil. (2008). Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP.

Brasil. (2007). Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões princípios e programas*. Brasília. MEC.

Brasil. (2009). Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o Atendimento*.

Brasil. (2009). Ministério da Educação. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília. Disponível em: <

[portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) >. Acesso em: 02. fev. 2019.

- Brasil. (2010). Ministério da Educação. *Secretaria da Educação Especial. Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva*. Brasília. MEC.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Disponível em: < [http://www. planalto. gov. br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei L, 13146](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei L, 13146).
- C. A. T. (2009). *Tecnologia assistiva*. Brasília: CORDE Educacional Especializado Brasília, DF.
- Campos, I. Sá e Silva, M. (2007). *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado*. Governo Federal. Brasília.
- Camargo, M. L. (2014). *O papel da psicologia organizacional e do trabalho no enfrentamento dos desafios à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho*. Mimesis: Bauru.
- Campoy, T. (2016). *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este.
- Carneiro, M. S. C. (2007). *Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com síndrome de Down*.
- Cervo, A. L. (2007). *Metodologia científica*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2011). *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia, Brasil.
- Comellas, M.J. (2009). *Familia y escuela: compartir la educación*. Barcelona: Graó.
- Denzin, N. K.; Lincoln, Y.S. (2011). *The sage Handbook of Qualitative Research*, Sage, Thousand Oaks, CA: Sage.

- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção leitura).
- Galvão Filho, T. A. (2009). A Tecnologia Assistiva: de que se trata? Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: *Redes Editora*, 252, 207-235.
- Giroto, C. R. M. Poker R. B., Omote, S. (2012). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília: Cultura Acadêmica
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gil, A.C. (2014). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2ª reimpr. 6ª ed. São Paulo: Atlas.
- Glat, R. (1995). Integração dos portadores de deficiência: uma questão psicossocial. *Temas em Psicologia*, 3(2), 89-94.
- Glat, R. (2018). Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 9-20.
- Jannuzzi, G. M. (2006). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados. 2ª ed.
- Kauark, F.S.; Manhães, F.C.; Medeiros, C.H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Kishimoto, T. M. (1998). *Brincar e suas teorias*. Cengage Learning Editores.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. D. A. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. In *Fundamentos da metodologia científica*. Atlas.
- Leão, L. M. (2016). *Metodologia do estudo e Pesquisa*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Luckesi, C. C. (2000). Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. *Ludopedagogia-ensaios*, 1, 9-41.

- Lüdke, M.; André, M.E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Mantoan, M. T. E., e Estar, S. O. (2000). *O verde não é o azul listado de amarelo: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência*. Espaço: informativo técnico científico do Inês.
- Mantoan, M. T. E., Prieto, R. G., e Arantes, V. A. (2006). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. Summus editorial.
- Mantoan, M. T. E. (2006). Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. *Educação*, 29(1), 55-64.
- Mantoan, M. T. E. (2010). *O desafio das diferenças nas escolas*. Editora Vozes Limitada.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?* Summus Editorial.
- Marchesi, A. e Díaz, T. (2007). *Las emociones y los valores del profesorado*. Madrid: Fundación Santa María
- Mazzota, J. S. (2005) *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez.
- Miranda, T. G., e Galvão Filho, T. A. (2012). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*.
- Minayo, de S. M. C. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada.
- Mollet, J. e Tort, A. (2008). Espacios de participación. *Cuadernos de Pedagogía*, 378, 57-60
- Nérici, Imídeo G. (1972) *Lar, escola e educação*. São Paulo: Atlas.

- Organização das Nações Unidas. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.
- Ortiz, L. (2015) *Competências docentes para una educación inclusiva*. Actas Congreso Internacional Educación Inclusiva. Universidad UNIMINUTO. Neiva. Colombia
- Ortiz, L y Carrión. J. J. (2020) *Educación Inclusiva: Abriendo puertas al futuro*. Madrid. Ed. Dykinson.
- Parrellada, C. (2008). *¿Se invaden, se necesitan...? Cuadernos de Pedagogía*, 378, 47-51.
- Pena, G. A. (2018). Necessidades formativas de professores dos institutos federais e desenvolvimento profissional docente. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 2(15), e7280-e7280.
- Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: InterSaberes.
- Piaget, Jean. (1975). *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. [tradução Álvaro Cabral, 1975]. 2ª ed. Rio de Janeiro:Zahar,
- Ramos, R. (2010). *Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva*. Summus.
- Rodrigues, D. (2006). Dez ideais (mal) feitas sobre a educação inclusiva. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 299-318.
- Rodrigues, D. (2006). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. Grupo Editorial Summus.
- Salend, J.S. e Garrick Duhaney, L. M. (2002). *What do families have to say about inclusion? How to pay attention and get results*. *Teaching Exceptional Children*, 35(1), 62-66



- Salend, S. J. (2006). *Explaining your inclusión. Program to familias. Teaching Exceptional Children*, 38(4), 6-11.
- Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos* (Vol. 174). Wva.
- Satoreto M. Lúcia e Bersch R. (2014) *Assistiva, Tecnologia e Educação*. Disponível em: [www.assistiva.com.br/aee.html](http://www.assistiva.com.br/aee.html). Acesso em 10 fev 2020.
- Satoreto M. Lúcia e Bersch R. (2016) *Assistiva, Tecnologia e Educação*. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acesso em 12 fev 2020.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez editora.
- The Belmont Report. (2000). *Considerações Éticas*. Acesso em: 15 de jan de 2020, de <http://www.hhs.gov/ohrp/humansubjects/guidance/belmont.htm>
- Triviños, A. N.S. (2006). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- UNESCO. (1990). *Declaración Mundial de Educación para Todos*. Jomtien.
- UNESCO. (2000). *Informe del Foro Mundial de Educación para Todos*. Dakar.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem*. São Paulo.
- Warnock, M.: «Informe sobre NEE», *Siglo Cero*, 130, Madrid (1990), pp. 12-24
- Werneck, C. (2003). *Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano*. Rio de Janeiro: WVA, 8.

# **ANEXOS**

## **Anexo 1 – Carta de Apresentação para Recolhimento de Dados**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Tupanatinga, 06 de abril de 2022.

Prezado (a) Senhor (a), sou Doutoranda da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai.

Estou desenvolvendo a tese de conclusão de curso, sob a orientação do professor Drº Luís Ortiz Jiménez, intitulada **“OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA- PERNAMBUCO – BRASIL”**.

Considero este trabalho importante porque é indispensável levar para dentro das instituições educativas o discurso acerca da inclusão dos alunos com deficiência na sala regular de ensino e assim através desse estudo poder apontar os avanços da Educação inclusiva no município de Tupanatinga. Todo esse processo de informações é indispensável nesse momento, pois vivemos em uma sociedade que necessita entender que essa temática é de grande relevância para os avanços da Educação Inclusiva e que necessitam serem discutidos principalmente dentro dessas instituições.

Nesse sentido, **gostaria de contar com o apoio e colaboração desta conceituada instituição de ensino para realização da pesquisa de campo da referida investigação nas Escolas Municipais Cristo Rei, Felisbela Rodrigues e Silva e Paulo Freire.**

A pesquisa consistirá em três distintas etapas: primeira etapa: observação participante, que será permitido visualizar os projetos existentes atualmente nessa instituição, permitirá também observar as práticas pedagógicas como também observar como funcionam as formações docentes e sobre a estrutura física da instituição, recursos pedagógicos e sala de Atendimento Educacional Especializado.

Segunda etapa: Entrevista com os professores, secretário de educação e pais, coletando informações mais detalhadas sobre a temática em debate.

A participação dessas instituições é de grande importância para esse estudo, a fim de que a partir dos resultados dessa pesquisa seja possível uma reflexão sobre o que tem sido realizado acerca da Educação Inclusiva em Tupanatinga. Desde já agradecemos a sua atenção e colaboração e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento.

---

Marta Suely Alves Cavalcante

Doutoranda em Ciências da Educação – UAA

## Anexo 2 – Carta de Permissão da UAA para Pesquisa de Campo



**UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE  
ASUNCIÓN**

ii del 2023

### **A quien corresponda:**

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que **MARTA SUELY ALVES CAVALCANTE** es alumna de Doctorado en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien, en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Doctorado con el tema de investigación: **“OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA-PERNAMBUCO - BRASIL”**

A fin de recolectar datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución, se le concede a la alumna, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Antonio Torres', written over a light blue rectangular background.

.....  
José Antonio Torres  
Presidente del Comité Científico  
Universidad Autónoma de Asunción

### Anexo 3 - Guia de Observação para Pesquisa



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Escola Municipal Cristo Rei

Escola Municipal Felisbela Rodrigues e Silva

Escola Municipal Paulo Freire

Data da observação: **05/06/07/08/09/10/2022**

Aspectos observados referentes a estrutura física e pedagógica para inclusão dos alunos com deficiência.	Estrutura física e pedagógica	Rampas e corrimões
		Portas alargadas
		Material pedagógico específico
		Salas de Recursos Multifuncionais

Aspectos observados referentes aos avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.	Projetos formativos	Formação docente
		AEE
		Sala de Recursos

**Anexo 4 - Validação dos Instrumentos dos Professores**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**

**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA ABERTA**

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA- PERNAMBUCO – BRASIL.

**Problemática: Quais os avanços referentes a Educação Inclusiva percebidos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016? Objetivo geral da Pesquisa:** analisar como objetivo geral os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. E como objetivos específicos: Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência. Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva. Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino. Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.

As questões são respaldadas nos **objetivos**. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a**



**cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

#### **Entrevista para os professores**

<b>QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA</b>	<b>OBJETIVO DA QUESTÃO</b>					
	<b>COERÊNCIA</b>			<b>CLAREZA</b>		
<b>ENTREVISTA PARA PROFESSORES</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>?</b>
<b>Questão 1</b> – Você possui alguma formação relacionada com a área da Educação Inclusiva? Se sim, qual?						
<b>Questão 2</b> – Relate um pouco sobre sua experiência com alunos com deficiência.						
<b>Questão 3</b> – Qual o principal desafio para a docência com alunos com deficiência?						

<b>Questão 4</b> – Com que frequência você participa de formações específicas na área da Educação Inclusiva?						
<b>Questão 5</b> – Você se sente preparado (a) para lecionar com alunos com deficiência. Explique por quê.						
<b>Questão 6</b> – O que você acha da inclusão do aluno com deficiência na sala regular?						
<b>Questão 7</b> - Como você avalia a aprendizagem dos seus alunos com deficiência com relação aos demais?						
<b>Questão 8</b> - De que maneira você é orientado a trabalhar com alunos com deficiência?						
<b>Questão 9</b> – Qual a sua opinião em relação aos avanços da Educação Inclusiva no município de Tupanatinga?						
<b>Questão 10</b> – Nos relate um pouco sobre as formações específicas na área da Educação inclusiva no município.						
<b>Questão 11</b> – Quais os principais pontos para a formação do professor para atuar na educação inclusiva?						

<b>Questão 12</b> – Qual a importância da formação do docente na perspectiva da educação inclusiva?						
<b>Questão 13</b> – Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão?						
<b>Questão 14</b> – Como o docente pode auxiliar no processo de inclusão?						
<b>Questão 15</b> – Que tipo de ações poderiam promover melhor a inclusão?						

**Anexo 5 - Validação dos Instrumentos do Secretário de Educação**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**

**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**

**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DA ENTREVISTA ABERTA**

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA- PERNAMBUCO – BRASIL.

**Problemática: Quais os avanços referentes a Educação Inclusiva percebidos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016? Objetivo geral da Pesquisa:** analisar como objetivo geral os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. E como objetivos específicos: Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência. Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva. Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino. Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.

As questões são respaldadas nos **objetivos**. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a**

**cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

#### **Entrevista para o secretário de educação**

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA	OBJETIVO DA QUESTÃO	
	COERÊNCIA	CLAREZA

<b>ENTREVISTA PARA O SECRETÁRIO</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>?</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>?</b>
<b>Questão 1</b> – De que maneira as escolas estão sendo adaptadas e/ou preparadas para a inclusão dos alunos com deficiência?						
<b>Questão 2</b> – Quais os projetos, programas ou planos, relacionados a inclusão de alunos com deficiência, foram executados nos últimos anos?						
<b>Questão 3</b> – Qual a importância da inclusão escolar para o município de Tupanatinga?						
<b>Questão 4</b> – Quais os avanços, em relação a Educação Inclusiva, aconteceram na sua gestão enquanto secretário de educação?						
<b>Questão 5</b> – Como os alunos com deficiência foram atendidos durante a pandemia da covid 19?						
<b>Questão 6</b> – Qual o principal desafio da escola para conseguir realizar a inclusão?						

<b>Questão 7</b> – Qual a importância da formação do docente na perspectiva da educação inclusiva?						
<b>Questão 8</b> – Quais os principais pontos para a formação do professor para atuar na Educação Inclusiva?						
<b>Questão 9</b> – Qual deve ser a formação do professor para atuar com alunos com deficiência?						
<b>Questão 10</b> – Se existe alguma formação específica para inclusão escolar, relate sobre essas formações.						

**Anexo 6 – Ficha de Registro para Sessão de Grupo Focal**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**Ficha de registro para sessão de grupo focal**

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA- PERNAMBUCO – BRASIL.

**Problemática: Quais os avanços referentes a Educação Inclusiva percebidos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016? Objetivo geral da Pesquisa:** analisar como objetivo geral os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. E como objetivos específicos: Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência. Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva. Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino. Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016.

As questões são respaldadas nos **objetivos**. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue



necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Data:
Lugar: AEE
Atividade (grupo focal): Pais de alunos com deficiência
Tema: <b>OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA- PERNAMBUCO – BRASIL</b>

Moderador: a pesquisadora
Assistente: Rosilda Martins
Perguntas:  1 – Você acredita no desenvolvimento educacional e pessoal do seu filho (a) na escola regular? justifique?  2 – Você acredita nas propostas inclusivas das escolas do município de Tupanatinga?  3 – Você acha que as escolas de Tupanatinga estão preparadas para receber alunos com deficiência e dar-lhe condições de se desenvolver? Por quê?  4 – Durante o período que seu filho estuda, ele apresenta desenvolvimento na área da leitura e da escrita?  5 – Quais os avanços que você observou no seu filho desde que foi matriculado na escola comum?  6 – Você sente que seu filho (a) está envolvido em projetos ou eventos realizados pela escola?  7 – Na sala de sala de aula regular, você acha que seu filho (a) dispõe da atenção que merece por parte do professor?  8 – Para você, existem avanços na Educação Inclusiva do município? Quais?
Informações recolhidas:
Análises da informação:

**Anexo 8 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, **Marta Suely Alves Cavalcante**, pesquisador da Universidad Autónoma de Asunción, convido o Senhor (a) \_\_\_\_\_ Professor e/ou Secretário de Educação e/ou pais \_\_\_\_\_, a participar de um estudo intitulado “OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA- PERNAMBUCO – BRASIL”, Objetivo geral da Pesquisa: analisar os avanços da educação Inclusiva no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. E como objetivos específicos: Identificar como a estrutura física e pedagógica atendem as necessidades dos alunos com deficiência. Conhecer as formações para atender as perspectivas de uma escola inclusiva. Descrever a opinião da família em relação aos filhos com deficiência inseridos na sala regular de ensino. Verificar os avanços inclusivos no município de Tupanatinga desde o ano de 2016. Essa pesquisa será realizada com os professores do 1º ao 5º ano, Secretário de Educação e Pais de alunos com deficiência para analisar OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA.

Dessa forma, a contribuição deste tema é amplamente importante para discussão sobre essa temática tão debatida atualmente pelas diversas esferas tanto sociais quanto educacionais. A grande relevância desse estudo está em abrir espaço para a conscientização de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Se houver algum problema relacionado com a pesquisa o senhor (a) será encaminhado para o LOCAL PARA ATENDIMENTO onde será ATENDIDO/ACOMPANHADO E PODERÁ SER ENCAMINHADO PARA O SERVIÇO DE REFERÊNCIA DO SEU MUNICÍPIO PARA ACOMPANHAMENTO.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, sendo que o Sr. (a) pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, no entanto, sua resposta é importante para que sejam propostas alternativas de inclusão e aceitação dos alunos que possuem deficiência, mas o Sr. (a) tem a liberdade de não responder ou interromper a entrevista em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento.



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN**  
**DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

O Sr. (a) tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo. O risco com a quebra de sigilo e privacidade da identidade e das informações, ainda que involuntária e não intencional está assegurada, visto que somente os pesquisadores terão

acesso aos dados e, serão tomadas todas as providências necessárias para manter o sigilo, mas sempre existe a remota possibilidade da quebra de sigilo, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e serão mostrados apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. O Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. poderá entrar em contato com o coordenador responsável pelo estudo: Luiz Ortiz, que pode ser localizado pelo email: ([tutorias.uaa.ortiz@gmail.com](mailto:tutorias.uaa.ortiz@gmail.com)). Com a Universidad Autónoma de Asunción, na Sede Central em Jejuí 667 com 15 de Agosto, Telefone 495.873, e-mail: [info@uaa.edu.py](mailto:info@uaa.edu.py). Com a Pesquisador: Marta Suely Alves Cavalcante, formado em Pedagogia, Mestre em Ciências da Educação, residente na Travessa Santa Clara, nº 84, Centro, na Cidade de Tupanatinga, CEP 56540-000, celular (87) 999428047, e-mail: [suelysula2014@hotmail.com](mailto:suelysula2014@hotmail.com).

Sua participação é importante e voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. Sua contribuição vai gerar informações que serão úteis para uma política pública de conscientização. No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade e o seu anonimato.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou representante legal para a participação neste estudo.

---

MARTA SUELY ALVES CAVALCANTE  
DOUTORANDA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Este termo será assinado em duas vias, pelo senhor e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. Acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: “OS AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA-PERNAMBUCO – BRASIL”. Discuti com a pesquisadora MARTA SUELY ALVES CAVALCANTE, responsável pela pesquisa, sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_ (Nome e

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Tupanatinga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

(Somente para o responsável do projeto)

Rubricas: Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal_____ Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE_____
--